

# COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

## ARGENTINA:

## UMA NAÇÃO

## EM PEDAÇOS

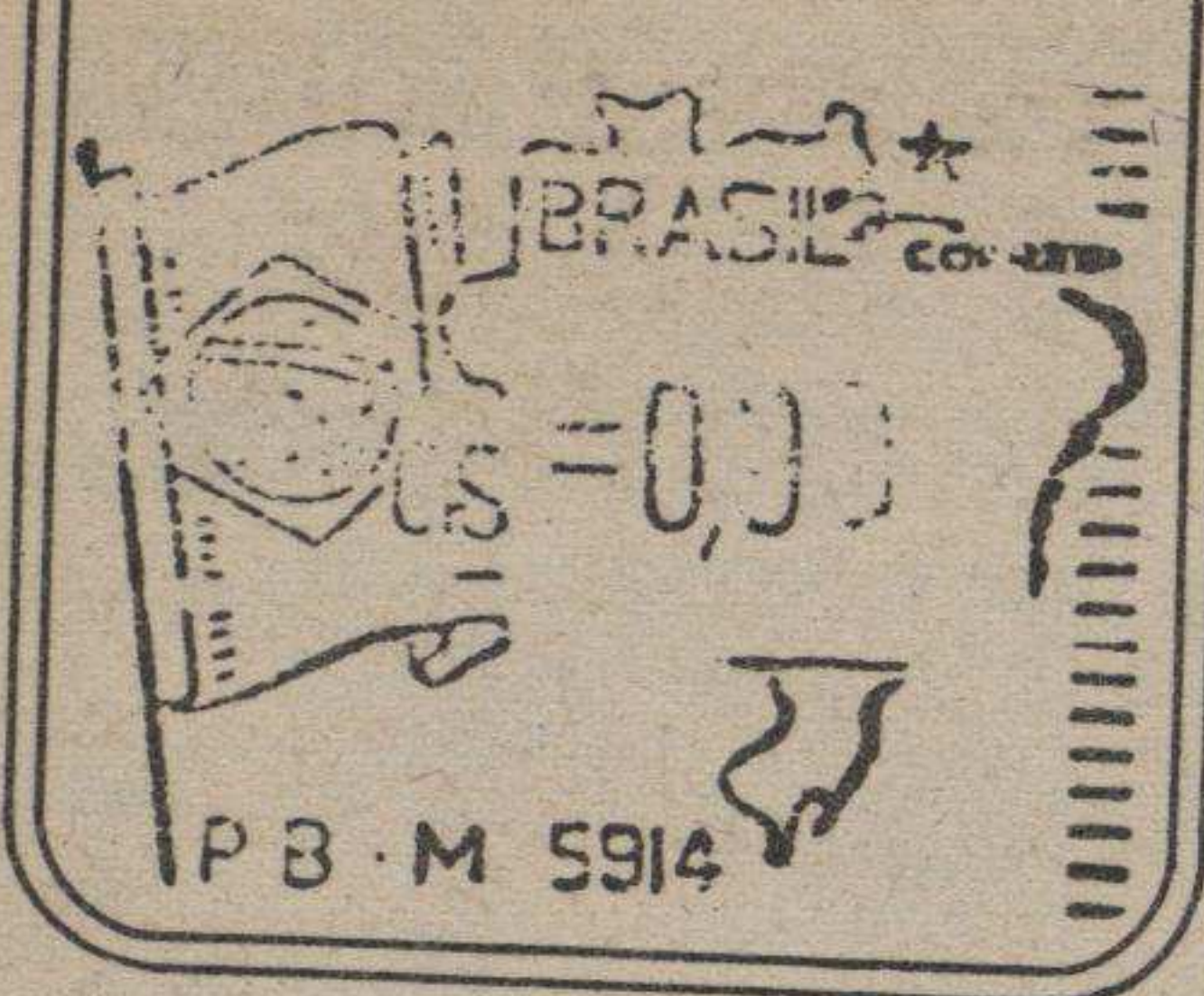
18 mil  
mortos,  
12 mil  
desaparecidos,  
500 mil  
exilados



EXCLUSIVO

## ENTREVISTA COM FLÁVIA





## Usina nuclear? O Brasil não precisa disso

"No meu entender, existem pelo menos quatro motivos para que não fossem construídas usinas nucleares no Brasil:

1º — Uma equipe de especialistas provou matematicamente que este tipo de energia só vai trazer prejuízo econômico, em relação a hidrelétricas;

2º — O risco de acidentes é muito grande (lembrar *Three Mile Island*);

3º — O lixo atômico, indestrutível, vai poluir mais do que já está, e com muitíssimo mais gravidade, nossos rios e mares;

4º — Não há necessidade. A Organização Brasileira de Físicos, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outras organizações idôneas não aprovaram o acordo Brasil-Alemanha. O Brasil é um país com uma capacidade hidrelétrica enorme, e em certas regiões tem 10 meses de sol por ano. Com isso, poderiam ser construídas diversas usinas solares, com capacidades energéticas estupendas.

Como se não bastasse tudo isto, o governo vai construir usinas de urânio — notar que, feita uma usina de urânio, teremos usina de urânio para sempre. Portanto, vamos ter que importar urânio, enquanto existem no Brasil vastas reservas de tório, outro material radioativo, utilizado para ser transformado em energia.

Por isso, todo brasileiro deve assumir uma posição contra as usinas nucleares, que o governo vai instalar para mostrar que somos *desenvolvidos*."

Carlo Machado Pianta,  
Porto Alegre, RS

## "O ateísmo é um crime contra o homem"

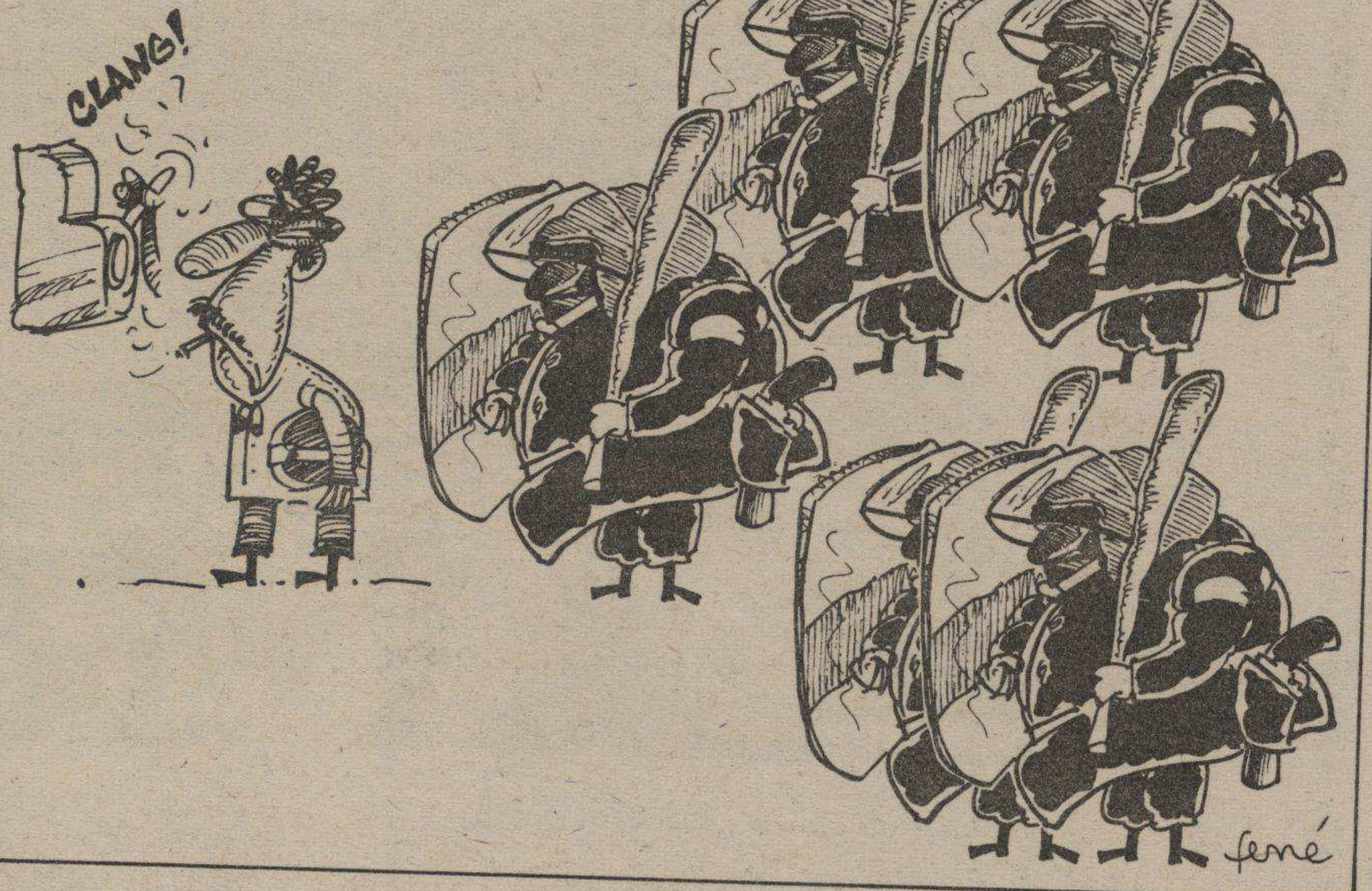
"Numa entrevista ao *Pasquim*, Francisco Julião, ex-líder camponês, se mostrou preocupado com a grande adesão camponeses ao protestantismo. E mais preocupado ainda porque os pastores (imaginem!) estão dizendo aos camponeses: "Agora não se trata mais de escutar o pastor. O diálogo de vocês deve ser diretamente com Cristo. Nesse momento mesmo podemos conversar (e não podemos? Claro que podemos!) Com Deus e não comigo". Francisco Julião disse que "isso cria na consciência dessa gente desesperada uma esperança (é pra criar mesmo! e confiar!) tremenda de que tudo está lá em cima (e não está por acaso?), no céu... Fazem um tipo de pregação que leva à alienação, à anestesia, ao ópio."

Onde Francisco Julião acha que esses pastores estão errados? Nossas orações (dos protestantes) sempre foram diretamente a Deus! Deus está a espera dos homens de orações, para que por meio deles sua vontade seja feita na terra.

Jesus não disse: "Não peçam nada a mim! Peçam ao homem (pastor ou padre)". Mas disse: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve".

Acreditamos num Deus vivo. Quem morreu foram Nietzsche e Marx! E crer em Deus, tão somente, não é o bastante: é necessário que admitamos que ele tem poder para determinar todas as coisas no universo que ele criou."

## Produção volta ao normal em São Bernardo



O ateísmo é crime contra o homem. Ele procura arrancar do coração do homem o anelo pelas coisas espirituais, sua fome e sede do infinito. Os ateus protestam contra os crimes que se praticaram em nome da religião; reconhecemos que a religião tem sido pervertida pelo sacerdotalismo e eclesiastismo. Mas procurar apagar a idéia de Deus por ter havido abusos é tão absurdo quanto tentar arrancar o amor do coração humano porque em alguns casos esse amor se desvirtuou.

Em Tiago, 4.8, lemos: "Chegai-vos a Deus e ele se chegará a vós"."

Renato Canini,  
Porto Alegre, RS



## Belinati retrato (da confusão que há na oposição)

"Acabo de ler o *Coojornal* número 52, que continua o mesmo de sempre: combativo, corajoso e, acima de tudo, responsável.

Neste número o que me chamou mais a atenção foi a reportagem sobre Antônio Belinati, "o prefeito adesista". Muito boa a matéria e está de parabéns o Sr. Domingos Pellegrini Jr. Trata-se de um retrato da oposição travestida de PDS e outras bobagens mais. Gostaria que me enviassem o endereço do *Paraná Repórter*, pois pretendo fazer uma assinatura deste combativo jornal".

Flávio José T. Almeida,  
Rio de Janeiro, RJ

Nota da Redação: O endereço do jornal é rua Duque de Caxias, 459, CEP 86.100, Londrina, PR.

## Pornografia no país de São Saruê

"Num país de 120 milhões de brasileiros (fora os caboclos do Alto Solimões que escaparam ao censo), as

tiragens de livros não chegam a 10 mil exemplares. As exceções são os sibaritas Jorge Amado — que desconta nos transatlânticos do mundo o que sofrera na época de Getúlio —, José Mauro de Vasconcelos ou Fernando Morais, cuja reportagem *A Ilha* deve estar bastante desmoralizada com as últimas ocorrências em Cuba (idem os trabalhos do mestre radical Florestan Fernandes, do Loyola).

O Brasil lê muito é pornografia. Aliás, num país de tanta fome e tanto desemprego, o bom mesmo é matar o tempo, esquecer a trágica realidade do cotidiano lendo as revistinhas do Al-Faruk, o homem que soube calcular. No Brasil, os que não têm meios para ler o que presta — ou não podem entender a linguagem da classe intelectual — vegetam culturalmente entre livros pornográficos e as dezenas de títulos de livros de bolso. É uma prova de nosso progresso cultural, da evolução por que passamos nos anos 70... É o milagre cultural brasileiro.

Lê-se muita pornografia, assiste-se à *Vênus Platinada*, vibra-se com o futebol narcotizante. Somos felizes! A esquerda pensa que o povo a entende... Prestes fala só para a imprensa porque o povão está pensando mesmo é no Programa Silvio Santos, no Flávio, no Corinthians...; a direita vê comunistas em todos os cantos...; as eleições sempre foram uma farsa... E por aí vamos. A solução é ver mulher pelada, se deleitar com as besteiras que disse Gilberto Freire na *Play-Boy*: que sua iniciação foi com uma vaca (deve ser o célebre *concupitatio hominum cum bestia*, da teologia moral). E fico por aqui com estas linhas sem nenhum estilo, fiéis à realidade circundante."

Jorge Baleeiro de Lacerda,  
Fco. Beltrão, PR

## O aborto e sua confusa discussão

"Em primeiro lugar, quero registrar que foi realmente desconcertante para nós, leitores desse fabuloso *Coojornal*, ver noticiários de rádio e televisão comentando coisas inaceitáveis a seu respeito e levando o público a cair contra o jornal. Lamento profundamente o ocorrido, ao mesmo tempo em que admiro-me bastante da audácia em revelar documentos como aqueles sobre manobras do Exército.

Mas, quero falar sobre a possibilidade da legalização do aborto no Brasil, que está sendo discutida com grande atenção no Brasil inteiro. Já ouvi muitas iniquidades durante os meus anos de vida, mas raramente ultrapassaram essas que tenho ouvido ultimamente.

De um lado da guerra de opiniões que está se formando em todo o lugar, estão as feministas, que ressaltam a liberdade de opção que deve ter toda a mulher, em primeiro plano. Em segundo, atacam o homem, que, por sua vez, deve ter também responsabilidade sobre a criança que está sendo gerada e que muitas vezes não aceita sua mulher grávida por vários motivos, especialmente os sócio-econômicos. Por último, apresentam a existência da legalidade do aborto em países mais desenvolvidos.

Do lado oposto a essas senhoras estão aqueles que as acusam de loucas, pelo fato de clamarem seus direitos homicidas e covardes, querendo matar quem não pode nem ao menos chorar para se defender. Dizem que, uma vez feito o pecado, é responsabilidade total dos parceiros a criação e educação do novo ser.

Eu ainda não consegui formar opinião sobre este assunto, e por isto sugiro que o debate sobre a legalização do aborto seja incentivado e que chegue ao Legislativo. Ainda não encontrei em nenhum dos lados desta guerra alguém que seja capaz de explicar bem o assunto."

Selma Campos dos Santos,  
Canoas, RS

## A Igreja deixou de vender indulgências!

"Foi só o povo botar as mangas de fora e o general-presidente deu mostras do seu poderio, de que não estava bem intencionado quando, nos seus discursos, antes da sua escolha pelo velho e retrógrado Colégio Eleitoral, se fazia passar por arauto das liberdades democráticas e de um governo voltado para os problemas sociais.

Acreditou na sua retórica o cego (aquele que não quer ver), porque os que já estavam acostumados com aquele entra-e-sai marechal e logo depois general, esses não foram quiméricos ao ponto de ver a redenção num banal estender de mão.

O que resultou disso? Novamente voltam às manchetes do país inteiro as intervenções nos sindicatos, prisões incommunicáveis de seus líderes, outra vez enquadramentos de pessoas ligadas ao movimento popular na famigerada Lei de Segurança Nacional.

Agora, o próprio general-presidente deixa de lado sua fiel guarda pretoriana e resolve atacar diretamente, e de público, à Igreja, acusando-a de incitar os grevistas pela manutenção do movimento paredista. Ora, presidente, acabou-se aquele tempo em que a Igreja só ministrava a extrema-unção aos mortos, quando ela se preocupava apenas em pregar o Evangelho e só entrava no mérito das questões relativas ao espírito. Hoje, sabe ela a tamanha responsabilidade que tem perante toda a comunidade mundial e especialmente a latino-americana, formada em sua esmagadora maioria pelos miseráveis. Se ela simplesmente virasse as costas ao povo, tudo que foi discutido refletidamente na conferência de Puebla teria perdido o seu sentido precípuo e sua razão de ser, caindo a Igreja no descrédito dos próprios membros da Celam que foram ao México pensar, discutir e dialogar francamente sobre soluções para os grandes problemas que afligem toda nossa imensa comunidade, à beira do caos econômico e social. Lembre-se, presidente, a Igreja há séculos deixou de vender indulgências."

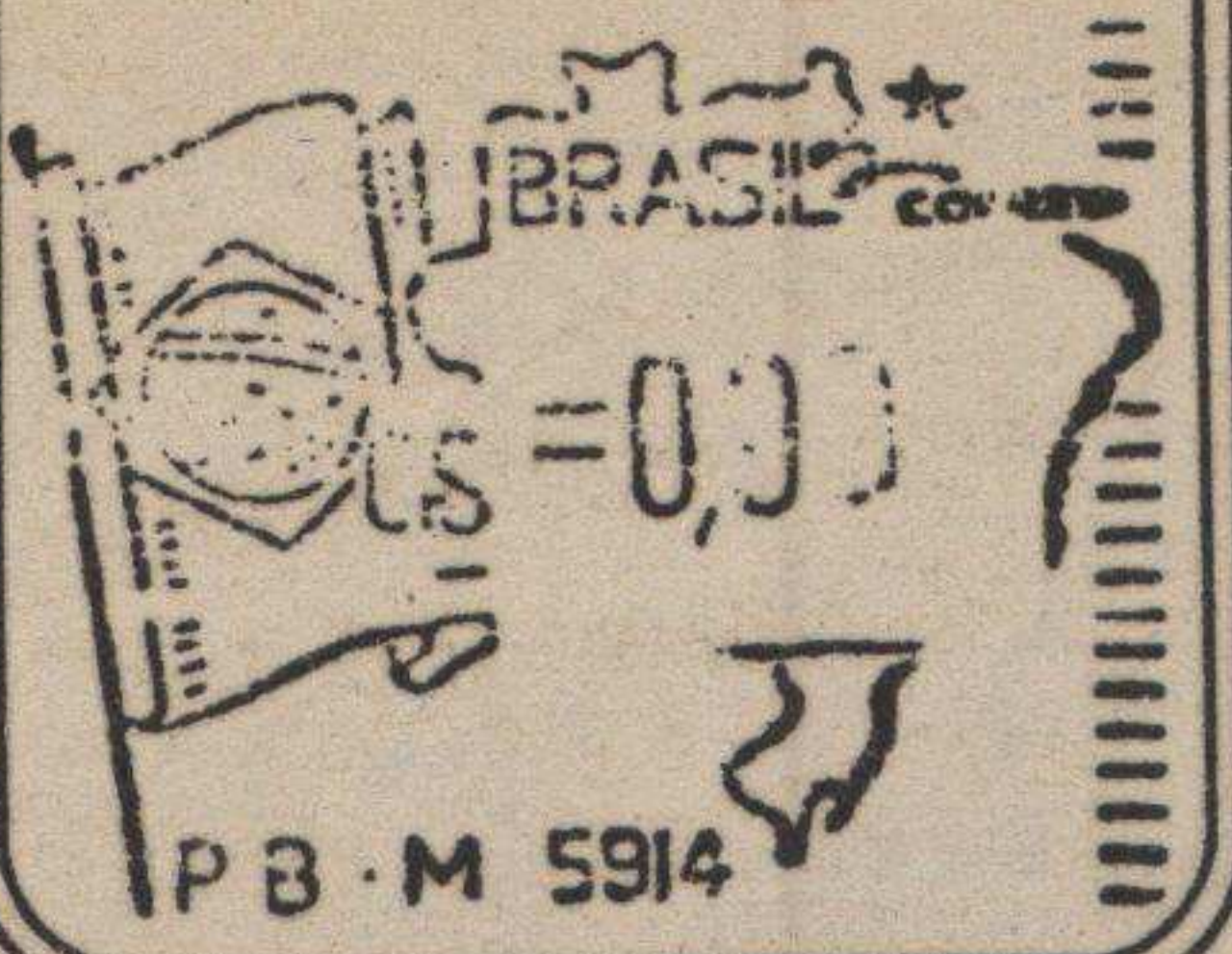
Fábio Jansen Olivier,  
Recife, PE

## Nossa verdadeira revolução é demográfica!

É talvez mais fácil explicar o Brasil a estrangeiros do que defini-lo a nível de consenso do povo brasileiro. No segundo caso embarçamo-nos nas flagrantes contradições de um país-continente, cujo PIB se eleva ao décimo lugar no mundo, mas cuja renda per capita o coloca atrás de 53 outros países. E no primeiro caso somos levados a uma visão abrangente, marcada

Continua na próxima página





pela tendência da tentativa de dizer o essencial, no pressuposto de pouca ou nenhuma informação por parte da audiência. Foi o que me aconteceu recentemente, ao conceder entrevista à reportagem da televisão francesa, sobre o Brasil.

Comecei dizendo que somos hoje um dos poucos países revolucionários do mundo. Abandonei aspectos político-ideológicos para ater-me à tese geopolítica de que os dois principais fatores de afirmação nacional, na atualidade, são grandeza territorial e população elevada. Falando a um povo que levou século e meio para dobrar seus índices demográficos, procurei dramatizar o que chamo de verdadeira revolução brasileira, partindo de ditado popular corrente no Nordeste nos meus tempos de menino — "o Brasil cresce de noite, enquanto o governo dorme".

Quando eu nasci, em 1920, éramos 26 milhões de habitantes, 90% dos quais vivendo em situação de penúria nos campos. Isso quer dizer que o conjunto de todas as cidades brasileiras não chegava a representar um mercado de três milhões de consumidores. Conseqüentemente, imperava a monocultura na produção campestre. O Brasil se definia como um país essencialmente agrícola, voltado para a exportação de uns poucos produtos primários.

Quando cheguei à maioria, já o Brasil alcançava 41 milhões de habitantes, mas ainda com 80% vivendo precariamente nos campos. Começara timidamente o processo de industrialização, dando margem ao surto migratório do campo para as cidades.

Com a bandeira desenvolvimentista levantada por Juscelino, acelerou-se, ainda nos anos 50, o processo de industrialização, com reflexo direto no positivo fenômeno da urbanização. Hoje, o Brasil tem mais de 120 milhões de habitantes, 80 milhões deles vivendo nas cidades. Destaque-se que a soma da população de suas cinco maiores cidades corresponde à população da Argentina e não encontra paralelo em nenhum país europeu. Assim, a verdadeira revolução brasileira, que é demográfica, corresponde, nestas últimas quatro décadas, ao que se verificou nos Estados Unidos, a partir da descoberta do ouro (1847) e do petróleo (1859). Washington sabe disso e não é à-toa que por todos os meios tem procurado obstaculizar o ritmo de crescimento demográfico do Brasil.

Esse, o panorama que esbocei do Brasil falando para os franceses. Falando aqui e agora, ao povo brasileiro, recomendo que tome consciência dessa verdadeira revolução, que já hoje oferece condições materiais ao Brasil, pela formação de um significativo mercado interno de consumo que lhe permite a diversificação da produção agrícola e valorização da respectiva mão-de-obra, de alcançar o objetivo, almejado de desenvolvimento plano, sem dependência externa.

A tese ganha oportunidade, em meio ao tumulto das contradições brasileiras, quando se chega a cogitar de solucionar o problema da dívida externa mediante o impatriótico expediente de oferecer aos credores um pacote de novas áreas de investimentos que incluem, além do Proálcool, do qual inexplicavelmente o governo pretende afastar a Petrobrás, Carajás e projetos de extração vegetal."

Genival Rabelo,  
São Paulo

## A história sobre Hitler e Owens está mal contada?

"Há vários anos a imprensa ocidental vem noticiando que Jesse Owens, obtendo quatro medalhas de ouro nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, desmoralizou a raça ariana; que Hitler não o cumprimentou por ser negro e que teria ficado



tão irritado com as vitórias do mesmo que abandonou o estádio... Ultimamente, estão sofisticando cada vez mais o assunto e já foi publicado que o Führer babava de raiva...

Naturalmente uma mentira dessas repetida ano após ano, assim como muitas outras que andam soltas por aí, acabam pegando e já saíram reportagens a respeito, em tevê, revistas e jornais, algumas até assinadas por brasileiros. Como todas as mentiras têm pernas curtas, por mais que nelas se insistam, nada melhor do que fazer uma pesquisa para desmascará-las. Os resultados são simplesmente espantosos!

O *Correio do Povo*, no dia 5/8/36, registrou o seguinte sobre acontecimentos verificados em Berlim no dia dois de agosto, o primeiro dia de competições:

"Hitler assistiu parte das provas no estádio, fez-se apresentar aos vencedores das provas que acabava de assistir da Tribuna do Governo. Felicitou pessoalmente a srta. Felischer, da Alemanha, pela primeira vitória. O diretor de Esportes, Von Tschauer Osten, apresentou as srts. Krüger, da Alemanha, e Kansniewska, da Polônia. Algum tempo depois, os três finlandeses dos 10 mil metros e o alemão Woellke, primeiro do lançamento de peso, o finlandês Baerlunde, 2º, e o 3º alemão Stoeck também foram apresentados ao Führer."

Depois informa que após estes cumprimentos e antes de retirar-se do estádio, conforme informação dada pelo sr. K. C. Duncan, secretário-geral da Associação Olímpica Britânica, membros do COI — Comitê Olímpico Internacional — solicitaram a Hitler que não mais cumprimentasse publicamente os vencedores de qualquer competição. Esse fato aconteceu no momento em que Cornelius Johnson (não Jesse Owens...), atleta negro dos Estados Unidos estava sendo laureado com a medalha de ouro com o salto em altura.

Naturalmente, após o pedido do COI, não houve mais cumprimentos em público durante o resto da Olimpíada, nem para os negros nem para os próprios arianos, apesar destes últimos terem sido os atletas que mais medalhas de ouro, prata e bronze conquistaram durante a mesma.

Na prova final dos 100 metros, venceu Jesse Owens, e o *Correio do Povo* registra, em 4/8/36: "Logo após o triunfo dos 100 metros, Jesse Owens declarou aos representantes da imprensa: 'É difícil imaginar como me sinto feliz. Parece-me de um momento para o outro que, quando corria, possuía asas. Todo o estádio apresentava um aspecto tão festivo que me contagiei e foi com maior alegria que corri, parecendo que havia perdido o peso do meu corpo. O entusiasmo desportivo dos espectadores alemães me causou profunda impressão, especialmente a atitude cavalheiresca da assistência. Podem dizer a todos que agradecemos a hospitalidade germânica'."

A segunda medalha de ouro ele conquistou no salto em distância, numa disputa com o alemão Lutz Long. Em seu último salto Owens atingiu 26 pés, recorde olímpico e mundial durante 24 anos.

Já um dos ídolos do povo alemão desde as eliminatórias dos 100 metros, Jesse Owens prepara-se para sua terceira medalha de ouro, nos 200 metros rasos. Apesar do mau tempo, o estádio para 110 mil pessoas estava lotado. Desde a partida Owens pegou a frente e cruzou a chegada em 20,7 segundos, baixando seu recorde olímpico e mundial.

Hitler também assistiu a esta prova, para a qual os alemães não haviam se classificado. Os alemães tinham preparado uma cerimônia de coroação muito especial para Owens, já prevendo sua vitória. Ele, o segundo e terceiro colocados alinharam-se numa tribuna, especialmente construída, enfeitada de folhagens, diante do camarote do Führer. Jesse Owens recebeu louros e um vaso com um pequeno carvalho e a banda executou o hino norte-americano. Após o hino, os três vencedores desceram, saudaram o camarote de Hitler e se retiraram. (É o tipo de homenagem que muito dirigente de nação gostaria de receber de seu próprio povo, nem pensando em recebê-la no exterior).

A quarta e última medalha de ouro foi conquistada no revezamento 4 x 100 metros, com o tempo de 39,8 segundos.

O negro era tão querido e popular do povo ariano que não teve, após a primeira vitória, praticamente mais descanso, pois onde andava tinha que dar autógrafos. Após a vitória no revezamento, viu-se obrigado a mudar de residência para fugir da multidão de caçadores de autógrafos. Milhares esperavam por ele do lado de fora da Casa Bautzen, na Vila Olímpica.

Concluída a Olimpíada, o governo alemão proporcionou a exibição de Owens, e mais alguns atletas americanos na cidade de Colônia, onde ele declarou, e o *Correio* publicou, que abandonaria a viagem através da Europa e seguiria o mais cedo possível para os Estados Unidos, "a fim de estudar diversas ofertas recebidas para ingressar no profissionalismo".

Após a exibição em Colônia, a delegação acertou uma exibição na Noruega e outra na Suécia, mas ele se recusou a partir para esses países. Não se conseguiu ainda dados concretos sobre o que aconteceu com Jesse Owens no período entre o final da Olimpíada e a sua recusa de continuar se exibindo. O certo é que ele foi suspenso pela Associação Atlética dos Estados Unidos, retornou à sua pátria, onde não houve fanfarras, abandonou seu curso universitário e assinou um contrato de regente de conjunto musical! E nunca mais competiu!

Será que havia preconceito racial contra os negros nos Estados Unidos, naquela época? Alguém teria armado alguma arapuca para ele?

É sintomático que a mesma imprensa

que tentou, há 44 anos, boicotar a Olimpíada de Berlim, tente hoje promover um boicote à de Moscou. É muito interessante, no entanto, o pedido feito pelo próprio Jesse Owens, antes de morrer, pedindo para que não boicotem a Olimpíada de Moscou, pois, conforme declarou, "em Olimpíadas não há lugar para política!"

S. E.,  
Porto Alegre, RS

## Contra qualquer intimidação ao jornalismo

"Acompanhamos atentamente o desdobramento político do excelente trabalho jornalístico da equipe do *Coojornal*, responsável pela publicação dos relatórios do Exército sobre a guerrilha do Ribeira.

Queremos reiterar nosso aplauso pela preocupação de bem informar o público do valoroso mensário gaúcho-nacional, ao mesmo tempo em que manifestamos nossa irrestrita solidariedade no episódio do IPM instaurado pelo III Exército. Não serão pressões intimidatórias, venham de onde vierem, que conseguirão calar a voz livre da imprensa independente ou soffrear a pulsação profissional daqueles que procuram mostrar ao país o que muitas vezes é escondido por escusos interesses."

Conselho de Administração da Projornal — Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda.,  
Goiânia, GO

## "Herrera foi um paladino da causa popular"

"Aprecio e respeito a valiosíssima informação prestada por esse jornal, assim como creio que está certa a visão analítica dos fatos e conjecturas políticas do exterior (*Coojornal* n.º 51). Creio oportuno, sem embargo, fazer menção ao artigo central referente ao processo político do Uruguai, meu país de origem. Sem desmerecer o contexto geral da reportagem do jornalista César Penteado, devo destacar como não exatas algumas apreciações. Uma delas, faz alusão a Luiz Alberto de Herrera como "pro-nazista". Esta acusação é tão antiga como a postura do grande caudilho nacionalista defendendo a neutralidade uruguaia na Segunda Grande inter imperialista e provém tanto de um como do outro bando dos então sócios para reparto do mundo.

Ninguém pôde documentar a ofensa para o caudilho e os milhares de seus seguidores, pois a imensa maioria de nosso povo é democrática. Em segundo lugar, quando se refere a Herrera como "guia espiritual" de Aparício Méndez e a chamada Juventude Herrerista. É necessário, em nome da verdade e por respeito a memória de um dos políticos mais honestos, populares e democratas de nossa história e cuja relevância transcendeu as fronteiras de sua pátria, declarar que tanto Méndez quanto a juventude chamada herrerista não assumiram atitudes ou posições que não sejam se não a antítese do pensamento do Dr. Luiz Alberto de Herrera, paladino da causa popular, da luta anti imperialista. Foi, além disso, um dos pais do revisionismo histórico da América — a América de tantas infâmias e de tantos mártires."

José A. Echevagusia,  
Rio de Janeiro, RJ

ASSINE O  
COOJORNAL!



Assine o  
Coojornal



# O jornal do presidente

Como é feita a sinopse de notícias que Figueiredo lê

Há 21 anos, o jornalista Ary Nery Peres acorda diariamente às 4 horas da manhã e vai trabalhar. Ele nunca se queixou desse sacrifício, pouco comum entre os jornalistas. Companheiro de Heron Domingues e Emilinha Borba na antiga Rádio Nacional do Rio de Janeiro, na década de 50, Nery Peres levanta a essa hora para fazer um tipo de jornal muito especial: ele é o redator-chefe da sinopse de notícias que o presidente da República lê todas as manhãs, esteja onde estiver.

Hoje, Peres escreve pouco, mas nem sempre foi assim. Em 1959, quando sugeriu e criou o caderno de notícias tiradas dos jornais e resumidas para o presidente Juscelino Kubitschek informar-se, ele era o único redator da sinopse, assim como JK era seu único leitor.

O jornalista, 55 anos e 31 de profissão, 1m50cm de altura, diz que não é correto imaginar que a sinopse surgiu somente com o objetivo de tornar mais fácil a leitura presidencial dos jornais, ainda que hoje exerça claramente esta função.

— Ela surgiu para preencher as necessidades de informação do presidente Juscelino. Ele havia mudado o gabinete para Brasília e tínhamos uma absoluta precariedade no sistema de comunicações. Pelo rádio o presidente acompanhava os fatos, mas isso não é suficiente. Ele precisava saber o que andavam dizendo os críticos, principalmente sobre Brasília. Todo mundo sabe que a maioria dos críticos não acreditava, em Brasília, eles combatiam a construção da nova capital. Foi observando essas dificuldades que imaginei e criei o caderno com o resumo das principais notícias publicadas nos jornais.

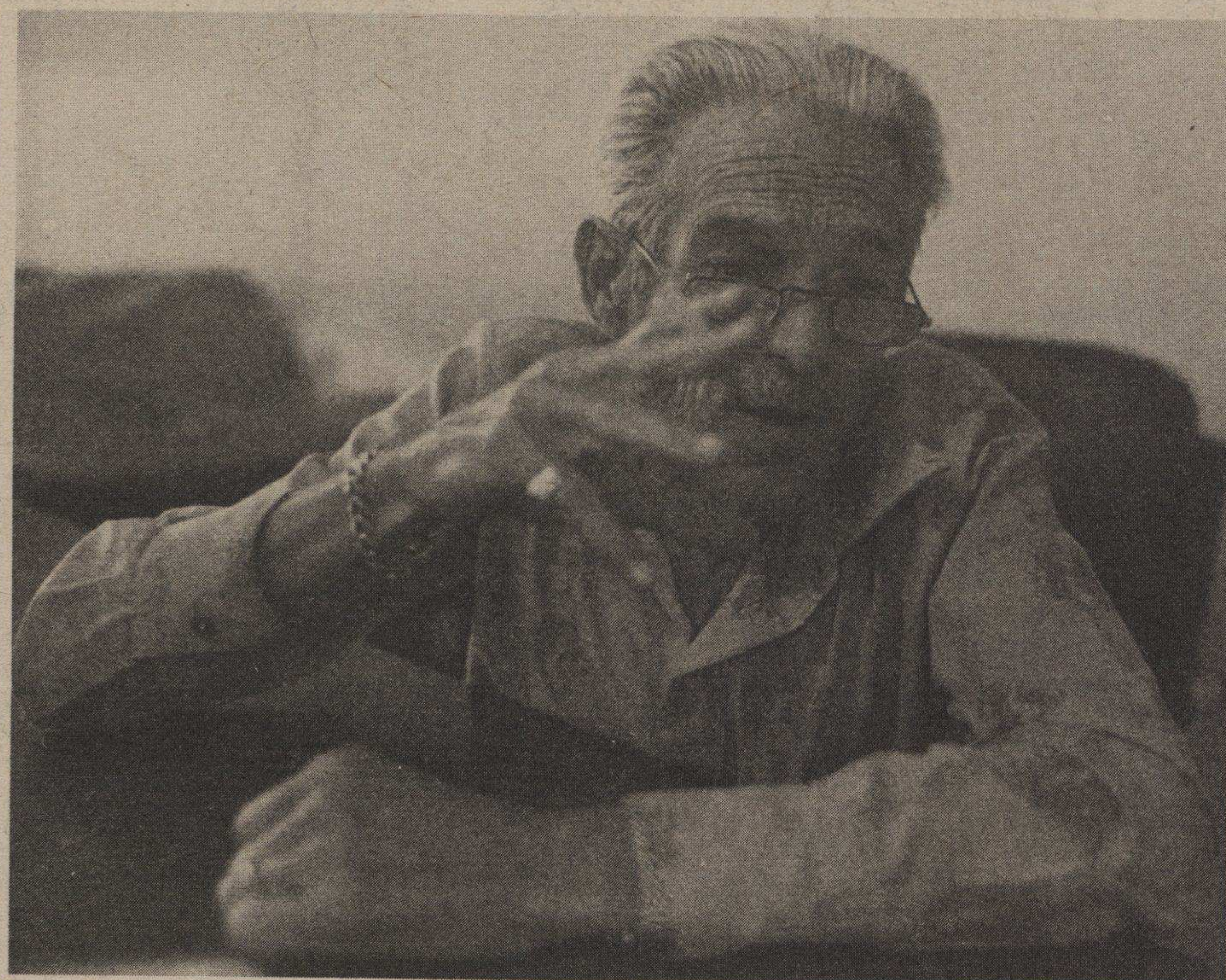
Naquele tempo, a sinopse era praticamente o único informativo que JK lia até o meio da tarde, quando vasculhava os jornais e recortes que Peres, seu assessor de imprensa, lhe entregava. Hoje a sinopse não é o único informativo que chega cedo às mãos do presidente. Ele recebe, também em casa, e quase ao mesmo tempo que o resumo de Peres, um boletim menor e confidencial feito pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

## MÉDICI PREFERIA O SNI

Os primeiros jornais a terem suas notícias, editoriais e colunas resumidas na sinopse presidencial foram os do Rio de Janeiro, seguidos depois pelos de São Paulo e pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Estas três cidades, segundo Nery Peres, são presença obrigatória na sinopse. Ele diz que existe uma "recomendação confidencial" para que as notícias dessas capitais sejam incluídas na leitura matinal do presidente.

A sinopse noticiosa do país chega ao presidente mesmo quando ele está viajando ao exterior, pois, de acordo com Peres, "hoje o mundo é pequeno demais para a grandeza das comunicações". Apesar dessa grandeza, até 1972, Peres imprimia a sinopse num velho mimeógrafo a álcool, seu "cachacinha de estimação". Mais tarde ele ganhou uma "brasileirinha da Xerox", com capacidade para fazer 30 cópias por minuto, e mais quatro máquinas para xerografar os exemplares dos leitores secundários. A cópia do presidente sai da "brasileirinha" porque ela dá mais nitidez.

Com a substituição da antiga Agência Nacional pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN), algumas coisas mudaram na sinopse, que agora é feita todos os dias, menos no Natal. Aos domingos ela



Nery Peres: "Juscelino precisava saber o que diziam os críticos"

inclui as matérias publicadas pelas revistas *Veja* e *Isto É* e, diariamente, apresenta uma síntese dos noticiários de fim de noite das Tvs *Globo* e *Bandeirantes*.

Invariavelmente às seis horas da manhã o motorista Jaime Ferreira de Souza sai rapidamente da redação da EBN, no setor comercial Sul, com o exemplar do presidente. Na maioria das vezes ele o entrega na residência oficial (hoje a Granja do Torto), mas há ocasiões em que ele precisa procurar o presidente, que pode estar entrando em um avião ou praticando equitação nas redondezas.

Quando foi criada, a sinopse era lida apenas por Juscelino Kubitschek, mas logo começou a ser distribuída também para alguns ministros. Hoje, Figueiredo divide a leitura da sinopse com todos os ministros de estado, um grande número de assessores do segundo escalão, diretores de empresas estatais e com alguns jornalistas conceituados no Planalto, como o colunista político Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*.

Entre os presidentes da República servidos por Peres, o mais exclusivista foi Jânio Quadros, que, ao assumir, reduziu de 200 para oito as cópias da sinopse: uma para si e as restantes para alguns

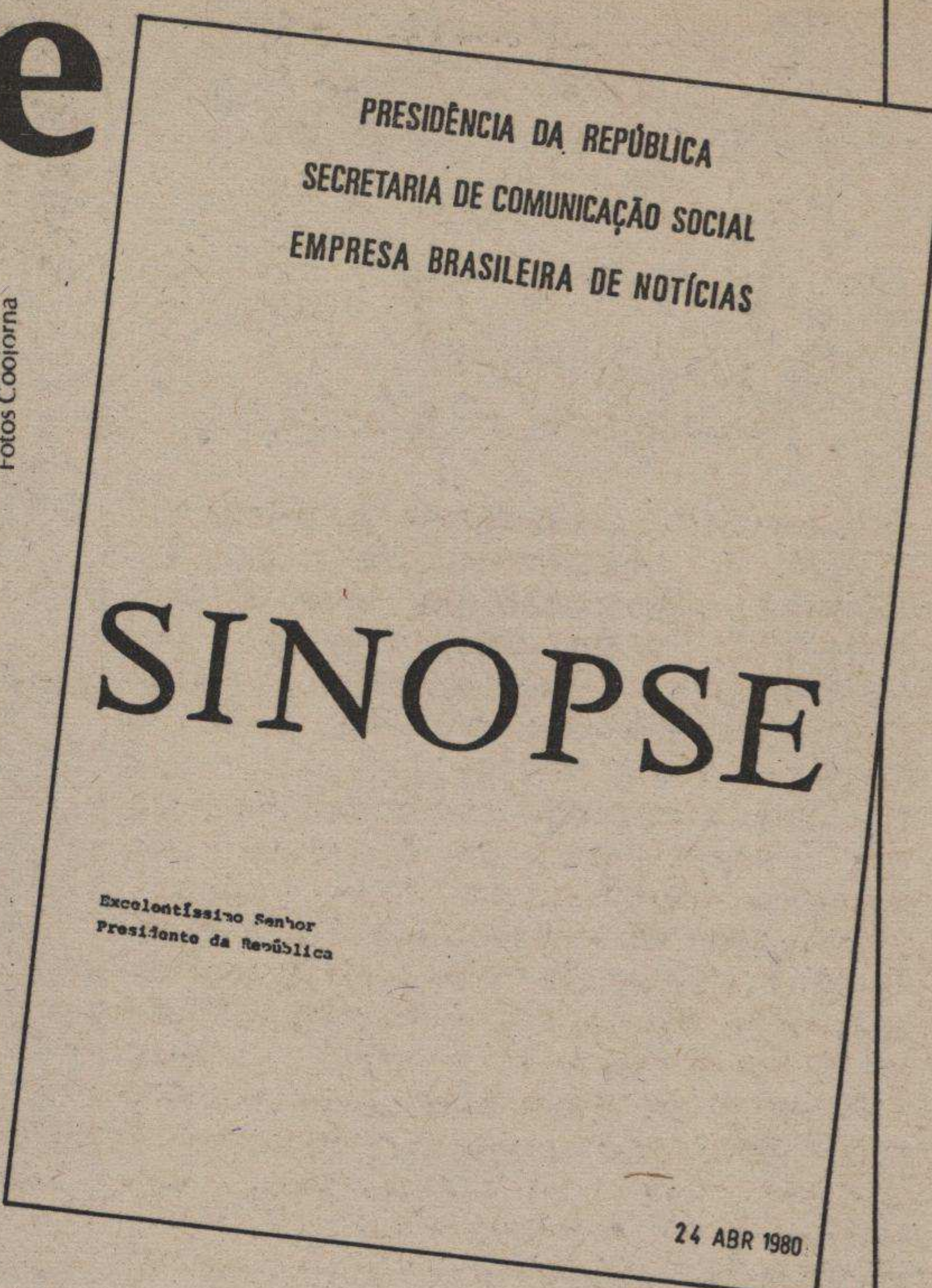
ministros. Depois da renúncia de Quadros, com a posse de João Goulart, as cópias ampliaram-se para o número recorde de sua história: 480 cadernos.

O leitor menos assíduo de Peres, informa-se em Brasília, foi o general Emílio Garrastazu Médici, que servia-se e confiava muito mais nas informações do SNI — até porque, naquela época, a censura sobre a imprensa tirava muito do interesse dos jornais.

## A GAFFE COM CASTELLO

Nesses anos todos, a sinopse de Peres não ficou imune a gafes e fraudes, como todo o órgão jornalístico. Ele não conta e nem faz comentários sobre alguns desses fatos. Contudo, nos meios palacianos fala-se que uma nota publicada num jornal de São Paulo foi a responsável pela transformação do general-presidente Humberto de Alencar Castello Branco num jovem muito viril.

A nota informava, com leveza, que o general cultivava o hábito de comer duas maçãs antes de dormir, segundo o colunista. Na sinopse de Peres, por um erro do datilógrafo, a nota saiu assim: "O general Castello Branco gosta de comer



duas moças diariamente, antes de dormir, hábito que cultivava com afinco".

Ainda em 59, quando apenas JK recebia o informativo, deu-se o seguinte fato, conforme lembra o jornalista:

— O presidente acabara de ler o resumo, onde tomara conhecimento de declarações feitas por um de seus ministros ao *Jornal do Brasil*. JK não gostou do que dissera o ministro e ligou imediatamente para ele, acordando-o às seis horas da manhã. Surpreso, o ministro não negou as declarações, mas quis saber como o presidente já sabia delas se os jornais só chegariam a Brasília no meio da tarde. Juscelino riu muito e informou: "Existe por aí um passarinho que vem me acordar todos os dias no Catetinho (NR: construção de madeira onde morava o presidente e que hoje é monumento histórico) para contar o que acontece no país e tudo o que meus ministros dizem e fazem".

Durante o governo Geisel, uma outra falha da sinopse: em uma de suas notícias resumidas chamou o general Adalberto Pereira dos Santos, na época vice-presidente da República, de "cardeal Adalberto". Mas "ele nem ligou", diz Peres.

Nem todo mundo lê a sinopse com a mesma assiduidade do presidente da República. Os ministros de estado frequentemente alegam falta de tempo para leituras, ainda que rápidas, do noticiário

( Continua )

## WFA, o redator do Planalto

— Expectativa em Bogotá: Embaixador Brasileiro poderá ser solto pelos terroristas. De Cabo Frio ao Rio, o preço do camarão triplica. Motim no presidio: refém pede pela vida.

Ao lado da máquina de escrever elétrica, o copo d'água, a caixa de fósforo, poucos papéis brancos, a caneta. Waldir Faria de Andrade começa mais uma sinopse. Ou melhor, WFA, do turno da madrugada da sucursal carioca da Empresa Brasileira de Notícias, Secretaria da Comunicação Social.

Um homem de 56 anos, morador no subúrbio carioca do Engenho de Dentro, jornalista há mais de 30 anos, é o encarregado da sinopse no Rio de Janeiro: dez a 15 páginas datilografadas com a condensação dos mais importantes assuntos dos jornais do dia.

Cabelo liso penteado para trás, rugas horizontais na testa, unhas permanentemente sujas de tinta, calças de tergal, Waldir chega ao edifício Novo Mundo, sede da antiga Agência Nacional, às nove da noite. Os funcionários já o conhecem, o ascensorista o espera para subir ao quinto andar, onde ele se sentará primeiro para ouvir e gravar a BBC de Londres e a Voz da América.

— A sinopse feita para o presidente da República é para ele tomar conhecimento das notícias boas e ruins que os jornais do Rio publicam à respeito das al-

tas autoridades, pensa Waldir.

WFA arruma sua cama na sala oito do quinto andar. Cinco cadeiras de plástico preto com os encostos unidos, tendo atrás, a mesa com a máquina de escrever. Chegar, ouvir as notícias, dormir, acordar, escrever a sinopse, voltar para casa. Waldir ou WFA — como assina, no cabeçalho da primeira lauda de texto — apenas "espreme o que o jornal fala, que o trabalho não deve reproduzir a opinião do redator".

Às duas e meia da manhã chega Manoel, que divide com Waldir a leitura dos jornais. Waldir lê O Globo e O Dia; Manoel, o Jornal do Brasil e a Última Hora. Quando o companheiro MAD chega, WFA já vai adiantado na redação das primeiras páginas da sinopse. O documento, sempre igual na forma, obedece a um padrão:

— Primeiro, as manchetes de primeira página, umas três ou quatro. Em seguida, o noticiário pela ordem publicada e destaque merecido no periódico. No mais, tudo sobre o presidente, notícias do exterior falando sobre o Brasil, dois editoriais condensados, sempre reproduzindo, este o espírito do trabalho", revela o jornalista.

— "O governador do Rio Grande do Sul diz que vai a Brasília conversar com o presidente sobre..." a gente estampa, para o presidente ficar sabendo das

intencões do outro. Se o jornal expressa um comentário, a gente estampa. Não há censura: se se fala do Arraes, do senador Paulo Brossard ou do Luiz Carlos Prestes, a gente reproduz. O presidente quer saber o que está acontecendo. Para engrossar, coloca-se uma vez ou outra um fato esportivo, embora o pesoado mesmo seja política e economia", explica Waldir.

Neste serviço das madrugadas, ele coleciona alguns orgulhos: ter dado, em primeira mão, a notícia da morte de Carlos Lacerda, a partir de uma nota dada pela Rádio Globo, às duas e meia da manhã, e tê-la soltado antes de que os jornais tivessem tempo de rodar o segundo clichê. O de trabalhar numa empresa ramificada pelo Brasil inteiro. O orgulho maior de escrever e saber-se lido pelo presidente.

E quem é o presidente da República, Waldir? "Não é um determinado presidente, mas todos", faz questão de ressaltar. Quando ele está no Rio, quem vai entregar o documento em suas mãos — ou melhor, na de seus assessores — é o próprio redator que, no entanto, nunca teve a oportunidade de cumprimentá-lo.

— Uma vez, houve uma solenidade no Monumento aos Pracinhos e eu fui vê-lo. Ele, porém, estava lá longe.

THAÍS DE MENDONÇA



— e desta forma livram-se de perguntas feitas durante as entrevistas.

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, parece ser o leitor mais eventual da sinopse. Entre os jornalistas, em Brasília, ele já se notabilizou como um dos ministros mais desinformados do governo Figueiredo. Para escapar de perguntas, Macedo costuma dizer que "às vezes não tenho tempo para ler. Vocês precisam entender que este é um ministério ardido".

O ministro da Indústria e Comércio, Camillo Penna, não é também grande leitor da sinopse, mas ele nunca se nega a comentar as notícias que lhe são detalhadas pelos jornalistas. Já o ministro César Cals, das Minas e Energia, em suas raras entrevistas não esconde sua desinformação, principalmente quando se trata de comentar editoriais, artigos ou reportagens a seu respeito.

Em seus 21 anos de existência a sinopse só deixou de circular uma vez, no governo Geisel: "Ela saiu", diz Peres, "mas não chegou ao presidente, o que deixou o coronel Rubem Ludwig, assessor de imprensa de Geisel, completamente furioso".



Jaime: a sinopse nas mãos do presidente

## O "caso" Francelino

A história da sinopse registra somente um caso fraudulento, segundo afirma Nery Peres, descoberto ocasionalmente pelo jornalista Sebastião Nery — o qual não tem parentesco com Ary Nery Peres, conforme ele faz questão de ressaltar.

Encarregado de transmitir para Brasília as notícias de Belo Horizonte, o repórter de *O Globo* e relações públicas da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, Leopoldo Vieira, enxertava em seus resumos declarações de autoridades favoráveis à indicação de Francelino Pereira para o governo de Minas, em 78.

Se foi o trabalho de Leopoldo o responsável pela indicação do ex-presidente nacional da Arena ao governo de Minas, Peres não sabe dizer. O piauiense Francelino Pereira, na época, negou que conhecesse Leopoldo, apesar das colunas sociais terem registrado dias antes um forte abraço do então deputado no jornalista Leopoldo.

O general Geisel lia na sinopse elogios a Francelino, os quais causaram mais tarde a demissão de Leopoldo de *O Globo*, da Agência Nacional e da SSP.

— Antes de sumir por aí, esse famoso Leopoldo desculpou-se afirmando que enviava para mim as informações que havia anotado de suas fontes e que não tinha culpa se elas não eram depois publicadas pelo jornal *O Estado de Minas*, o único diário de Minas Gerais a entrar na sinopse, lembra Nery Peres.

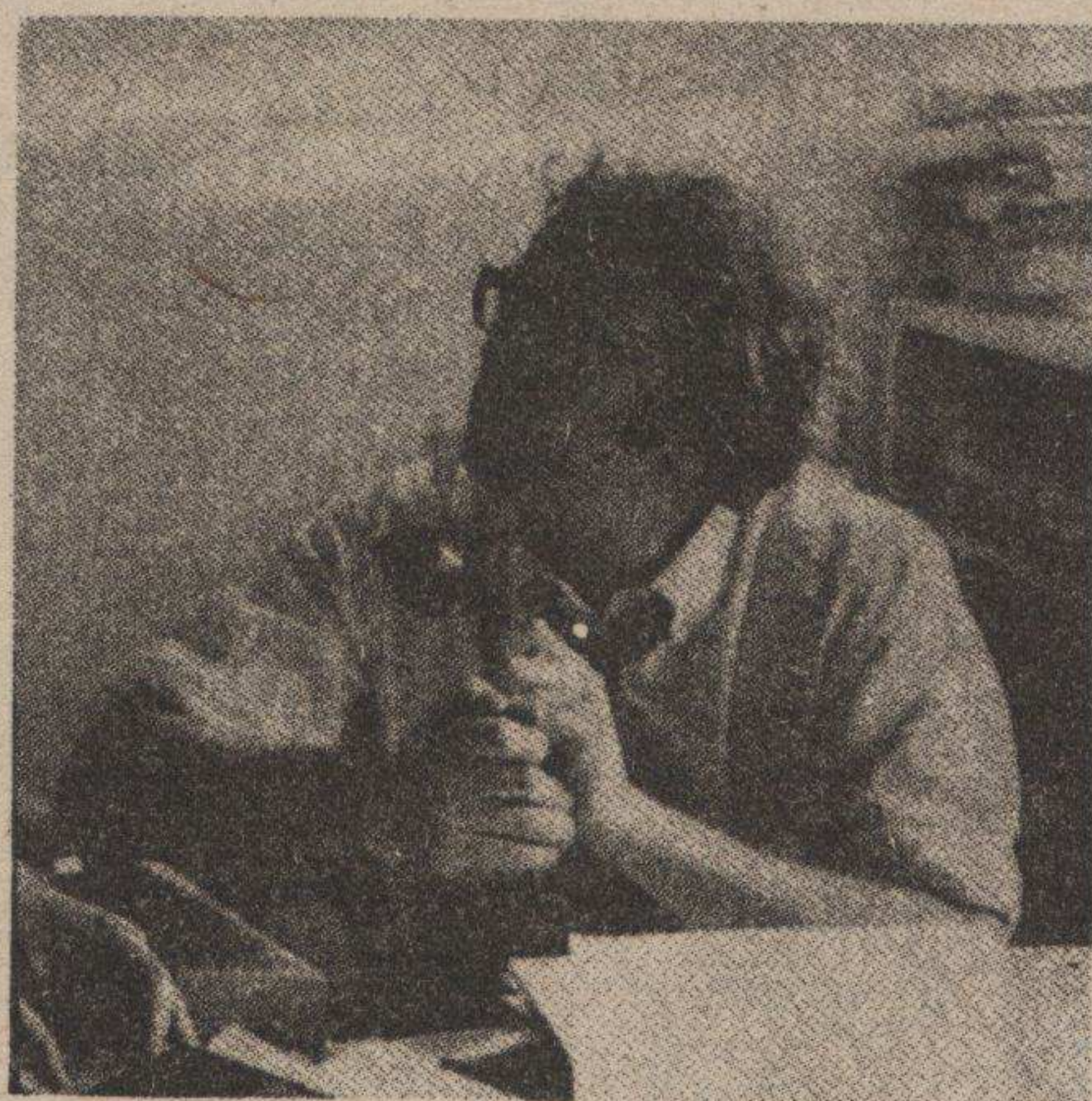
Esse foi um caso isolado, de acordo com redator-chefe da sinopse, o que é ratificado pelo diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Notícias, Luis Adolfo Pinheiro. Depois do episódio de Minas, ele diz que os cuidados com a sinopse são maiores: "as informações são sempre checadas e se houver dúvidas elas não entram no resumo".

ARIOSTO TEIXEIRA

## 67 anos de jornalismo investigativo

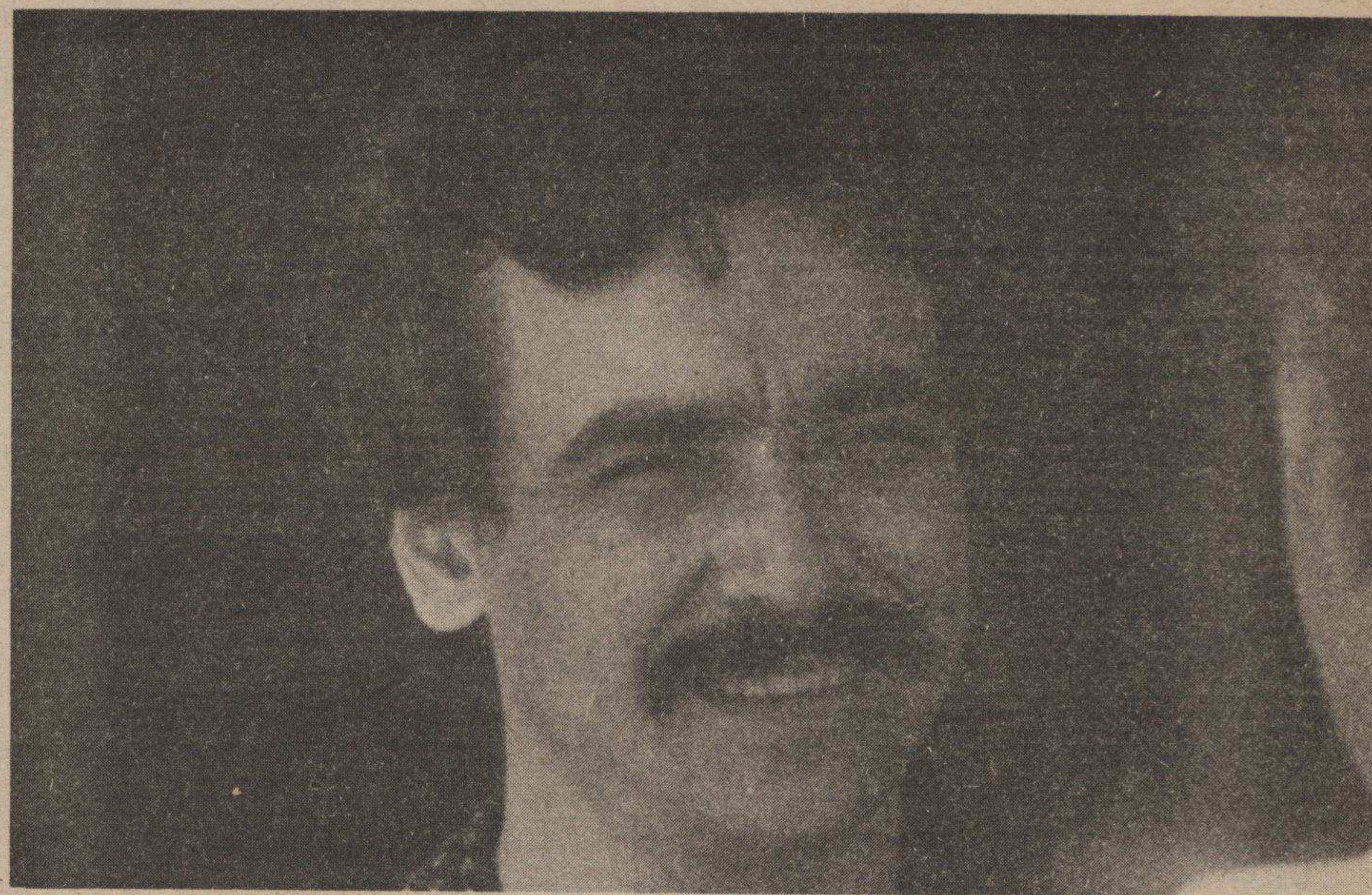
"A imprensa tem que viver de furos". É assim que Bruce Page, o novo diretor-chefe do pequeno mas influente semanário londrino *The New Statesman*, define sua filosofia de trabalho, que acaba de produzir mais um resultado espetacular. Depois de ter denunciado em 1972, à frente da equipe de reportagem do semanário *Sunday Times*, o escândalo da talidomida — com ramificações inclusive no Brasil — Page conseguiu provar, com detalhes meticulosos, o que para a maioria dos ingleses parecia até agora altamente improvável, ou seja, que aquele modelo de democracia que é a Inglaterra se tenha transformado num autêntico estado policial.

Numa série de reportagens, que, sem dúvida, devolverão ao *New Statesman* a glória dos dias em que nele colaborava George Orwell, Page desvendou todos os segredos do complexo sistema de computação instalado numa das divisões do correio, que registra instantaneamente conversas telefônicas entre líderes sindicais, políticos, jornalistas, representantes de missões estrangeiras, etc. Mostrou também como o sistema de raios laser ultrasensíveis lê, sem abrir ou desdobrar, toda a correspondência. Tudo isso, ilegalmente, pois é na Inglaterra, principalmente, que o direito à privacidade é inviolável. Para tanto, Page contou com sua equipe de onze repórteres (com salário mensal de 90 mil cruzeiros) e mais a colaboração de um perito em telecomunicações. O escândalo deixou em pânico o governo conservador. Mais que isso: fez história. Pois, depois das reportagens de Page, a Inglaterra já não é a mesma (se um dia o foi) aos olhos dos próprios ingleses.



When Bruce Page, o novo editor

Com reportagens assim, Page pretende dinamizar o semanário, cuja tiragem caiu de 90 mil exemplares em 1965 para 40 mil atualmente. "Com mais dez mil exemplares e mais dois ou três furos por ano", diz Page, "vamos levantá-lo". Não será difícil. *The New Statesman* é, talvez, o mais famoso semanário de reportagens da Inglaterra. sua linha editorial prende-se de maneira obsessiva à defesa do jornalismo investigativo e não faz concessões. Impresso em papel jornal, despojado, praticamente sem publicidade, vive de assinatura e de venda em bancas. Além da política, seu forte é a secção de cultura, por onde desfilam os melhores críticos do país. Com 67 anos de idade, continua sendo o "nanico" de Fleet Street (rua onde se concentra a maioria das redações dos jornais de Londres). Nem por isso deixa de merecer o maior respeito por parte do leitor ou da imprensa. Harold Evans, editor-chefe do prestigiado *Sunday Times*, por exemplo, observa: "O *New Statesman* é de leitura obrigatória". Outro conhecido jornalista inglês diz: "Não passa uma semana sem que a gente encontre no *New Statesman* alguma coisa que não foi publicada por ninguém".



Luiz Lanzetta

Bianchi: contradições entre a mobilização popular e o estado

## A comunicação e os movimentos populares

"As revoluções ocorridas no século XX têm sido incapazes de gerar uma imprensa alternativa"

Na escassa produção teórica sobre alternativas de comunicação, em todo o mundo, vêm se destacando, nos últimos anos, os trabalhos do chileno Carlos Bianchi, de 34 anos, hoje trabalhando no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Estocolmo. Formado em Jornalismo, Economia e História da Arte, Bianchi acumulou experiência em comunicação alternativa quando dirigiu, durante o governo de Salvador Allende, no Chile, o jornal do Comando Popular de Abastecimento Direto — que circulava entre 163 mil famílias pobres de Santiago. Ele também foi o responsável pela administração das rádios desapropriadas e entregues aos diversos sindicatos de mineiros.

Recentemente, Bianchi concluiu uma pesquisa para a Universidade de Estocolmo — *Comunicação alternativa e a nova ordem de informação na América Latina* — e está preparando dois novos projetos: um sobre o conhecimento científico e ensino na América Latina e outro sobre a ocidentalização das técnicas jornalísticas empregadas em três países africanos.

De passagem para a Venezuela e México, Carlos Bianchi concedeu esta entrevista aos repórteres Luiz Lanzetta e Daniel Herz, em Brasília:

**Qual o seu conceito de imprensa alternativa?**

**Carlos Bianchi** — Definir o que seja imprensa alternativa é definir, antes, o que seja imprensa normal, para poder saber a que ela é alternativa. Se a imprensa normal é aquela que está integrada ao sistema político-social de dominação, a alternativa será aquela imprensa que pretende superar o sistema de dominação. E aqui cabem duas possibilidades: impedir e superar para tornar-se outra força de dominação, ou querer dominar esta força para acabar com as relações de dominação. Suponhamos que a alternativa seja a segunda. Então, ela será uma imprensa que contribui profundamente para o processo de libertação social, e este processo tem que ser entendido como o estabelecimento de um novo relacionamento entre os homens que vivem em sociedade. Um meio alternativo de comunicação é o capaz de produzir e distribuir mensagens que contribuam para a criação de um novo modelo de sociedade, em que se faça a igualdade real entre os homens.

**A imprensa alternativa deve ser então um instrumento de luta por esta sociedade?**

**Bianchi** — Só se tem produzido imprensa alternativa no marco de um processo de luta contra uma sociedade centralizadora. No entanto, quando esta luta triunfa, habitualmente os meios de

comunicação que este novo setor desenvolve também são manipuladores. Em geral, as revoluções ocorridas no século XX têm sido incapazes de gerar uma imprensa alternativa. Mas os processos revolucionários que levaram a estas revoluções são capazes de criar uma imprensa alternativa.

**Esse tipo de imprensa é inerente ao processo de luta social ou ela é específica da luta de classes nas sociedades industrializadas?**

**Bianchi** — Os meios de comunicação alternativa são aqueles que surgem do marco de um processo de mobilização popular e que se constituem funcionais a este processo. Parece que há uma contradição profunda entre os processos de mobilização popular e as organizações estatais e parece bastante difícil manter o nível de criatividade popular que se dá em um processo de luta popular quando aquele que está lutando se transforma em estado.

**Há experiências importantes na busca de uma comunicação alternativa?**

**Bianchi** — Parece que neste momento, em Moçambique, há uma tendência muito interessante no questionamento dos processos culturais, ideológicos e de comunicação. Eu não conheço a experiência, mas tenho informações a respeito. Parece que há uma confluência de vontade por parte do povo e do governo para elaborar políticas culturais e econômicas que compreendam o desafio da libertação.

**Quais as principais dificuldades encontradas nestes processos?**

**Bianchi** — O problema da comunicação alternativa não é só o de criar meios similares aos *mass media*. A comunicação alternativa pode dar-se de diferentes formas. Por exemplo: em Moçambique se dá uma experiência de teatro popular que dramatiza a experiência cotidiana da população e procura incorporar a esta dramatização alguma mensagem sobre as formas de solução dos problemas da comunidade a respeito de alguma campanha de saúde, educação, etc. Toda a força desenvolvida em torno desta tendência de teatro popular permite entendê-la como um meio alternativo de comunicação. Por isso, deve dizer-se que a comunicação alternativa não deve reduzir-se à imprensa.

Mais ainda: talvez a imprensa seja o meio menos propício de todas as comunicações alternativas possíveis, devido ao emprego de recursos econômicos, técnicos, financeiros, administrativos e intelectuais que demandam a publicação e distribuição de um periódico.



## Sangue novo em A Platéia

O jornal **A Platéia**, do município de Sant'Ana do Livramento, que durante muito tempo foi considerado o melhor do interior do Rio Grande do Sul, sofreu uma completa reformulação no início deste ano. Com 43 anos de circulação, o jornal enfrentava uma série de problemas econômicos e estava na iminência de desaparecer. Até que surgiu um grupo de jornalistas santanenses dispostos a salvá-lo. Formaram a empresa **Editorial Cerros Verdes** e assumiram o controle do jornal no dia 1º de março, mediante contrato de arrendamento por cinco anos, com opção de compra.

**A Platéia** atingiu seu ápice na década de 60, sob o comando do jornalista M. Toscano Barbosa. Ferrenho opositor do movimento militar de 64, Barbosa transformou seu jornal numa corajosa tribuna em defesa da liberdade de expressão e dos princípios democráticos, tendo, por isso, respondido a vários IPMs.

No início dos anos 70, porém, M. Toscano Barbosa não conseguiu suportar as dificuldades econômicas, determinadas, em grande parte, pela posição independente do jornal, e teve que vendê-lo. **A Platéia** passou às mãos do **Grupo Grisólia**, mas as dificuldades permaneceram. De diário ele passou a sair três vezes por semana, mas continuou circulando, já em franca decadência.

A tiragem de **A Platéia** oscilava em torno de 1.200 exemplares destinados principalmente à assinaturas e cortesias. A venda avulsa era ínfima: 300 exemplares. Com a reformulação, a tiragem praticamente triplicou em apenas dois meses e os anunciantes voltaram a acreditar no jornal.



Elmar Bones, diretor de **A Platéia**

A receptividade do público e dos anunciantes faz com que os diretores da **Cerros Verdes** — jornalistas que iniciaram suas atividades em **A Platéia** e se tornaram conhecidos em outros centros — já pensem em expandir o jornal para outras cidades, como nos bons tempos de M. Toscano Barbosa, em que monopolizava o mercado jornalístico de outras cidades, como Dom Pedrito, São Gabriel, Quaraí e Alegrete, sem falar na cidade uruguaia de Rivera, que faz fronteira com Livramento. Os diretores atuais de **A Platéia** são Elmar Bones (ex-editor do **Coojornal**), Danilo Ucha e Glênio Lemos, e o jornalista Waldo Teixeira é o editor.

Rafael Guimarães

## Monopólio na imprensa de Caxias do Sul?

### Os três jornais da cidade são, agora, do mesmo dono

Caxias do Sul, com seus 220 mil habitantes e intensa atividade industrial, é a segunda cidade gaúcha em importância econômica. Entretanto, sua atividade jornalística não corresponde a esta grandeza. É que desde o início de abril, a imprensa local está nas mãos de um único grupo. A **Empresa Jornalística Pioneiro SA**, que já editava o bisemanário **O Pioneiro**, passou a controlar os dois outros jornais da cidade, os semanários **Jornal de Caxias** e **Correio Riograndense**, que pertenciam a um grupo de religiosos da Ordem dos Capuchinhos.

O grupo **Pioneiro SA**, liderado pelo empresário Bernardino Conte, associou-se à **Sociedade Literária São Boaventura**, mas manteve o controle acionário. Os números da transação não foram revelados, mas sabe-se que foram pagas 360 mil ações ordinárias da **Pioneiro SA** pelo **Jornal de Caxias**. Além disso, a sociedade dos capuchinhos teria se comprometido a não editar nenhum jornal periódico nos próximos oito anos, o que evidencia a intenção do monopólio da imprensa.

Os rumores de que os jornais seriam vendidos circulavam há vários meses, mas só foram confirmados em meados de março, quando a direção do **Jornal de Caxias de Caxias** reuniu os 17 funcionários e comunicou que eles estavam despedidos. Na mesma oportunidade, foi feito o convite para que todos trabalhassem no **novo Jornal de Caxias**, a partir de abril. Dias depois, Bernardino Conte compareceu à Câmara de Indústria e Comércio de Caxias para expor seus planos ambiciosos: transformar **O Pioneiro** em jornal diário, até o fim do ano, e lançar uma rádio FM.

Para o grupo, não há dúvida que foi um salto gigantesco. **O Pioneiro** tinha uma tiragem semanal de 10 mil exemplares — oito mil na edição de sábado e dois mil na de quarta-feira. Só as assinaturas do **Correio Riograndense** correspondem a quatro vezes este número. Conte, um bem-sucedido empresário do

setor de transportes, que já foi presidente da Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho), garante que os negócios não objetivavam nenhuma intenção política e que tampouco pretende alterar a orientação dos jornais.

### JORNAL DE ESQUERDA

As maiores expectativas voltam-se para o comportamento do grupo em relação ao **Jornal de Caxias**, considerado um dos melhores periódicos do interior do Rio Grande do Sul, principalmente nos últimos três anos, quando o frei Moacir Molon assumiu a direção editorial. Adepto do jornalismo interpretativo, Molon aumentou a equipe do jornal e alterou sua estrutura, enfatizando os problemas sociais enfrentados pelos 30 mil favelados de Caxias do Sul e tratando assuntos como falências fraudulentas e negociações com a maior independência. Imediatamente foi classificado pelos industriais locais como "jornal de esquerda".

A situação foi agravada com um processo movido por dirigentes de autarquias contra o jornal, por ter publicado uma carta onde um leitor referia-se ao passado dos aludidos personagens. Além disso, o **Jornal de Caxias** era o grande concorrente do jornal **O Pioneiro**. Agora seus profissionais são funcionários da mesma empresa.

A par desta briga, as outras áreas do jornalismo local também não vão nada bem. Existem cinco emissoras de rádio AM, duas FM, um canal de televisão, todos controlados por grupos de fora de Caxias. A **TV Caxias**, por exemplo, pertence à Rede Brasil Sul de Comunicações, dos mesmos proprietários da **TV Gaúcha** e do jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre. A **Rádio Caxias**, líder de audiência, que deverá chegar à potência de 20 quilowatts ainda este ano, é da Rede de Emissoras Reunidas, de propriedade de Frederico Balvé, vice-presidente de futebol do SC Internacional, de Porto Alegre.

Para os mais bairristas, isto justifica as más condições da imprensa local. Atualmente existem 55 jornalistas trabalhando em Caxias, dos quais apenas nove têm registro profissional. A média de salários de repórteres varia de Cr\$ 3 mil a Cr\$ 4 mil. Os editores recebem, em média, Cr\$ 12 mil.

CÂNCIO PAULETTO

## Passaralho ataca em Santa Catarina

Cinco jornalistas demitidos em menos de um mês. **Passaralho**, o terror das redações, existe mesmo, está em Santa Catarina, chama-se Augusto Wolff, interventor no **Jornal O Estado**, o mais antigo e influente diário de Florianópolis.

O passaralho Wolff, nascido das dificuldades econômicas do jornal e de um acordo com o governo, que queria evitar a venda do controle do único veículo importante do estado para o grupo gaúcho Rede Brasil Sul de Comunicações, (RBS), apareceu em março como simples palpiteiro nas reuniões de pauta, "para me familiarizar com a rotina do jornalismo". Em abril, já familiarizado, distribuiu cinco cartas de demissão, mesmo sem constar do expediente do jornal ou mesmo da folha de pagamento — e garantem que ele tem mais dez no bolso do macacão, que veste quando desce às oficinas.

O auxílio do governo do estado e do

empresariado catarinense é de Cr\$ 21 milhões, em três parcelas anuais, a primeira de Cr\$ 6 milhões. Com o dinheiro, discretamente coordenado por Wolff, vieram as demissões do editor de economia, Jurandir Pires de Camargo, dos repórteres Sérgio Rubin e Flávio Carvalho, do fotógrafo Rivaldo Souza e do cronista Beto Stodieck, além de uma guinada na linha editorial do jornal — Wolff diagrama pessoalmente a página política. PDS com chamada na capa, alto de página ímpar, oito colunas, todos os dias. Oposição em duas colunas, página par, três vezes por semana.

Das demissões, um saldo favorável: quatro dos cinco jornalistas demitidos, com o apoio de outros que saíram espontaneamente de **O Estado**, lançaram o nanico **Afinal** (tablóide, mensal, oito páginas, sete mil exemplares a Cr\$ 20,00). No primeiro número uma entrevista com o quinto demitido, Beto Stodieck, "pela primeira vez sem censura", que responsabilizou o governo do estado pelas pressões na imprensa catarinense, e no seu estilo irreverente acusou o governador de pé frio:

— Foi no seu governo que naufragou o navio Malteza, poluindo nossas praias, que Petrônio Portela começou a morrer, que Figueiredo brigou com o povo e que caiu o avião da Transbrasil. Santa Catarina era uma terra feliz, antes dele".

Outra denúncia: o Educandário 25 de Novembro, do Promenor, teria sido incendiado propositalmente. O governo queria a área, próxima ao palácio residencial da Agrônoma. O fogo surgiu em quatro lugares diferentes mas isto são dúvidas que a imprensa catarinense não quis levantar.

Em tempo, o **Passaralho** também atacou em abril. A **Caldas Júnior** demitiu onze correspondentes no interior catarinense, em surdina, no mesmo dia em que fechava a **Folha da Manhã**, em Porto Alegre, alegando contenção de despesas.

WALTER MORAES

## Ponha CUBA na parede!

Agora você já pode por em sua parede, as fotos de André Boccato, selecionadas da Exposição "CUBA - A ILHA EM FESTA".

Editadas na forma de belíssimos posters plastificados, impressos em papel couche especial e COLORIDOS

Poster nº 2



Peça pelo reembolso postal. Você receberá seus posters nesta embalagem especialmente lacrada.

Poster nº 3

Queiram enviar-me pelo reembolso postal os seguintes posters:

nº 1 Quantidade  nº 2 Quantidade  nº 3 Quantidade

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Est.: ..... CEP: .....

Pedidos À Editora Graffiti Caixa Postal 58.111 CEP 01302 São Paulo

Não querendo recortar o anúncio faça o pedido por carta.

**afinal**

FOLHAS, SC. ANO 1 - NÚMERO 1 - MAIO DE 1980 - 20 cruzeiros

**Beto Stodieck:**

Estou com... medo de ser assassinado!

**Corrupção**

**Feira Livre:**

Fome, safadeza, farsa.

Afinal nº 1 denuncia o Passaralho



# Da estratégia à força bruta

Os que atribuem o dom da infalibilidade aos estrategistas do Palácio do Planalto devem estar bastante decepcionados com os rumos tomados pela greve que os metalúrgicos do ABC paulista começaram há mais de um mês. Os que exaltam a habilidade política do ministro do Trabalho no trato das questões sindicais devem, igualmente, ter sofrido grande decepção. Desta vez, os estrategistas erraram feio e o ministro do Trabalho mostrou que, além de não ter poder, é de uma inabilidade gritante quando se vê acuado. Resultado: descartadas as possibilidades de solução política para o conflito entre os metalúrgicos, de um lado, e a FIESP e o governo, de outro, apelou-se, sem maiores delongas, à força bruta.

Para o governo, tudo deu errado desde o início. Quando a greve parecia inevitável, Murilo Macedo procurou esvaziá-la caracterizando-a como eminentemente política, como questão de prestígio político de Lula e do Partido dos Trabalhadores que ele está organizando. Macedo chegou a dispor de tempo na televisão para, dramaticamente, alertar os trabalhadores e suas mulheres para os perigos do desemprego, segundo ele uma decorrência inevitável da greve. Quando os metalúrgicos reuniram-se pela primeira vez no estádio de Vila Euclides e aprovaram a proposta de greve, Macedo apostava num fracasso do movimento, que, na pior das hipóteses, não passaria de alguns dias, segundo seu raciocínio.

A greve começou, no dia 1º de abril, e a partir daí o governo passou a esperar apenas que, não se chegando a um acordo entre trabalhadores e patrões (como, dessa vez com razão, previam os estrategistas do Planalto), o Tribunal Regional do Trabalho decretasse a ilegalidade do movimento.

Os que estavam perto asseguram que Macedo levou um susto, literalmente, quando soube que o TRT não havia declarado a greve ilegal. Com essa decisão, os juizes do Trabalho desmontaram toda a tática traçada pelo Governo para acabar com a greve. A decisão, por si só, serviria como desestímulo aos grevistas, que tenderiam ao retorno às fábricas. Além disso, caso o movimento persistisse, o Ministério do Trabalho poderia intervir nos sindicatos e afastar seus dirigentes — especialmente Lula, que querem ver longo do movimento sindical e, se possível, da política.

Com a decisão do TRT, a greve ganhou fôlego por mais alguns dias, apesar dos altos gastos da FIESP em anúncios nos jornais paulistas, conclamando todos a voltarem ao trabalho.



Lançando toda sua máquina de pressões contra o TRT, o governo acabou por levá-lo a uma nova decisão, oposta à anterior. A Justiça do Trabalho saiu gravemente machucada em sua credibilidade, mas o governo ganhou os pretextos que queria para agir com mais rigor. Começaram, então, a ser aplicados os planos previamente traçados: intervenção, prisões, repressão nas ruas, proibição de assembleias, etc.

O objetivo, todo o tempo, é um só: derrotar definitivamente os metalúrgicos de São Bernardo, ou seja, derrotar o setor mais avançado do movimento sindical, para ser um exemplo a todo o país. Foi decidido no Palácio do Planalto que qualquer concessão aos trabalhadores serviria para fortalecer o movimento sindical, Lula e o PT, e por isso optou-se pela intransigência total. Os empresários receberam ao mesmo tempo ordens de não negociar e promessas de ajuda financeira aos que resistissem. O DOI-Codi saiu novamente às ruas, como nos tempos do AI-5, seqüestrando pessoas sem mandado de prisão e entregando-as ao Deops.

O governo saiu com toda força contra os grevistas, prendendo e arrebatando, ações previstas pelo presidente Figueiredo, nos tempos de candidato, aos que ousassem se colocar contra sua abertura política.

O desgaste, é claro, é inevitável. Ficou óbvio que a abertura não chega aos

trabalhadores, limitando-se a microfones do Congresso, à imprensa, ao já fora de moda *topless* e ao nu frontal.

A democracia existente não vai até o direito de greve, de livre reunião, de ir e vir. Desgastando-se politicamente com os episódios que se desenrolavam a cada dia no ABC paulista, o governo viu-se mais perdido diante da resistência dos metalúrgicos, que continuavam em greve apesar de todas as sucessivas previsões de Murilo Macedo quando ao fim da paralisação. E encontrou pela frente uma força organizada dando todo apoio aos grevistas: a Igreja Católica.

Houve um momento em que as relações do governo com a Igreja de São Paulo e com a CNBB estiveram tão tensas que o Núncio Apostólico foi mobilizado para intermediar o conflito. A verdade é que o apoio da Igreja foi subestimado pelos estrategistas, que ficaram irritados quando viram uma variável não prevista interferindo em seus tão bem elaborados planos. A ação do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, do bispo D. Cláudio Hummes e do clero paulista em geral interferiu diretamente sobre as expectativas governamentais quanto ao fim da greve, uma vez que sediando as assembleias e coordenando o fundo de greve, a Igreja ajuda o movimento a sobreviver.

Assim, o desgaste político do governo foi aumentando progressivamente, enquanto os metalúrgicos conseguiam manter a greve até o 1º de maio. Confuso diante de um quadro que não esperava, mas disposto a ir até ao fim em sua disposição de aniquilar os metalúrgicos de São Bernardo, o governo perdeu as estribeiras, cometendo toda sorte de ilegalidade a pretexto de cumprir a lei, indo a ponto de prender os que se arriscassem a vender bônus para o fundo de greve. O presidente Figueiredo chegou a dizer que a CNBB não é a Igreja, senadores e deputados foram agredidos nas ruas. Mas foi no 1º de maio que o governo sofreu sua maior derrota — proibiu qualquer manifestação em São Bernardo, mas cerca de 100 mil pessoas saíram às ruas obrigando as autoridades militares a usarem o bom senso e liberarem a passeata e posterior comício no estádio de Vila Euclides. A manifestação do dia do Trabalho foi sem dúvida conquistada, e o governo sem dúvida teve de recuar.

Em menor escala, a mesma tática aplicada no ABC foi usada contra os professores mineiros, que também entraram em greve. E essa será, pelo menos nos próximos meses, a tática governamental para enfrentar os movimentos grevistas e derrotá-los: pau puro. O importante para os estrategistas do Planalto é que a chamada abertura siga exatamente o caminho traçado por eles, sem desvios e atropelos. Greves freqüentes, principalmente as que atingem setores vitais para a abalada economia do país, são exemplos desses temidos atropelos. Contra elas, e contra o movimento sindical em geral, o governo não relutará em aplicar as medidas repressivas institucionalizadas ou não, sempre em nome da abertura. A política salarial em vigor, anunciada como remédio para todos os problemas trazidos pelas constantes mobilizações de trabalhadores a partir de 1978, faliu, só falta agora dar um tempo para que os tecnocratas dos ministérios do Planejamento e do Trabalho possam elaborar novas fórmulas.

Do confronto dos metalúrgicos paulistas contra os empresários e o governo, ninguém em sã consciência poderia esperar uma vitória dos primeiros. Mas, em um balanço quase final do movimento, uma coisa é certa: ainda que perdendo os dias parados, sofrendo demissões e com prejuízo nos bolsos, os metalúrgicos ganharam mais do que o governo, desgastado e desorientado. Dificilmente desse movimento o governo pode esperar uma vitória, ainda que a médio prazo, com uma desarticulação e desmobilização do movimento sindical. Os estrategistas, desta vez, trabalharam mal.

## UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965  
**HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A**  
**FAMÍLIA BRASILEIRA.**



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA  
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR  
 TELEFONES: 21-3625 — 21-5869  
 PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE



# O Coojornal faz a cabeça da Elis.



**Faça como a Elis: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.**

**12 edições por apenas Cr\$ 440,00**

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Rua Comendador Coruja, 372  
Porto Alegre - 90.000 - RS.

Cupom de assinatura  
Coojornal

Nome: \_\_\_\_\_  
End.: \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_

CO



# 20 anos de poeira sobre JK

O arquivo de Juscelino está atirado

Quem procurar alguma referência ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira na Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional, no Rio, nada encontrará. No museu da República, subordinado ao MHN e criado pelo próprio JK quando da transferência da capital para Brasília, o máximo que verá são peças de uso pessoal: a caneta e a casaca da posse no novo Distrito Federal.

Onde estaria o arquivo que Juscelino doou ao Museu da República, a pedido de seu amigo e colaborador Josué Montello, nos idos de 1961? Depois de muito mistério, muita confusão — quando se pensou até tratar-se de uma coleção de escritos e da correspondência particular do ex-presidente — descobre-se, afinal, 13 engradados metidos numa das salas empoeiradas do andar térreo do Museu Histórico Nacional. Lacrados, praticamente do mesmo jeito como foram entregues há 20 anos, estão pedidos de emprego, cópias de ofícios, memorandos e despachos de toda a vida administrativa do governo Kubitschek.

Entre esses, na única gaveta não lacrada do arquivo de Juscelino, estão muitas fichas de entrada de protocolo, solicitações de auxílio financeiro e um pedido especial: "Francis Amaral de Oliveira solicita colocação para seu noivo, Antônio Marques de Souza". Assinado, Armando Falcão, na época deputado federal e que viria ocupar o ministério da Justiça no governo do general Geisel.

O achado — que partiu de uma denúncia ao **Coojornal** do historiador Hêlio Silva, preocupado com o desaparecimento do arquivo de JK — dá bem uma idéia do descaso oficial para com documentos históricos e a chamada memória nacional.

## "LIQUIDAÇÃO DE CONTAS"

Quando Juscelino Kubitschek deixou o governo, em 1961, o escritor Josué Montello, então diretor do Museu Histórico Nacional, lhe pediu "todo o acervo de papéis velhos para juntar num arquivo". Sua idéia, ao organizar um patrimônio para o recém-fundado Museu da República, no Palácio do Catete, concentrava a esperança de que o exemplo frutificasse e os presidentes seguintes também fossem fazendo esta espécie de "liquidação de contas", liberando documentos do período concluído. Mas as 35 mil peças deste acervo estavam fadadas a uma longa espera, forçada pelas outras prioridades em que o Museu se empenhava: organizar os arquivos de Nilo Peçanha (50 mil peças) e de Wanderlei Pinho (12 mil).

## "BRIC-À-BRAC"

Outro problema: quem deve classificar os arquivos, colocando-os à disposição

dos pesquisadores? "Existem peças de presidentes da República no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico, na Fundação Getúlio Vargas e no Museu Histórico Nacional" — afirma o ex-chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do MHN, Herculano Matias, que foi quem fez o levantamento sumário quando da chegada dos papéis de Juscelino. "Isto desorienta aqueles que se dedicam à pesquisa pois, à cata de um documento tem-se de bater todos os locais. E alguns deles, como o MHN, nem possuem condições de exibir todo o patrimônio".

"Um bric-à-brac". Eis como o diretor atual do MHN, Gerardo Britto Raposo da Câmara, vê o estado atual do arquivo de JK. Preocupado com o cronograma de projetos a cumprir dentro dos próximos 11 meses — em que se inclui a reestruturação do arquivo fotográfico das peças do MHN, a sistematização e montagem do catálogo geral de informações — Raposo da Câmara, na gestão há nove anos, mostra o que pensa do acervo:

— Não foi feita qualquer sistematização dos papéis e está tudo tão misturado! É um arquivo de expediente de secretaria, não de atos presidenciais. Criou-se uma aura de mistério em torno desta doação de JK e, no entanto, o que temos aqui são fichários de protocolo, pedidos de emprego, minutas de ofício. Se fosse o arquivo pessoal do ex-presidente obteriamos mais atenção. O mero registro de tramitação da secretaria da presidência da República — o que é, de fato — tem importância histórica relativa.

— Conheço bem todos os arquivos de presidentes — retruca o arquivologista Herculano Matias. — Eles documentam uma determinada época. O julgamento de sua importância envolve um conceito subjetivo. Na realidade, o arquivo de Juscelino Kubitschek não contém documentos de natureza política, mas administrativa. Às vezes, no meio destes, surge uma peça importante. Ao examinar os documentos do tempo de Nilo Peçanha, por exemplo, descobrimos autos originais do seqüestro de aldeias jesuítas, dando notícia de que havia peças escondidas perto de Macaé.

— Por lei — continua Herculano Matias — o Arquivo Nacional é o depositário da documentação administrativa mas ele mesmo sofre da doença mais recente, que tem motivado toda a reestruturação no setor: a explosão documental. Não há mais espaço para tantos papéis. E o que acontece atualmente — denuncia — é uma dispersão de documentos históricos. Sou a favor da unificação de todos os arquivos, da concentração dos papéis sob uma única guarda. Do jeito que está — cada órgão fundando o seu "centro de documentação" —, o bom senso se esvai à força de orgulhos como "eu tenho, você não tem". Só assim um acervo como o de JK seria visto com seu verdadeiro valor.

THAIS DE MENDONÇA

# Privilégios no Projeto Rondon?

Um milhão de cruzeiros, 10 mil pastas para documentos, aproximadamente 200 caixas de latas de óleo de soja. Este o preço pago pela Samrig — fabricante do óleo e margarina Primor — para que nove funcionários seus, alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entrassem direto em disputas na Operação 1980 do Projeto Rondon.

A denúncia, feita por um grupo de estudantes da UFRGS que participou do Rondon deste ano, é confirmada pelo monitor Mário Luiz Viana. Ele lembra a pressão que os monitores receberam para incluir os nove estudantes nas 552 vagas disputadas pelos três mil universitários inscritos.

— Recebemos o maior sufoco. O Nédio (NR: Nédio Corrales, chefe do setor de operações) tinha ordens do professor Tide, coordenador estadual do Rondon, para que o pessoal da Samrig fosse de qualquer jeito. Nós não tínhamos outra alternativa: ou obedecíamos ou seríamos substituídos por outros monitores. Dos nove empregados da empresa — que não tinham culpa do

privilégio —, dois desistiram, conta Mário Viana.

O professor Tide Martins, coordenador regional do Projeto Rondon, tem outra explicação para o caso:

— Não houve nenhum convênio. O Projeto Rondon encontrou na Samrig uma empresa aberta. Eles liberaram seus funcionários, sem prejuízo de seus compromissos profissionais. Não recebemos da empresa nenhum benefício. E também não houve apadrinhamento, porque dos 15 ou 20 inscritos, foram selecionados sete.

Criado em 1968, o Projeto Rondon visava atrair os estudantes universitários do país inteiro — na época, muito envolvidos com o movimento estudantil — para um trabalho de cunho assistencial às populações carentes. Desde a sua criação ele sofre um crônico problema de insuficiência de verbas e, também, do curto espaço de tempo (um mês) dado aos estudantes para a realização do trabalho.

O Projeto Rondon consiste em levar equipes de universitários para as regiões mais pobres do país, onde, durante um

mês, eles arrancam dentes, curam doenças, constroem casas, orientam a população sobre princípios básicos de higiene e saneamento, etc. Os universitários do norte vão para o sul, os do sul para o norte e assim por diante.

Nesse contato entre povo e universitários, política é assunto proibido. Pelo menos essa foi a advertência recebida pela equipe de estudantes gaúchos que foi para Goiás. Assim que chegaram, os universitários tiveram uma reunião com Osvaldo Guimarães, coordenador regional do projeto naquele estado.

— "Ninguém pode abordar assuntos políticos depois que veste a camiseta do Rondon", alertavam os monitores. Para os infratores a pena seria o desligamento imediato, conforme advertiu a monitora Mirna Martins.

Esta, porém, não é a mesma definição dada pelo general Figueiredo, durante o VI Encontro de Coordenadores Estaduais, realizado no ano passado em Brasília:

— O Projeto Rondon é uma verdadeira lição de democracia.

WORLDIM FÉLIX



## Caboclos duvidam da usina

Tem muito caboclo que não acredita na construção da usina de Tucuruí, no Tocantins, estado do Pará. Entre a construtora e o rio, o pessoal acha que o rio ganha, porque tem mais força — uma força meio incontrolável com seus 20 mil metros cúbicos de água por segundo, em tempo normal, e até 50 mil metros, em tempo de chuva.

Mesmo devagar, a usina está saindo do chão. Em fins de fevereiro, início de março, o rio quase invadiu a encaixadeira onde já estão concretando. Os engenheiros tiveram que parar toda a obra para debaixo de chuva, aumentar a altura de barragem que protege a encaixadeira. Por pouco o Tocantins não leva tudo embora, como já aconteceu em 1978, num acidente sem precedentes na história da construção de hidrelétricas.

Os caboclos de beira de rio, quando vêm a agitação provocada pela enchente do Tocantins, no início de cada ano, ficam achando que os engenheiros vão pedir penico e fugir apavorados, pois o rio cheio é de uma violência assustadora. Até parece que ele está bravo porque o represaram. É a primeira vez que represam um rio do tamanho do Tocantins, com três quilômetros de largura, e ninguém conhece direito o regime das águas na Amazônia. Ou, melhor, ninguém fora os caboclos de beira de rio, aqueles que duvidam do nascimento da usina de Tucuruí, a 300 quilômetros de Belém.

Mas os caboclos sempre torcem pelos rios. Na década de 60, quando os engenheiros começaram a atacar o rio Paraná, para construir as usinas de Jupiá e Ilha Solteira, na divisa SP-MT, os caboclos também duvidavam que a obra chegasse ao fim. Nunca haviam represado um rio tão largo como o Paraná, nem jamais havia sido feita uma usina do tamanho de Jupiá ou Ilha Solteira.

Enquanto os engenheiros lutavam para dominar o rio, o povo da beira do Paraná arranhou um estranho defensor, o Camisa de Couro, assim chamado porque rondava as obras envergando uma roupa de couro. Armado até os dentes, o Camisa de Couro jurou impedir a construção da barragem. Entre outras coisas, dizia que represar o rio era contrário às leis da natureza e de Deus. Os construtores das duas usinas alegam que o Camisa de Couro não era um genuíno defensor do equilíbrio ecológico ou coisa parecida, mas um jagunço financiado pelos fazendeiros que teriam suas terras inundadas.

Fosse o que fosse, o Camisa de Couro desapareceu, tirado do caminho como um obstáculo qualquer. Ninguém sabe como foi, mas um dia o Camisa de Couro apareceu morto. Anos depois, quando o lago tapou as terras próximas da barragem, ninguém se lembrava dele. Ninguém fora os caboclos que tiveram de sair da beira do rio represado.

WALTER MORAES



# Cooperativismo maltratado

No IX Congresso Brasileiro, em Brasília, Figueiredo e Delfim não quiseram participar

Na última hora, Figueiredo e Delfim deixaram de participar do IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília de 15 a 17 de abril. Dias antes, o protesto dos agricultores do Sul contra o confisco da soja e uma generalizada insatisfação dos produtores nas demais regiões do país — havia queixas contra preços mínimos ou confiscos do trigo, arroz, café — talvez tenham levado o presidente da República a desistir, na última hora, de abrir o encontro.

No caso de Delfim não há dúvida. O clima não é bom, disseram seus assessores, recordando outro congresso, este só de agricultores, realizado ano passado em Brasília, quando Delfim levou uma vaia que durou três minutos. Resultado: também na última hora Delfim encontrou outros compromissos e abandonou a raia.

Apesar disto, o Congresso de Cooperativismo ainda serviu de passarela para outras autoridades (vice-presidente Aueliano, ministros da Agricultura, Previdência, Interior, presidentes do Inbra e Banco Nacional de Crédito e Cooperativismo), que em ocasiões distintas deram palestras, algumas repetitivas e quase inúteis, porque tangenciavam problemas evidentes — como a questão da terra e a reforma agrária — fugindo a um debate maior.

Por exemplo: o presidente do Inbra, Paulo Yokota, ousou dizer que se há tensão social no campo por disputa de terras isto é bom para o Brasil ("Mostra que estamos em pleno estágio de desenvolvimento") e, quando provocado a falar sobre a ocupação de extensas regiões do país por grupos estrangeiros, como o projeto Jari, acusou a imprensa de "exagerar muito" nos números, quando trata deste assunto.

Apesar do ranço oficialista deste encontro, o que foi criticado por boa parte de seus mais de mil participantes, o Congresso Brasileiro de Cooperativismo teve bons momentos, todos passando despercebidos no noticiário da grande imprensa. Um deles foi exatamente na abertura, quando o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), José Pereira Campos Filho, fez um vigoroso discurso sobre o atual estágio do cooperativismo.

Abaixo, transcrevemos os principais assuntos abordados por Pereira Campos, que dão uma idéia do cooperativismo praticado hoje no Brasil:

"O cooperativismo brasileiro vem resistindo a poderosos empecilhos que trabalham incessantemente contra o seu fortalecimento: sistema tributário e so-

negação, preços administrados, inflação, incentivos fiscais somente ao mercantilismo (...), rígido controle estatal, como se a atividade estivesse sendo exercida por pessoas incapazes.

"Sob a alegação do combate à inflação, os preços dos produtos agrícolas brasileiros vêm sendo rigorosamente controlados, sem que a taxa inflacionária seja declinante. Sem entrar no mérito da pertinência do controle dos preços, cumpre por em relevo apenas que, nesse regime de rígido controle, as cooperativas são as únicas prejudicadas, por isso que seus produtos estão à mostra, facilmente requisitáveis pelo governo nos momentos de dificuldades no abastecimento, com sérios prejuízos para a programação de venda dos produtos ao longo do ano.

"(...) Daí porque a inflação é, entre todos, o mais cruel inimigo do cooperativismo (...). Contudo, cabe ao Estado, na qualidade de maior responsável pelo bem estar social, acudir às cooperativas, restituindo-lhes aquilo que a inflação lhes toma, concedendo-lhes incentivos fiscais, sem os quais não conseguirão, elas, sua sobrevivência em regime competitivo com as sociedades mercantilistas, nacionais e multinacionais, que são generosamente contempladas com incentivos de toda ordem. Se não forem concedidos estímulos fiscais às cooperativas, pelo menos que se acabem de vez com os ofertados ao mercantilismo, a fim de que todos, no mesmo processo de trabalho, produção, comercialização e consumo, se coloquem em pé de igualdade.

"O mercantilismo vem sendo incentivado por lei e por fatos. (...) Existindo desde 21 de novembro de 1966, o Fundo Nacional de Cooperativismo, até hoje, recebeu duas simbólicas doações do Inbra e da OCB e nada do Fundo Federal Agropecuário, nunca tendo sido contem-

plado no orçamento do Ministério da Agricultura.

"Não vemos motivo de desconfiança de certos círculos governamentais em relação ao cooperativismo de crédito. Os abusos cometidos anteriormente foram perpetrados por falsas cooperativas, num regime sem fiscalização, em que os interesses de grupos gananciosos eram exclusivamente privatistas. Já é o momento de se abrir às cooperativas o setor de crédito, principalmente com vistas ao fortalecimento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. (...) Mas, para seu completo êxito, esse sistema deverá contar com todas as regalias dos bancos, sem a menor exceção, efetuando as operações à eles permitidas.

"A contribuição das cooperativas começa a mostrar a sua importância, nas cidades, no setor do trabalho e da prestação de serviços profissionais, com destaque especial, por seu rápido crescimento, às dos médicos e dos jornalistas, no crédito mútuo e no consumo, sendo que, no campo, já é bastante significativa na eletrificação rural e nos setores da soja, trigo, arroz, feijão, mandioca, milho, algodão, juta, cana, cevada, flores, lã, fumo, pimenta do reino, vinho, pesca, café, cacau, leite, carne e hortifrutigranjeiros, colaborando no aumento de nossas exportações e evitando maiores importações.

"Importante assinalar que, a par desse benefício de ordem geral para o país, contribuíram, elas, para melhor distribuição de renda, em que os associados-produtores receberam o valor do que deve caber-lhes num processo correto de comercialização, colaborando, desta forma, pelo menos no setor cooperativo, para o afastamento da mais ignominiosa forma de convivência social, que é a prosperidade de uns poucos, fundada na miséria de muitos".

**A Cotrijuí  
vai comercializar  
com a  
segurança  
do  
Cooperativismo  
e da  
policultura.  
Pense nas  
vantagens que  
isso trará.**

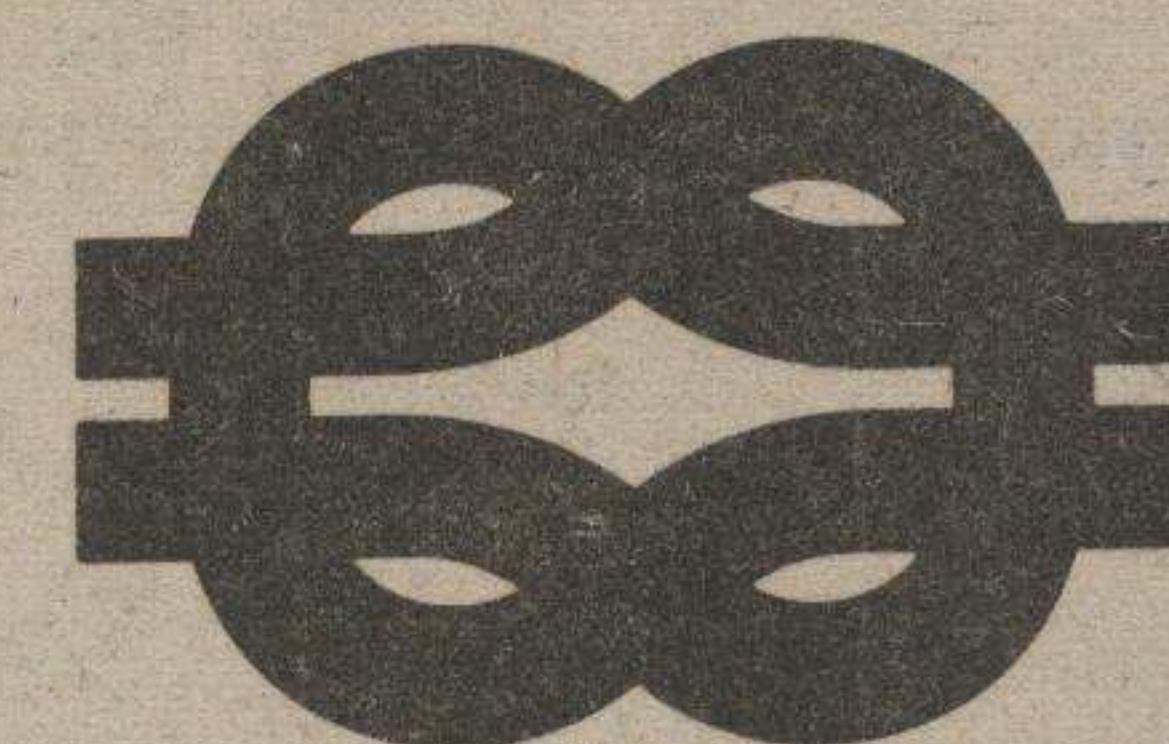
Está na hora de um grande passo para o futuro deste País: a união da segurança cooperativista com a segurança da policultura.

A Cotrijuí está expandindo seu sistema de comercialização para aumentar ainda mais a oferta do melhor preço médio.

Sem intermediários, a rentabilidade cresce e aparece, com garantia de colocação de qualquer produção.

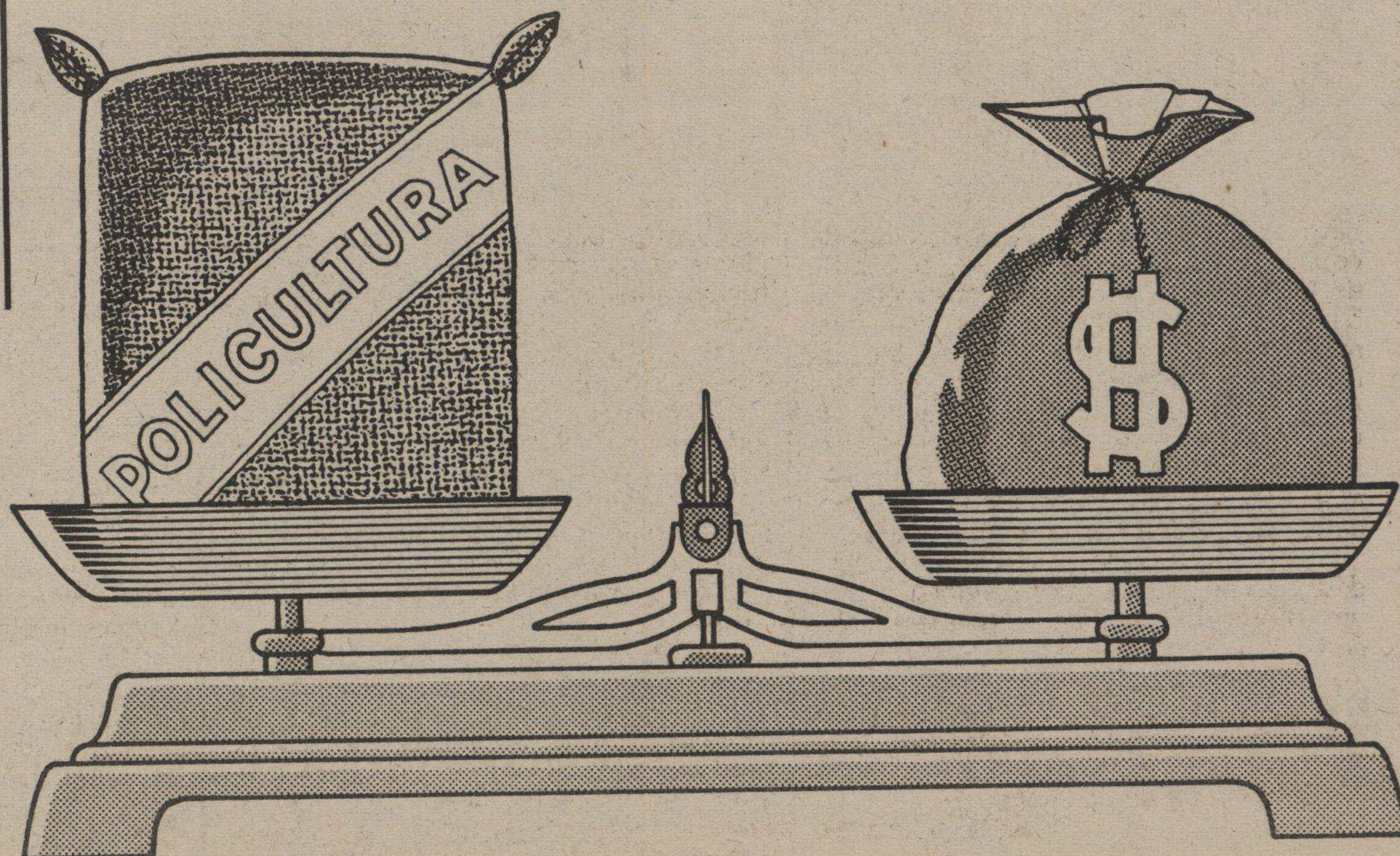
Vamos todos trabalhar na implantação da policultura, em nossos objetivos de diversificação, e nos benefícios que isso dará ao Brasil.

Se a segurança do Cooperativismo é grande, imagine com a da policultura. Reflita conosco. Plante conosco.



**COTRIJUI**  
A FORÇA DA UNIÃO.

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro.  
Policultura é isso.





## PDS gaúcho homenageia comunistas!

O velho Gregório Bezerra nunca imaginaria: membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, torturado nas ruas de Recife pelos militares em abril de 1964, ele acabou sendo homenageado — vejam só — pelo PDS gaúcho. Mais: simultaneamente, o partido do governo execrou a figura de Filinto Müller, acusando-o de torturador e corrupto. O mesmo Filinto Müller que foi presidente da Arena durante o governo Médici. O mesmo partido que gerou o PDS e que nada mais é, segundo palavras do ex-presidente Geisel, "a Arena de Roupa Nova".

Esta versão recente do *Samba do Crioulo Doido* aconteceu na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, tendo como intérprete o deputado pedessista Jarbas Lima. Tudo começou em meados de março. O PDS propôs uma sessão solene para lembrar mais uma passagem do movimento de 31 de março de 1964. PMDB e PTB torceram o nariz. E contra-atacaram sugerindo que a Assembléia homenageasse as vítimas da ditadura. Com maioria, os oposicionistas frustraram as pretensões do PDS.

A sessão acabou não saindo no dia 31 — morreu o ex-governador Ildo Meneghetti — mas, dias depois, a oposição fez sua homenagem, apesar de um inesperado ataque de bombas de gás ao plenário. Amargando o tiro pela culatra, o PDS aguardou o momento para revidar, que surgiu logo, por iniciativa do PMDB. O partido, aproveitando a passagem do aniversário do ex-presidente Getúlio Vargas, propôs surpreendentemente uma sessão para homenageá-lo. Perplexo, o PTB — de quem deveria, por razões históricas, partir a iniciativa — não teve outra alternativa senão aderir.

O PDS farejou o instante decisivo e não perdeu tempo. Anunciou que enquanto a oposição estivesse louvando o mártir populista de 1954, a bancada situacionista lamentaria as vítimas da



ditadura getulista. À primeira vista, parecia perfeito.

Não era bem assim. Algumas contradições atrapalhavam os planos do PDS. Mesmo assim, o vice-líder do governo, Jarbas Lima, subiu à tribuna:

— Gastaram com as verbas secretas para a polícia do sr. Filinto Müller ("o Himmler do Estado Novo", no seu entender) 30 ou 40 vezes mais que o necessário para o equipamento de todas as forças expedicionárias brasileiras, de terra e ar... Lima ainda denunciou as torturas sofridas por diversos esquerdistas, entre eles Gregório Bezerra e o ex-deputado alemão Harry Berger, membro da Terceira Internacional.

Ao final de seu discurso de 32 páginas, observou: "A nosso ver, Getúlio Vargas ou se aceita todo ou se rejeita todo", numa resposta às bancadas do

PMDB e PTB que meticulosamente defendiam o Getúlio pós-1951 e repeliam o ditador de 1937. Curiosamente, Lima tinha acabado de separar o chefe de polícia Filinto Müller do líder arenista Filinto Müller.

Fez mais: lastimou o assassinato de comunistas após o levante de 1935, coisa que os generais brasileiros nunca fizeram em tempo algum. E separou o torturado Gregório Bezerra de 1935 do Gregório Bezerra torturado sob Castello Branco. Aliás, o próprio Bezerra, com a experiência no corpo, tem opinião formada sobre as duas ditaduras. Em seu livro, *Memórias*, ele conta: "No período do Estado Novo eu mesmo tive um irmão que foi assassinado... Mas agora, a intensidade, a violência da repressão foi muito maior..."

Ayrton Centeno

## Doenças na linha de montagem

Não estariam os atuais operários de fábricas tornando-se escravos das máquinas? O Departamento Federal de Proteção ao Trabalho, Pesquisa e Acidentes da Alemanha Federal, criado em 1972, começa agora a considerar a questão, depois que levantou alguns números impressionantes sobre a incidência de acidentes do trabalho e enfermidades causadas pela profissão.

Em 1976, registraram-se no país dois milhões de acidentes de trabalho. Foram indenizados 4.600 acidentes fatais. A maior incidência de doenças decorrentes do exercício profissional são os desgastes auditivos e visuais. O campeão dos acidentes é o setor de mineração, seguindo-se a construção civil e as indústrias siderúrgica e metalúrgica. Calcula-se que mais de dois milhões de operários estão expostos a lugares não convenientes, sendo a surdez a doença número um entre as enfermidades causadas no local de trabalho.

Estes dados altíssimos mostram o porquê da preocupação por parte das autoridades da Alemanha — o país mais industrializado da Europa Ocidental — que não hesitam em tomar providências obrigando as empresas a contratarem médicos e engenheiros especializados, e observar o grau de ruídos, gases, poeiras e vapores tóxicos.

Outro grande problema que ocupa a atenção das autoridades é a linha de montagem — um trabalho de tempo compassado, monótono e enervante. Foram introduzidas algumas novidades a fim de suavizar as conseqüências negativas desse trabalho. O novo esquema, em algumas empresas, garante aos próprios operários a decisão do compasso e da velocidade. Fora isso, em uma série de casos, o trabalho na linha de montagem foi abandonado integral ou parcialmente, em benefício da instalação de lugares individuais de trabalho.

EVA DÜRR

## A longa marcha das oposições

Por EDUARDO K. M. CARRION

Em política, mal comparável ao derrotismo, somente o triunfalismo, ambos expressão de subjetivismo na análise. Setores ponderáveis na oposição deduziram ou ainda deduzem mecanicamente da crise econômica a crise política, esquecendo quase sempre que a política também é fruto da vontade e da ação humanas.

No Brasil, em particular, a realidade parece contrariar as previsões do catastrofismo. Aliás, este é um dos paradoxos da atual conjuntura. Apesar das borrascas enfrentadas no plano econômico (nunca é demais lembrar que a crise econômica é sempre uma solução, violenta e transitória é verdade, das contradições do capital, tendendo a restabelecer o equilíbrio rompido), o governo mantém ainda e consideravelmente a iniciativa parlamentar, inclusive, muitas vezes, a iniciativa ideológica, conseguindo assim lenta e gradualmente construir seu projeto de democracia elitista. Enquanto isto, as oposições, sobretudo as oposições populares, parecem paralisadas ao nível institucional partidário, sem ação frente às iniciativas governamentais e divididas por incompreensões mútuas.

A reformulação partidária é elucidativa a esse propósito. Embora não se possa esquecer as dificuldades, enfrentadas devido ao caráter restrito da legislação partidária, cabe reconhecer o pouco de "voluntarismo" manifestado na solução da questão.

O MDB que conquistara sua alforria e sua legitimação na luta pela democratização da sociedade, representou uma aliança contraditória entre a oposição

liberal-conservadora e as oposições populares, aliança esta sob a hegemonia da primeira. A nova conjuntura, marcada pela emergência na cena política de novos atores sociais, acentuaria a crônica crise de representação política das classes dominadas isto é, o descompasso entre o movimento social e a política partidária.

Neste particular, a reformulação partidária proposta pelo governo, em que pese suas flagrantes restrições e suas dúbias intenções, ensejava aos diversos segmentos das oposições populares a ocasião de sua constituição em frente política, de forma a pesar decisivamente nos rumos do processo em andamento.

O que se viu foi algo bem diferente. O PMDB tende a se configurar como uma nova versão do velho MDB, onde os liberais continuam a controlar o aparelho partidário. Na Tendência Popular do PMDB, aglutinam-se setores importantes das oposições populares. Encontra-se aí o essencial de sua representação parlamentar, constituída em maioria por elementos dos setores médios, como a indicar que por enquanto as camadas populares não se representam, mas são representadas. Disto, decorre o risco de parlamentarismo, isto é, de privilegiamento da ação parlamentar. Como se sabe, os grandes partidos populares europeus, os chamados partidos de massa, foram partidos de criação exterior, constituídos fora do mecanismo eleitoral e parlamentar. Além disso, a Tendência Popular do PMDB não elaborou até o momento um programa próprio, enquanto representação das oposições populares. Seu programa é por enquanto o programa do PMDB, um programa liberal.

No PTB, da mesma forma, coexistem liberais e populares, sob a direção incontestável daqueles. Entretanto, apesar do peso da herança populista e da liderança carismática, em seu programa estão contempladas medidas de caráter nitidamente popular.

O PT, como já foi observado, é o resultado mais flagrante e imediato do novo movimento operário e sindical surgido no país nos últimos anos. Constituído no essencial por segmentos das oposições populares, seus principais documentos, em que pese ambigüidades naturais, apontam inequivocamente para uma transformação em profundidade da realidade nacional. Entretanto, a contradição não é um privilégio ou um monopólio das outras agremiações políticas congêneres: no PT, ao lado de setores comprometidos com a luta popular, encontram-se núcleos estreitos e sectários que tendem a dificultar a unidade e a isolar o combate das oposições populares, bem como correntes seduzidas ou tentadas pelo trade-unionismo.

### FRENTE DEMOCRÁTICA OU UNIDADE POPULAR?

Alguns setores da oposição pregam a necessidade de uma Frente Democrática no combate ao arbítrio e na luta pela democracia. Na verdade, se a evolução da conjuntura política tendeu a distinguir no âmbito da oposição dois segmentos principais: a oposição liberal-conservadora e as oposições populares, sua unidade tática em torno de questões

particulares, estabelecida e fortalecida no interior do MDB nos últimos anos, pode e deve ser preservada.

Entretanto, se as oposições populares não podem se resignar ao isolamento, sob pena de comprometerem com isso o próprio processo de democratização em andamento, cabe a elas se apresentarem com um perfil político específico. Não se trata simplesmente de dar teor popular à luta pela democracia, mas sobretudo de assegurar a conquista da democracia. Hoje, nas condições de crise mundial e de capitalismo dependente, uma democracia liberal é inviável, pelos menos a longo prazo. Além do que não atenderá os interesses mais legítimos das camadas populares, pois a democracia liberal é marcada por uma contradição insolúvel: como compatibilizar democratização das relações políticas com o autoritarismo das relações econômicas (o falado despotismo de fábrica, por exemplo)?

A Frente Democrática deve assim ser constituída sobre a base da Unidade Popular. Para as oposições populares, bloco efetivamente interessado na democratização real da sociedade, a tarefa prioritária ao nível institucional-partidário parece ser o da consolidação de sua unidade estratégica. Esta, como se deduz da análise anterior, implica num esforço de aproximação daqueles segmentos que tanto nos diversos partidos de oposição apontados como fora deles se reclamam dos interesses dos dominados. Se hoje ela tende a se concretizar sob a forma de uma aliança interpartidária, com muito mais razão amanhã, na eventualidade de uma livre organização partidária.



Neste mundo,  
vence quem tem as  
melhores armas.

formula

É uma  
revolução  
permanente que  
atinge a todos  
os setores de  
atividade.

É preciso entender o  
que se passa, conhecer  
os fatos e saber  
interpretá-los.

Assine ISTOÉ.

Semanalmente, uma equipe  
de jornalistas vai ajudá-lo na  
análise e na previsão dos  
acontecimentos.

Você recebe a revista em casa ou  
no escritório, sem problemas de  
edições esgotadas, com garantia do  
preço mesmo que aconteça alteração no  
preço de capa.

E ainda recebe tudo que é necessário, em  
matéria de jornalismo, para acompanhar as  
transformações do mundo de hoje.

Assine  
**ISTOÉ**

Aproveite a  
oferta especial  
para novos  
assinantes!

recorte aqui ✂

economize até  
**Cr\$ 1.956,00**

Anexo ao  
cupom, em  
envelope  
fechado, meu  
cheque  
nominal à  
Encontro  
Editorial Ltda.,  
Av. Paulista,  
2006 - 15º -  
São Paulo -  
CEP 01310

Pagarei  
após receber  
instruções

Sim! Quero assinar ISTOÉ. Minha opção:

2 anos  Cr\$ 4.284,00 à vista  Cr\$ 2.520,00 à vista  
 Cr\$ 1.533,00 3 pagamentos 1 ano  Cr\$ 905,00 3 pagamentos

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Envie ainda hoje este cupon especial de assinatura  
Oferta válida por tempo limitado

Não querendo recortar  
faça uma cópia ou um pedido à parte. ➡



# ABC: onde anda a co-gestão?

Governo esquece o programa do PDS e parte para a violência contra os metalúrgicos

Por CARLOS ALBERTO SARDENBERG

"Aquilo ali foi uma coisa importante" — dizia o senador Teotônio Vilela, do PMDB, ainda emocionado com a manifestação do 1º de maio, em São Bernardo do Campo, esse município colado com a cidade de São Paulo, onde trabalham e vivem cerca de 350 mil operários das indústrias mais avançadas do país. "Ainda não dá para avaliar exatamente o que foi" — repetia Teotônio Vilela — "mas que foi coisa muito importante para a história do país, isso foi. Acho mesmo que foi o acontecimento mais importante destes últimos anos."

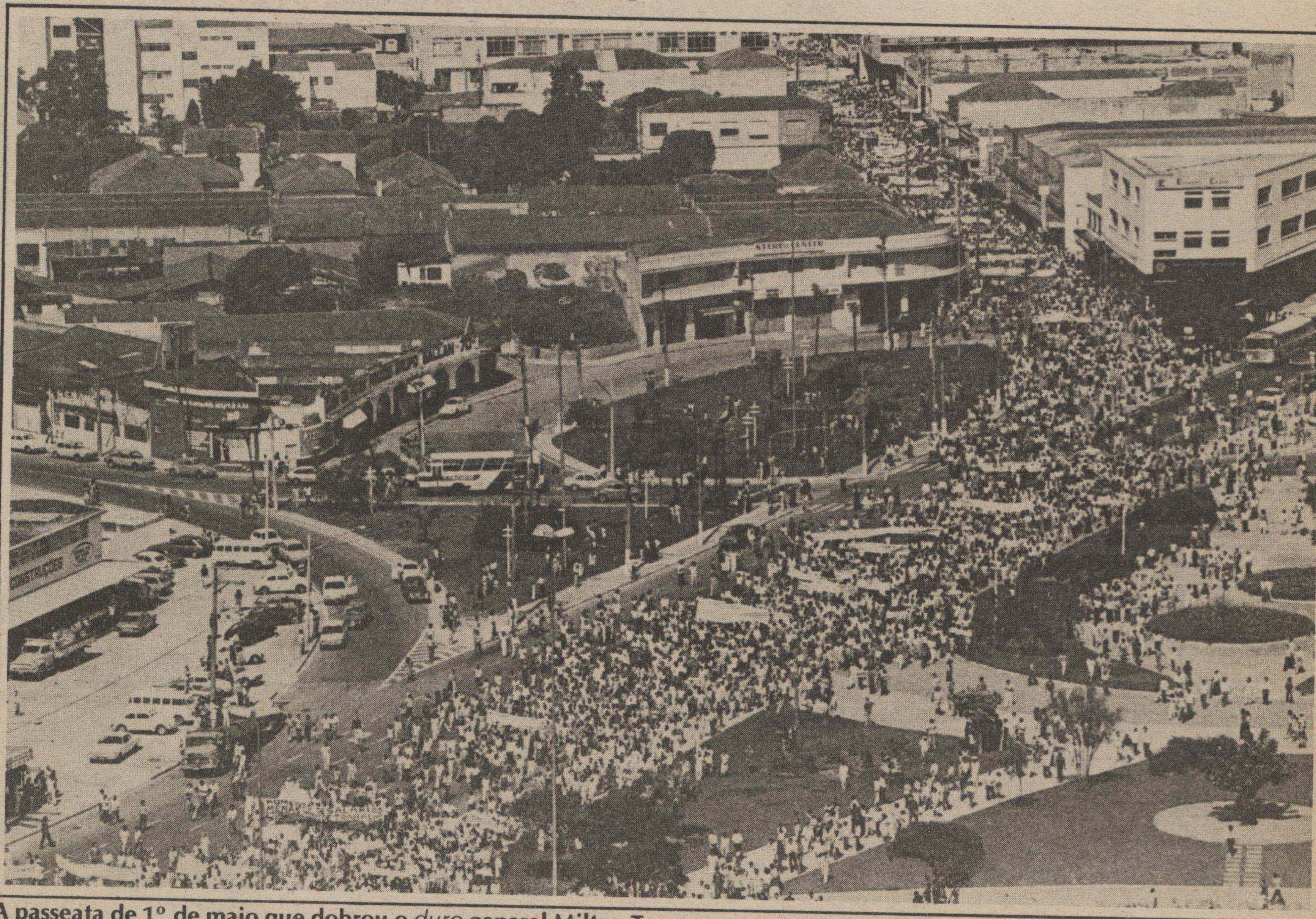
Esse 1º de maio coincidiu com o trigésimo dia da greve dos metalúrgicos da região conhecida por ABC, ou ABCD, e que reúne as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Mas o foco da região é certamente São Bernardo, onde trabalham 150 mil metalúrgicos na indústria automobilística, aí incluídas quase todas as grandes montadoras: Volkswagen (42 mil operários), Ford, Mercedes, Scania e Chrysler. A rigor, no 1º de maio, apenas os metalúrgicos de São Bernardo continuavam em greve. Os de São Caetano haviam decidido voltar ao trabalho há mais de duas semanas, e os de Santo André, batidos pela repressão ao seu movimento, iam retornando aos poucos, à revelia de decisões de assembleias minoritárias que tentavam manter a greve. Mas São Bernardo estava parado.

Ainda na véspera do 1º de maio, a 29 de abril, a direção da Volkswagen, talvez pressionada por autoridades governamentais a mostrar que estava funcionando, havia cometido uma suprema bobagem. Admitira a entrada em suas gigantescas instalações de 25 repórteres e fotógrafos para documentar a montagem de carros, só que os jornalistas encontraram um enorme silêncio que ajudava o sono profundo de alguns fura-greves que dormiam escarrapachados nas esteiras da linha de montagem. No dia seguinte, a Volks tentou corrigir as más aparências: juntou todo o pessoal que conseguiu e reuniu num só turno da manhã, para montar, segundo a empresa, 300 e tantos carros. Normalmente, a fábrica trabalha em três turnos montando 2.200 carros por dia. Na tarde de 30 de abril, a fábrica estava novamente parada, mas o importante, para a estratégia de governo e empresários, era mostrar que já se trabalhava nas vésperas do grande 1º de maio.

## A caminhada dos metalúrgicos

Este era o cenário: São Bernardo, cujo prefeito é Tito Costa, do PMDB, estava já há duas semanas praticamente ocupada por tropas de choque da polícia militar, além de agentes do Dops e do terrível DOI-Codi, o principal braço do Exército para a repressão, agora reativado depois de pouco tempo em desuso. Já estava decretada a intervenção nos sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo e Santo André e presos os seus principais dirigentes, inclusive Luis Inácio da Silva, o Lula de São Bernardo, que assume hoje, sem nenhuma dúvida, a condição de maior liderança popular do país. O estádio da Vila Euclides, palco das assembleias dos metalúrgicos de São Bernardo estava interdito. O Paço Municipal, ampla praça em frente à sede da prefeitura, estava ocupado militarmente. Restava, para as concentrações operárias, a Igreja Matriz de São Bernardo, onde cabem, muito apertadas, cerca de cinco mil pessoas e mais o dobro se contadas as praças e ruas em torno do prédio. Mas as ruas e praças também estavam interditas — reunião só na igreja.

E para a igreja estava marcada a missa de 1º de maio, oficiada pelo bispo do ABC, Dom Cláudio Hummes, firme e incondicional aliado dos operários. Mas uma grande convocação, uma espécie de desagravo e resposta à repressão oficial, chamava os metalúrgicos para uma "caminhada" da igreja ao Paço Municipal



A passeata de 1º de maio que dobrou o duro general Milton Tavares

e em seguida, ao estádio de Vila Euclides — o povo pretendia retomar os seus espaços.

A cidade amanheceu ocupada por soldados da polícia militar, com a tradicional parafernália intimidadora: nas ruas e estradas de acesso ao centro da cidade, policiais de trânsito bloqueavam ônibus e carros que se dirigiam à manifestação. Inesperados congestionamentos num feriado. E mesmo assim o pessoal foi chegando na direção da igreja. Quando terminou a missa — com a igreja lotada rezada por Dom Cláudio e 36 sacerdotes, para acentuar o caráter solene — estava armado o que parecia o palco de uma tragédia. Pois a polícia, não conseguindo impedir a chegada do pessoal, terminou sendo envolvida pela massa.

Via-se bem. A tropa, logo atrás, concentrações de operários, a tropa outra vez, logo em seguida mais manifestantes e, freqüentemente, a distância entre um grupo e outro não passava de um metro. Da praça em frente à igreja, essa mistura se estendia por ruas e quarteirões — a missa não tinha terminado e já se calculava que uns 50 mil manifestantes estavam por ali. E mais gente chegando.

Foi aí que Teotônio Vilela, incansável negociador dos conflitos de rua, procurou o comandante da PM, coronel Arnaldo Braga, para dizer-lhe: "Coronel, se o senhor tentar reprimir, os primeiros que cairão seremos eu e o senhor, não vai sobrar nem fumaça de nós dois." O coronel sabia disso e tentava convencer os líderes sindicais, através dos parlamentares ali presentes, a desistirem da passeata. Fizeram uma votação dentro da igreja; a massa insistia, ia sair em passeata, os operários com suas mulheres e crianças estavam nesse via-não-vai, quando o coronel Braga comunica: "Está tudo liberado, vou retirar a tropa".

Os soldados sumiram em minutos e a massa saiu: igreja, Paço Municipal, estádio. Segundo os cálculos dos jornais, entre 100 mil e 120 mil manifestantes participaram da marcha de São Bernardo. Foi uma incrível marcha.

Mas enganaram-se todos os que pensaram que a manifestação de força dos metalúrgicos — evidente depois de 30 dias de greve intensamente reprimida — e o recuo da repressão estivessem reabrindo o caminho das negociações: na verdade, no fim de semana seguinte ao 1º de maio, o comandante do II Exército,

general Milton Tavares de Souza, fama de *duro*, designado virtual governador militar de São Paulo desde o início da greve, foi a Brasília, para conversar com o chefe do gabinete militar do Palácio do Planalto, general Danilo Venturini. E segundo informações de boas fontes, o general Milton, o *duro*, teria sido reprimido por ter "amolecido" no 1º de maio. O Planalto não gostara da retirada.

O quadro político ficava claro: a retirada da tropa de São Bernardo, parece ter sido uma decisão do próprio general Milton, que sobrevoava a cidade em um helicóptero. Do alto, vendo a confusão operários-policiais e a iminente tragédia lá em baixo, o general teria tomado a súbita decisão de recolher os soldados.

Falta de firmeza — disseram em Brasília. Ao que parece, as autoridades federais pensavam que a firmeza da tropa levaria a massa a desistir da passeata, de modo que a repressão só se abateria mesmo sobre uma "minoridade de agitadores" — conforme a expressão normalmente utilizada para estes casos.

## Planalto censura recuo do general

O fato é que o general Milton voltou de Brasília com instruções claras, na segunda-feira seguinte ao 1º de maio, dia 4, quando os metalúrgicos voltaram a reunir-se em assembleia na igreja de São Bernardo, a repressão baixou pesada. E provocadora: os policiais distribuíram bombas e pancadas gratuitamente, perseguindo e atacando mesmo grupos de operários que se retiravam pacificamente. Gente que estava em ponto de ônibus, a centenas de metros da praça da igreja, foi agredida. Os homens estavam lá para bater, para dar uma lição exemplar, para intimidar, para que não aparecessem mais operários por ali. Estava na lógica do rumo tomado pelo Palácio do Planalto desde a eclosão da greve. Pois foi o Planalto, na pessoa direta do ministro Golbery do Couto e Silva, que comandou toda a operação antigreve.

Desde o início, essa operação tinha um objetivo: derrotar a "República de São Bernardo" — como se diz no Palácio do Planalto — e liquidar o Lula. Senão, diz-se ainda no Planalto, "esse Lula daqui a pouco vai querer mandar embaixador

de São Bernardo para Brasília". Em São Paulo, na mesma época, um empresário contava que, em reunião com o general Milton, este dizia que "se não barrarmos este rapaz agora, ele acaba na presidência da República". Talvez fosse um exagero do empresário que se confessava "assustado" com a, digamos, veemência do general. Mas a idéia é essa mesma: não que já se pense no Lula disputando a presidência, mas pensa-se na liderança que ele já exerce e que vai muito além de São Bernardo. Mais precisamente: se o estado de São Paulo é a ponta do país, São Bernardo é a ponta de São Paulo. Por isso, o governo escolheu brigar ali: se vencesse em São Bernardo estaria dando uma lição a toda a classe operária — que fez mais de 300 greves nos últimos dois anos. Estas greves foram, é certo, um efeito da abertura, mas o governo julgou que ela foi longe demais. Daí a necessidade de impor limites: não apenas marcar fronteiras de abertura, mas recuá-las. Entre outras coisas porque os mágicos da economia já dizem que sem o controle salarial — eufemismo para arrocho — não vai dar para combater a inflação. Assim, derrotar São Bernardo seria vencer toda a classe operária, mostrar-lhe o limite da abertura e, em consequência, mostrar esse limite às oposições.

Mas se o objetivo foi sempre o mesmo, a estratégia variou. Foram duas estratégias, a primeira da paciência, a segunda da repressão progressiva. A primeira baseou-se num extraordinário erro de avaliação, que talvez mostre que o SNI pode ser eficiente para fazer fichas de suspeitos, mas um desastre para análises políticas quando o jogo é aberto. Enfim, o governo achava que a greve não ia das pernas. Lula dizia sempre que São Bernardo se preparava para "30 dias de greve pacífica, sem piquetes". Vamos ver, pensaram no Planalto, enquanto instruíam os empresários a não negociar. Quer dizer, no começo, colocaram limites dos quais os empresários não poderiam passar — e estes toparam. Assim como se curvaram a todas as outras exigências do governo no decorrer da crise. Os limites eram inaceitáveis para os trabalhadores e assim chegou-se ao impasse e à greve. Foi pacífica e geral. Sem piquetes, parou tudo: as grandes montadoras não montavam um único veículo. Os operários somente saíam de casa para as grandes assembleias do es-



tádio da Vila Euclides, para ir ao sindicato ou à igreja buscar mantimentos comprados pelo fundo de greve, que chegou a receber Cr\$ 15 milhões de contribuições. E as doações continuavam chegando.

O governo manteve-se na expectativa. Não deixava negociar, nem reprimia, esperava que a greve se desmanchasse por si só, que morresse de inanição, com a volta progressiva dos operários ao trabalho, contra decisões de assembléia. Seria um fracasso para Lula. Mas passavam-se os dias, o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, ameaçava com o não-pagamento dos dias parados, com demissões — e nada. A greve firme.

Governo e empresários resolvem aumentar a pressão e levam a questão até o Tribunal Regional do Trabalho, reclamando a declaração de ilegalidade da greve. Nova surpresa, o TRT adota doutrina segundo a qual não lhe cabe decidir acerca da legalidade ou ilegalidade da greve. E concede aumento real de 7% a título de aumento de produtividade, quando o ministro Delfim Netto recomendava não mais de 3,5%. Foram, talvez, os piores momentos para o governo, mas reagiu. Na produtividade, não deu para mexer, mas através de pressões bem aplicadas e substituição de juizes, o governo conseguiu uma coisa inédita nos tribunais deste país: que o TRT julgasse duas vezes o mesmo fato, para, na segunda decisão, mudar o voto e declarar a ilegalidade.

Já eram duas semanas de greve, e o governo ainda resolveu esperar. Talvez com a ilegalidade a greve refluísse. Uma nova assembléia no estádio e 60 mil operários mantêm a greve.

O governo resolve partir para a segunda estratégia: a repressão progressiva, ou o "endurecimento limitado", sempre sob o comando do general Golbery, primeiro passo, a intervenção nos sindicatos, segundo, prisão dos líderes — o que foi feito por etapas e de modo dito exemplar. Além de dirigentes sindicais, foram presos por agentes do DOI-Codi e recolhidos ao Dops figuras como o professor Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz, e José Carlos Dias o atual presidente. Foram logo soltos, com pedidos de desculpas. Teria sido um equívoco, um acidente de trabalho, pois os agentes teriam listas de prisões que, conforme o caso, variariam de 10 a 80 pessoas. Teriam embaralhado as listas. As listas, de fato, parecem existir, mas não houve equívocos. As prisões de Dias e Dallari foram advertências à Igreja, engajada com os operários, e que viria a ser novamente atacada, assim como a prisão de Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos, que não tinha nada a ver com o caso, foi uma advertência aos dirigentes que têm participação na unidade sindical, uma tentativa de remontar uma entidade intersindical. Do mesmo modo, a detenção de Ricardo Zaratini foi uma advertência aos exilados que, como ele, vêm-se dedicando à intensa atividade política, ainda que legal.

## Advertências à oposição

Haveria outras ações exemplares: dois dirigentes sindicais de São Bernardo foram presos dentro de carros dos senadores do PMDB, Orestes Quêrcia e Franco Montoro, "para todos — dizia-se no Planalto — ficarem sabendo que carro de parlamentar não é asilo". E Montoro ainda levou pontapés. Outro dirigente foi preso dentro do gabinete do prefeito Tito Costa, invadido pelos policiais.

Presidente João Figueiredo — "o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, incita a greve" — o delegado do Dops, ao concluir o inquérito sobre as atividades dos líderes sindicais presos, enfiou ali uma referência a Dom Cláudio Hummes, apontando-o também como "incitador da greve" e, portanto, passível de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Quanto aos líderes sindicais, Lula e mais 17, foram todos enquadrados na LSN e pediu-se a prisão preventiva. Se aplicada pelo juiz da auditoria militar — crimes contra a segurança nacional são processados pela justiça militar — isso significa que Lula pode ficar preso pelo menos seis meses, tempo mínimo para a conclusão do processo. Se condenado, a pena pode ser superior a isso.

## Teotônio Vilela ao coronel Braga: "Se o senhor tentar reprimir, nós dois seremos os primeiros a cair"



Assim, na primeira semana de maio, a pressão sobre São Bernardo atingia o ponto mais agudo. Mais forte só poderia ser, por exemplo, a interdição da igreja — os operários ficariam sem nenhum local para reuniões — e uma repressão mais violenta, talvez com o uso de armas de fogo.

Paralelo a isso, qualquer caminho de retorno à negociação operários-empresários continuava bloqueado. E o senador Teotônio Vilela era um dos que se espantavam com a "humilhação dos empresários, paus-mandados do Planalto". O senador tivera desagradável experiência. Em conversa com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo, Theobaldo de Nigris, conseguira marcar um encontro entre os advogados dos empresários e os dos metalúrgicos. De Nigris, segundo Teotônio, mostrava-se "animado com a idéia de restabelecer o diálogo". No dia do encontro, o advogado dos empresários telefonou para Vilela para comunicar: "Recebi um chamado de Brasília, não poderei ir ao encontro. Desculpe-me". "Um chamado de Brasília", "de ordem superior" assim, não-identificadas, eram referidas as ordens, mas Teotônio Vilela teria outra experiência desagradável com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Também este recebeu bem as propostas de reabertura de negociações feitas por Teotônio. O ministro chegou a estimular o senador até que um dia este, de São Bernardo, telefona para Ackel e reclama das prisões dos líderes sindicais. E ouve o ministro observar que já sabia das prisões e ainda perguntar: "Já prenderam o outro? Onde está o outro?". Tratava-se de Osmar Mendonça, o Osmarzinho, o único dos dirigentes sindicais de São Bernardo que continuava em liberdade. "Foragido" diriam as autoridades policiais. E Teotônio: "E o homem ainda pergunta logo para mim onde estava o Osmarzinho. Um insulto". Houve outras tentativas de reabertura do diálogo, mas nenhum empresário — nem os chamados "empresários da abertura" — se animou a tomar a iniciativa de romper o bloqueio preparado pelo Planalto.

E a greve teria de acabar — conforme pensavam homens do comando de greve de São Bernardo — na primeira semana de maio, quando a paralisação já passava dos 35 dias. Os recursos do fundo de greve permitiriam talvez mais alguns dias, mas era evidente o cansaço dos operários e suas famílias. Entre outras coisas, porque não se vislumbrava alternativa: sem negociações, fazer o quê? Continuar a greve por quanto tempo? Respostas difíceis, sabendo-se como é grande o poder de resistência das multinacionais e como é generoso o governo com as empresas.

A greve teria de acabar e o governo se preparava para cantar vitória: A República de São Bernardo estava batida. E seu presidente, Lula, capturado. Mas estava mesmo?

Afirmamos que São Bernardo não está batida. A prova foi o 1º de maio: foi toda gente lá, debaixo de um terrível clima de repressão e após 30 dias de greve. Uma marcha vitoriosa.

Depois, é certo, a República de São Bernardo teria de retirar suas tropas — mas seria exatamente isso, uma retirada organizada, não uma debandada. Os metalúrgicos esticaram suas forças, resistiram a várias repressões e preparavam-se para a retirada no momento em que esgotavam suas munições. Ocorre que o governo não poderá ocupar o espaço deixado por essa retirada.

## Os operários do ABC resistem

É que todo o comportamento do governo durante o episódio foi transparente. Passados os primeiros momentos em que algumas pessoas julgaram que a direita do regime, general Milton à frente, estaria "engrossando" a história, à revelia do Planalto, logo verificou-se que a operação era inteiramente comandada de Brasília e se adequava ao projeto de abertura limitada e controlada. Nesse projeto, o governo tem uma face autoritária e foi obrigado a exibi-la em toda crueza. A imagem é algo assustadora. Mostra, por exemplo, que se pode colocar a polícia na rua mesmo sem o AI-5. (Aliás, em Belo Horizonte, o governo também colocava a polícia e a Lei de Segurança contra os professores em greve). Houve mais: o comportamento do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que não fez sigilo de suas seguidas

reuniões com empresários e que não se encontrou nem uma vez com os líderes sindicais. Além de ter distribuído ameaças aos trabalhadores pela televisão, misturando-as com um tratamento algo paternalista, num anacrônico estilo populista à Getúlio. Tudo encerrado, ficou claro para toda gente que o governo é adversário dos trabalhadores, não se pode dizer que este seja um resultado positivo para o governo, neste momento em que procura organizar seu "novo PDS", como um partido moderno, com uma fachada progressista e penetrando nos grandes centros urbanos. O programa não falava mesmo em co-gestão? E depois o governo sequer admite conversar sobre o delegado sindical. Hoje, ninguém se lembra mais do programa do PDS, a não ser para rir.

De outro lado, exibindo sua face autoritária, o governo estimulou a retomada de postura francamente oposicionista das correntes liberais — que estavam algo animadas, e amortecidas, pela abertura — e facilitou a recomposição da frente oposicionista liberais/esquerda. Não uma frente formal, mas aquela que se faz quando as diversas correntes se encontram na mesma situação: alvos da barragem de fogo. Era Teotônio Vilela — vice-presidente do PMDB — quem estava com os operários de São Bernardo — a principal base do Partido dos Trabalhadores, PT. Há aqui outro resultado marginal: O PT sai fortalecido, na medida em que as classes operárias vão chegando à conclusão que só lhes resta a oposição direta, ampla, completa e frontal. Fortalece também o PMDB, que sempre caracterizou postura claramente oposicionista, rejeitando as tais propostas de conciliação e entendimento que apareceram aqui e ali.

Percebe-se também como o jogo político-institucional de Brasília torna-se coisa cada vez mais inútil. Provocava gargalhadas a idéia — atribuída ao deputado Célio Borja e considerada interessante pelo senador Tancredo Neves — de se restabelecer o parlamentarismo como meio de o regime vencer os atuais momentos difíceis. Visto de São Paulo, pós-São Bernardo, o regime não tem solução, digamos, institucional. Ou, por outra, a abertura controlada e limitada mais cedo ou mais tarde escapa do controle do Planalto e se abre por inteira. Era de que se tomava consciência em São Bernardo: não se modifica mais esse regime aí. É preciso outro. E se São Paulo é a ponta do país... a greve estava para terminar, Lula está preso, mas a guerra está longe do fim. Foi como se o governo, para tomar uma posição tivesse perdido um exército inteiro. Tomou a posição, mas ficou tão arrebatado, com tantos problemas na retaguarda — no caso, a inflação que o mágico Delfim não controla — que não pode encarar com otimismo seus próximos passos.

**Nós fizemos a cabeça de Gabeira**

**LAMPÍÃO começou a falar**  
de "transpirar o corpo" na época do Dr. Faleão.  
nunca mais parou.

**o jornal das minorias**

Desejo receber uma assinatura anual de

**LAMPÍÃO da Esquina ao preço de Cr\$ 300,00**

Envie cheque ou vale postal para a Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. — Caixa Postal 41031 — Santa Teresa — Rio de Janeiro-RJ. CEP 20241

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_



O longo caminho dos colonos que derrubaram o confisco da soja

# DA SAÚVA AO SUPERMINISTRO

Por RAFAEL GUIMARÃES

Os homens que derrotaram Delfim Netto habitam o noroeste do Rio Grande do Sul. São descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses e eslavos que chegaram à região no fim do século passado, cumprindo a última etapa da colonização do estado. Conservadores, votam tradicionalmente nos candidatos governistas. Plantam soja em propriedades inferiores a 25 hectares, na maioria dos casos. Estão entre os 464 mil pequenos produtores — cerca de 75% da população rural — responsáveis por 70% da produção agrícola gaúcha e que possuem apenas 25% da terra.

Dia 31 de março, estes homens, em número de 150 mil, conforme estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), saíram às ruas e estradas para protestar contra o confisco de 13% sobre a soja, a mais polêmica medida governamental na área agrícola. Com suas máquinas estacionadas em mais de uma centena de municípios, os manifestantes desfilarão cartazes do tipo "Plante, colha e coma, senão o Delfim toma", "Automotriz colhe, Delfim recolhe" e outros que visavam diretamente a figura do ministro do Planejamento, idealizador do confisco. E ameaçaram não comercializar sua produção.

A pressão foi tanta que Delfim não resistiu. Na tarde seguinte ao *Dia do Protesto*, ele mandou que o líder do PDS na Câmara Federal e virtual candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Nelson Marchezan, anunciasse a queda do confisco. Marchezan leu o decreto sentado na cadeira de Delfim, já que o orgulhoso e até então imbatível ministro do Planejamento não quis admitir publicamente a maior derrota de sua longa trajetória interministerial.

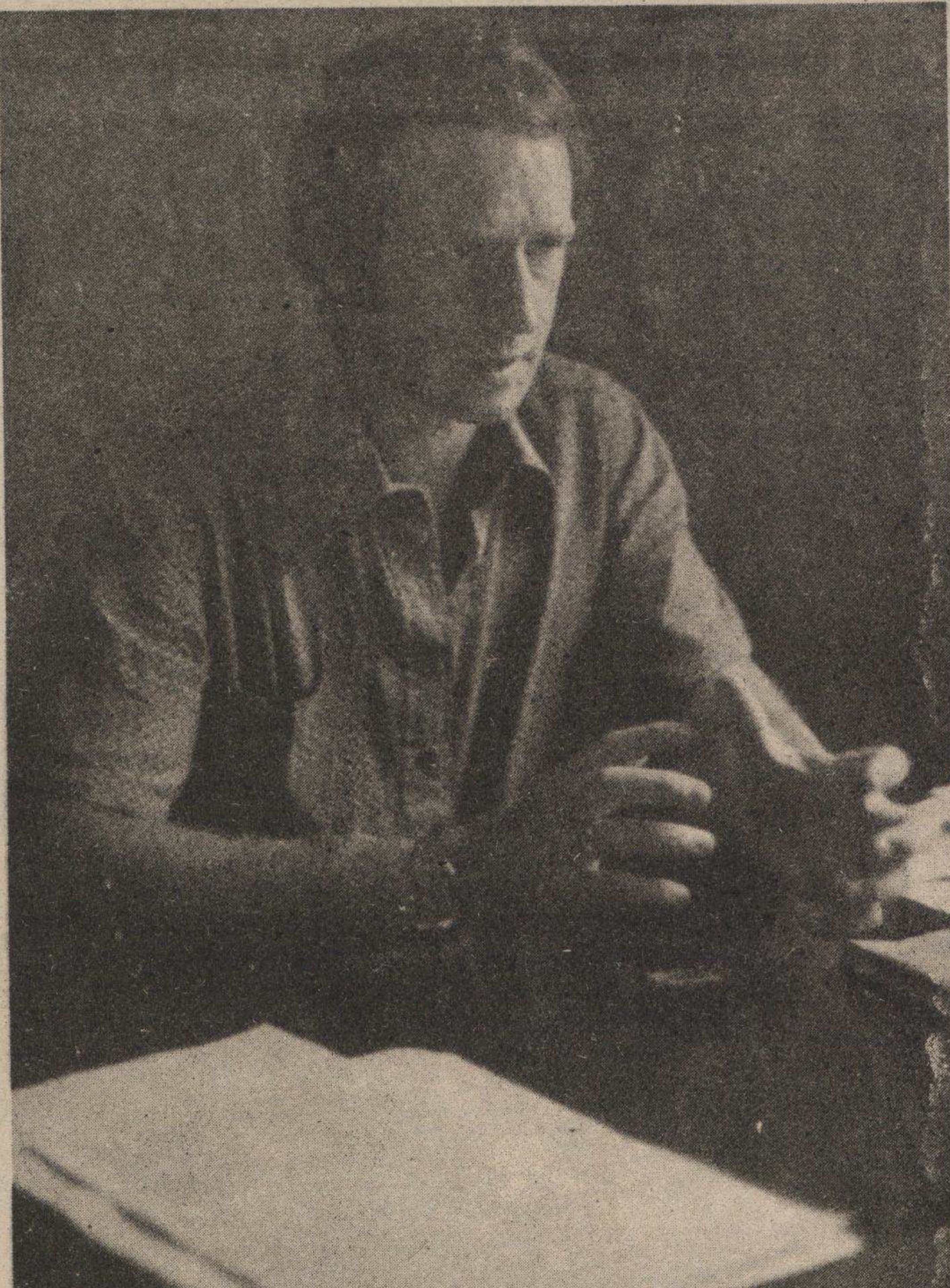
Não foi somente Delfim que não esperava por esta. Pouca gente poderia acreditar que do conservador meio rural gaúcho partisse um movimento tão forte. Nem mesmo o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), inspirado por Leonel Brizola no início dos anos 60, que chegou a ser comparado com as Ligas Camponesas de Francisco Julião, alcançou tamanha repercussão.

Dos municípios que se rebelaram contra a política agrícola do governo, sem dúvida o mais importante é Ijuí, 80 mil habitantes localizado exatamente no centro da região noroeste, por uma razão significativa. Há duas décadas os padres da Ordem dos Capuchinhos iniciaram um longo e paciente trabalho de base com os agricultores do município. Este é o principal motivo da liderança que Ijuí exerce na região. Não é por outra razão que a Cooperativa Regional Triciticola Serrana (Cotrijuí) é a mais poderosa cooperativa agrícola do país.

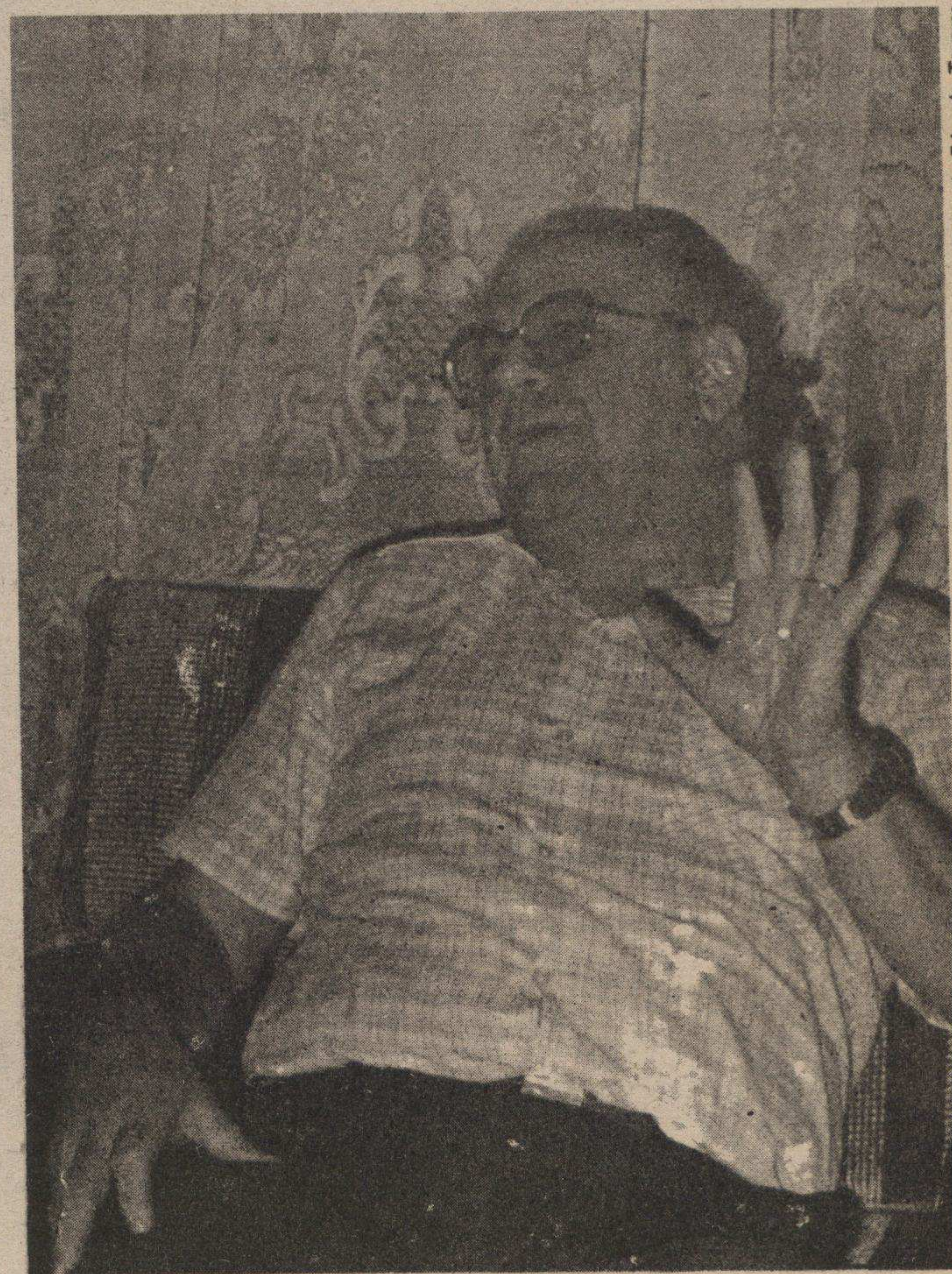
Em 1957, os capuchinhos criaram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, com o objetivo, um tanto romântico e altruísta, de levar cultura ao povo. "Logo nos primeiros anos de trabalho, nos demos conta de que o povo tem cultura e que nós deveríamos captar e retransmitir esta cultura", recorda o professor de Filosofia Argemiro Brum, um dos pioneiros do trabalho. Em 1969, a faculdade transformou-se na Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene), que deu continuidade ao trabalho dos capuchinhos.

Curiosamente, o marco inicial do movimento que, anos mais tarde, derrotaria um dos mais poderosos ministros da história do país, foi o combate à formiga saúva. Em fevereiro de 1962, o Centro de Pesquisas organizou uma reunião dos representantes de cada localidade da região, um esboço de uma estrutura que seria consagrada nos anos seguintes: a nucleação. Os participantes concluíram que, ao lado das dificuldades de comercialização e da falta de união dos produtores, um dos maiores problemas que enfrentavam era a ação da saúva, que causava prejuízos de até 30% nas lavouras de trigo.

— Nosso papel — resalta Brum — foi mostrar-lhes que de nada adiantava cada



Karlinski, um líder surgido no trabalho de base



Frei Matias, 20 anos junto aos colonos de Ijuí

um individualmente eliminar os formigueiros de sua plantação. A única forma de liquidar a saúva era uma atuação conjunta, já que o problema era de todos.

Cada participante saiu da reunião com a incumbência de organizar o combate às formigas em sua localidade. Nos meses seguintes, os produtores fizeram um levantamento sobre o número de formigueiros existentes e a quantidade de veneno necessária. O veneno foi comprado e distribuído entre as localidades. Em setembro, antes do plantio do trigo, os agricultores realizaram uma fulminante investida contra os formigueiros, que terminou erradicando a praga das lavouras ijuíenses.

— O mais importante não foi o fim da saúva, que acabaria acontecendo de qualquer maneira — prossegue Brum —, mas sim a consciência de que só o trabalho coletivo poderia resolver os problemas específicos de cada um.

Nesse meio tempo, os padres, professores e estudantes da faculdade, mais agricultores e lideranças locais promoveram uma intensa campanha sindical. Aproximadamente 30 equipes percorreram toda a extensão do município fazendo reuniões sobre sindicalismo, até que, em julho, foram criados dois sindicatos, o dos pequenos produtores e o dos empregados rurais. As duas assembleias, realizadas no mesmo dia, reuniram mais de três mil pessoas.

Ao contrário de outros grupos religiosos que atuavam no interior do estado, que reuniam alguns produtores e formavam sindicatos de cima para baixo, os capuchinhos preferiram iniciar a discussão para depois formar as entidades. "A Igreja criou a Frente Agrária Gaúcha para não perder os agricultores, que já estavam procurando outras explicações além do misticismo para seus problemas", comenta Argemiro Brum. "Nós assu-

mimos a FAG de Ijuí, mas fizemos um trabalho diferente, partindo da base. Talvez por isso, nosso sindicato seja atuante e reconhecido".

Nestes 20 anos, desde o combate às formigas até o enfrentamento aos altos escalões do governo, o movimento dos agricultores alcançou outras vitórias importantes. Em 1966, eles assumiram o controle da Cotrijuí, criada em 1957 por granjeiros e grandes produtores, que atravessava uma grave crise administrativa. Seus diretores eram acusados de deslizes financeiros, mas o governo evitava intervir na cooperativa, pois na época promovia uma campanha de incentivo ao cooperativismo.

Para resolver o problema, um dos diretores da Carteira Agrícola do Banco do Brasil permaneceu incógnito durante um mês em Ijuí, fazendo observações. Concluiu que a salvação da Cotrijuí era a organização dos pequenos produtores. A discussão foi levada aos núcleos nos seguintes termos: se os pequenos produtores quisessem assumir a direção da cooperativa, correriam o risco de sacrificar duas safras de soja. Mesmo assim eles aceitaram. Para muitos, foi o teste decisivo do trabalho de base e o grande salto qualitativo do movimento.

Em 1974, o governo baixou um decreto estabelecendo que quem tivesse mais do que 25 hectares seria considerado *empregador rural*, portanto, deveria arcar com os encargos sociais de seus empregados que, na quase totalidade dos casos, eram seus próprios dependentes. O governo enviou 1.500 carnês de pagamento a Ijuí, mas o sindicato organizou um boicote. Ninguém pagou e, na segunda remessa, o governo foi mais modesto: remeteu apenas 420 carnês aos empregadores rurais.

Esta e outras sucessivas lutas dos agricultores, entre as quais um protesto

contra as más condições de atendimento do Funrural, desembocaram nas grandes manifestações pela queda do confisco da soja. É verdade que quando os agricultores de Ijuí começaram a discutir o confisco, outras entidades já haviam se manifestado. Primeiro foi em Carazinho, onde o Sindicato Rural — dos grandes produtores — lançou um documento contra a medida criada por Delfim Netto em dezembro de 1979, logo após a maxidesvalorização do cruzeiro.

Mas foi de Ijuí que partiu a proposta de união dos produtores da região contra o confisco. Dia 21 de março, cerca de oito mil representantes de diversas localidades reuniram-se em Ijuí e deram um ultimato ao governo: se o confisco não caísse dentro de 10 dias, eles não venderiam sua produção. Dia 31, fim do prazo, foi realizado o *Dia do Protesto* que, além de envolver mais de 100 municípios gaúchos, teve reflexos em locais longínquos, como o pequeno município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul onde cerca de dois mil produtores aderiram às manifestações. Miraguai, registrou-se, fica numa área de atuação de uma filial da Cotrijuí.

Naturalmente, houve uma intensa preparação para as mobilizações. Nas reuniões preparatórias, nos quase 100 núcleos existentes, a comissão coordenadora, formada por integrantes do sindicato, da Fidene e do Setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí, mostrou aos produtores que o confisco traria um prejuízo de Cr\$ 85,00 por saco de 60 quilos. Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí enviou ofícios a outros 105 sindicatos de todo o estado nos mesmos termos.

Apesar da cuidadosa preparação, o número de pessoas que se envolveu nas mobilizações surpreendeu a muita gente, como o responsável pelo Setor de

Fotos de Eduardo Tavares



Comunicação e Educação da Cotrijuí, Ruy Polidoro. Ele defende a autenticidade do movimento: "Nós, da Cotrijuí, fomos a reboque dos agricultores que assumiram a direção do movimento". Polidoro acompanha o trabalho de base desde 1972, quando foi criado o Setor de Comunicação que ligou-se à Fidene no assessoramento aos agricultores. "Hoje em dia, eles já fazem reuniões sem a nossa presença, mesmo para discutir problemas ligados à cooperativa".

Outros, como o professor de Sociologia Mário Osório Marques, esperavam que, após anos de discussões a partir de questões específicas, o movimento atingisse tais proporções. Osório, ou *frei Matias*, como é conhecido em toda a região — era capuchinho até quatro anos atrás —, foi um dos mais ativos participantes deste processo. Em 1971, ele e Argemiro Brum escreveram um livro chamado *Uma Comunidade em Busca de seu Caminho*, relatando os 10 primeiros anos do trabalho de base em Ijuí.

Atualmente com 55 anos, casado, pai de uma filha, Marques afirma que o mérito do trabalho iniciado pelos capuchinhos foi desenvolver o hábito das reuniões. "O povo — diz ele — foi convencido de que é incapaz de resolver as coisas e que deve submeter-se à vontade dos políticos, dos padres e dos professores, que são as pessoas respeitáveis. Nós utilizamos essa respeitabilidade para questioná-los de seus problemas e mostrar que, unidos, eles podem lutar por seus direitos".

A Fidene, da qual Marques é vice-presidente, vem sendo freqüentemente acusada de ter se afastado das bases, mais preocupada com o trabalho educacional. Esta crítica motivou o surgimento de uma chapa de oposição nas últimas eleições, em 1978. Embora sem divergências ideológicas, a oposição propunha um encaminhamento das questões mais ligadas aos agricultores, mas foi derrotada nas eleições.

Hoje em dia, a Fidene sustenta-se basicamente das mensalidades dos alunos e de convênios com outras entidades — entre elas, a própria Cotrijuí — para elaboração de pesquisas, estudos e assis-



O protesto reuniu 150 mil produtores de 100 cidades gaúchas

tência técnica. Oferece cursos de Filosofia, Sociologia, Economia, História, Geografia, Línguas e Matemática, voltados para a formação de professores, e recentemente abriu o curso de enfermagem, para formar pessoas que irão "trabalhar com o povo", conforme palavras do frei Matias.

Outra crítica à Fidene é a de não ter dado caráter político ao trabalho de base. Tradicionalmente, Ijuí sempre foi reduto dos partidos mais conservadores. Antes de 1964, o Partido de Representação Popular (PRP), de tendências integralistas, tinha grande penetração no município. Nos anos seguintes a Arena venceu a maioria das eleições e atualmente os dois deputados mais votados na região são Emílio Perondi, na Câmara Federal, e Rubi Dihel, na Assembléia Legislativa, ambos do PDS.

Marques rechaça estas acusações: "A culpa é dos políticos de oposição que nunca conseguiram apresentar propostas concretas para melhorar a situação dos

colonos. Na prática, o MDB nunca diferenciou-se da própria Arena. Falar mal do governo não quer dizer nada, porque o Perondi ganha eleições criticando o governo, na base do populismo". Ele acrescenta que "os agricultores já não se satisfazem com a democracia formal burguesa na base da representatividade. Eles querem participar".

Se, durante muitos anos, os capuchinhos, a Cotrijuí e a Fidene tiveram grande influência entre os agricultores da região, agora eles já começam a valorizar suas próprias lideranças. A principal delas, sem dúvida, é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí, Carlos Karlinski, que chegou a ser chamado de *Lula dos colonos* por jornais de Porto Alegre.

Karlinski tem 33 anos e pode ser considerado um protótipo do homem comum de Ijuí. Neto de poloneses, ele planta soja numa pequena propriedade de 12,5 hectares e divide um trator e uma colheitadeira com seu pai e seu irmão,

igualmente minifundiários. Karlinski pode ser considerado também um fruto do trabalho de base. Surgiu na política como secretário do núcleo da localidade de Linha 17, no interior de Ijuí. Em 1976 era suplente da direção e assumiu a presidência do sindicato após uma série de desistências. Depois foi reeleito duas vezes para o cargo.

Ao contrário de outros líderes populares que proliferam no país, Karlinski é um homem quieto e bastante tímido. Suas intervenções nas reuniões primam pelo bom senso e por uma surpreendente maturidade política. O homem que, ao assumir a presidência do sindicato não sabia sequer atender ao telefone, hoje em dia é capaz de discutir assuntos como a estrutura fundiária do país e reforma agrária.

Durante as mobilizações pela queda do confisco, ele enfrentou uma situação difícil. Seu segundo filho deveria nascer no dia 21 de março, mas o parto atrasou devido ao nervosismo da mulher. A criança só nasceu nos primeiros dias de abril. Mesmo assim, teve tranquilidade suficiente para rebater propostas mais radicalizadas. Alguns produtores queriam que a soja não fosse colhida. Karlinski argumentou que de nada adiantava a soja apodrecer nos campos. Em troca, propôs que todos deveriam colher sua produção, mas não comercializá-la e que, se o governo não acabasse com o confisco, os produtores bloqueariam as principais estradas da região com suas máquinas.

Ele sabe que ainda há muito o que fazer, mas entende que as últimas mobilizações representaram um avanço político para o movimento: "Quando iniciamos a campanha para melhorar o atendimento médico-hospitalar ao agricultor, muita gente confundia o sindicato com o Funrural. Agora eles já sabem que o sindicato é o órgão representativo dos trabalhadores".

— Além disso — afirma —, no movimento pela queda do confisco "perguntei a vários produtores se a luta era contra o Delfim Netto e se a queda do ministro mudaria alguma coisa. Eles responderam que não, que o grande problema era o sistema político.

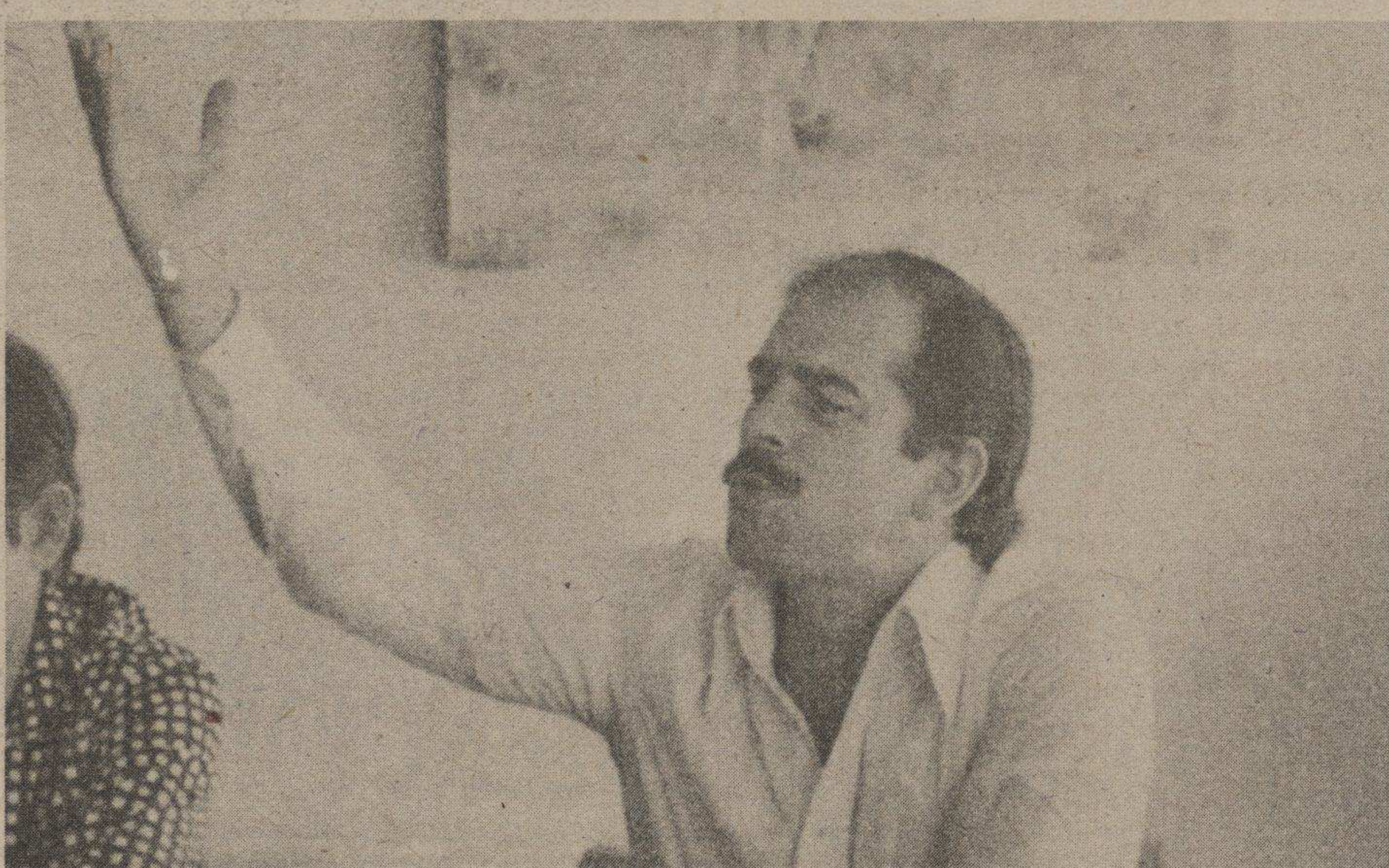
## A busca de formas próprias de democracia

Durante os debates sobre o confisco, Delfim Netto desafiou o presidente da Cotrijuí a apresentar um modelo alternativo para a agricultura brasileira. Ruben Ilgenfritz da Silva saiu por cima: elogiou a boa vontade do governo e respondeu que a saída é uma política agrícola voltada aos pequenos agricultores, na qual todos tenham oportunidade de participar nas resoluções mais importantes.

Esse comportamento, segundo ele, é a principal razão do crescimento da Cotrijuí. Atualmente, a cooperativa se situa entre as maiores do país. Possui o maior terminal graneleiro da América Latina, no porto marítimo de Rio Grande, a 720 quilômetros de Ijuí, com capacidade de estocagem para 220 mil toneladas de cereais. Tem duas fábricas de óleo vegetal, uma em Rio Grande e outra em Ijuí, com capacidade para industrializar 300 mil toneladas de soja, e várias empresas subsidiárias, entre as quais a Cotriexport, responsável pela comercialização interna e externa dos produtos, com filiais na Argentina e em Nova York.

A Cotrijuí atua em nove municípios do noroeste do Rio Grande do Sul. Além destes, tem filiais em Rio Grande e em Dom Pedrito, onde funciona sua indústria de carnes. Nos últimos anos expandiu suas fronteiras até o Mato Grosso do Sul e realiza, a pedido do governo federal, um plano de reassentamento de agricultores gaúchos na Amazônia. A primeira fase do projeto, em execução, prevê a transferência de duas mil famílias para uma região próxima à Altamira, no Pará, onde a cooperativa possui uma área de 400 mil hectares.

O ponto de partida para o gigantismo da Cotrijuí, freqüentemente criticado por entidades ligadas à empresa privada, ocorreu em 1970. Nesta época, os associados constataram que os sacos novos usados para colocar a soja voltavam rasgados do porto de Rio Grande, de onde partem as exportações gaúchas. Foram organizadas excursões de produtores até Rio Grande, onde eles puderam sentir o violento congestionamento da produção,



Ilgenfritz: A difícil conciliação entre crescimento e participação

causado pelas precárias instalações do porto.

A solução que encontraram foi a construção de um terminal graneleiro que atendesse à Cotrijuí. Para isso, os associados se dispuseram a sacrificar uma safra inteira de soja. O Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto foi inaugurado em 1972 e deu início ao vertiginoso crescimento da cooperativa.

O grande problema para a direção da Cotrijuí foi compatibilizar o crescimento da cooperativa com a participação cada vez maior do quadro social, principalmente dos pequenos produtores. Afinal, dos 19 mil sócios, cerca de 85% possuem menos de 50 hectares.

Para isso, a direção conta com o carisma do presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, um engenheiro agrônomo de 41 anos, dono de 300 hectares de propriedade, com um respeitável passado. Quando era estudante, chegou a ser presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e concorreu

à presidência da União Estadual de Estudante gaúcha e à vice-presidência da UNE. Isso, naturalmente, antes de 1964.

Em 1972, assumiu a presidência da Cotrijuí, após o falecimento do presidente Luiz Fogliatto. Na época, além de associado, e de exercer a vice-presidência, ele desempenhava a função de agrônomo da cooperativa e era um dos poucos que freqüentavam as reuniões nos núcleos. Recentemente Ilgenfritz chegou a ser cogitado para assumir cargos no governo do estado e no próprio Ministério da Agricultura. Sua vida resume-se, praticamente, a reuniões e viagens para tratar de interesses da Cotrijuí. Mas está cansado e confia aos amigos íntimos que não pretende candidatar-se nas próximas eleições, em 1981.

No ano passado, a direção da Cotrijuí estabeleceu quatro metas prioritárias para sua atuação política: expansão, diversificação, estrutura de poder e capitalização. Como é muito difícil reunir todos os associados numa assembleia geral, os diretores da cooperativa criaram um

grupo de representantes eleitos diretamente pelo quadro social, com duas tarefas principais: discutir formas de ampliar a participação dos associados nos destinos da Cotrijuí e formar uma chapa para as próximas eleições, em 1981.

Mesmo sem amparo legal e até contrariando dispositivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o órgão do governo encarregado de regulamentar a atuação das cooperativas, as eleições foram realizadas ainda em 1979, nos 29 municípios onde a Cotrijuí atua. Os 59 nomes mais votados formam a comissão de representantes. Futuramente a Cotrijuí pretende ampliar esta comissão para um representante do grupo de 30 associados.

Ao mesmo tempo, foi iniciada uma longa discussão sobre a expansão da cooperativa. O principal argumento dos dirigentes é a crise que o cooperativismo gaúcho atravessa, principalmente pela descapitalização e falta de estrutura industrial.

Um dos ardorosos defensores da Cotrijuí é Frei Matias, considerado uma espécie de teórico do cooperativismo. "O cooperativismo — diz ele — é um instrumento que pode ser utilizado em qualquer sistema político e já provou sua eficiência". Ele reconhece que no caso brasileiro o sistema cooperativista é usado pelo capitalismo para amenizar as contradições sociais, evitando futuras convulsões no campo. Mas acrescenta: "No dia que mudar o sistema político, o socialismo de Ijuí será mais perfeito do que em outros lugares".

Mas é evidente que nem todos os problemas dos produtores podem ser resolvidos pela Cotrijuí. Esta é a opinião do agrônomo João Klohn, integrante do Departamento Técnico da cooperativa:

— O principal problema do produtor é a questão da terra. As cooperativas possuem associados com grandes propriedades que querem comprar as terras dos pequenos e vice-versa. Então, as cooperativas não podem falar em reforma agrária, por exemplo.



# ARGENTINA: — NO VÁ MÁŠ!

por GERALDO HASSE

Quatro anos de ditadura, 18 mil mortos, 12 mil desaparecidos, 500 mil no exílio

(Estes textos não fazem parte de qualquer campanha para denegrir a imagem da Argentina no exterior).

Para um brasileiro que visita Buenos Aires em abril de 1980, as coisas que acontecem por lá lembram coisas do Brasil de alguns anos atrás. Na economia, por exemplo, a Argentina de 1980 repete o Brasil de 1966: arrocho salarial, centenas de falências de empresas, penetração do capital estrangeiro em praticamente todos os setores de atividades. Na área cultural, a Argentina de 1980 lembra o Brasil de 1972. Uma feroz censura estabeleceu um torpor generalizado no teatro, cinema, literatura, imprensa, rádio e televisão, que, por coincidência, está entrando na era colorida. Na política, a Argentina está realizando a sua abertura, tal como o Brasil de 1974/75, quando Ernesto Geisel falava na distensão gradual e lenta. Em Buenos Aires, os jornais abrem manchetes quase todos os dias sobre "el diálogo" entre as Forças Armadas e alguns setores da sociedade argentina. Certos políticos dão seus palpites, alguns humoristas arriscam charges, os comandantes militares fazem pronunciamentos, os direitos humanos já não constituem um assunto perigoso e intocável, fala-se no degelo.

Essas comparações entre Argentina e Brasil servem para situar o visitante (e o leitor) no tempo e no espaço, embora não seja correto utilizar o Brasil como parâmetro de qualquer situação em outro país. Sim, "el proceso" argentino lembra realmente a abertura brasileira, pois ambos os movimentos (se isso pode ser chamado assim) são realizados em nome de uma democracia estável, duradoura e moderna, sob controle das Forças Armadas. Mas, apesar das coincidências e semelhanças, Argentina e Brasil são duas coisas "muy distintas", como dizem os portenhos. Ditadura por ditadura, a Argentina foi muito mais dura. Basta citar alguns números. No Brasil, a esquerda sofreu cerca de 220 mortes e somou cerca de 120 desaparecidos na luta armada contra o governo militar. Na Argentina, contabilidade semelhante fala de 18 mil mortos e 12 mil desaparecidos. Por outro lado, a ditadura brasileira produziu 10 mil exilados. A Argentina, cerca de 500 mil. Na verdade, nunca houve na América Latina um governo tão duro como o do general Jorge Rafael Videla, que ocupou a Casa Rosada em março de 1976, quando foi derrubada a presidente Isabelita Perón, até hoje prisioneira domiciliar. Somente agora, lentamente, com timidez e muito medo ainda, começa a ser contada a história da violência bárbara que tomou conta da sociedade argentina na década de 70.



Na revista Hum(r) os cartunistas argentinos já trabalham charge política

Um slogan forçado:  
"Nosotros somos  
Derechos y Humanos"

Uma coisa fora do normal aconteceu em Buenos Aires em setembro de 1979. A Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA, órgão da ONU) instalou-se num escritório no centro da cidade para levantar dados sobre mortes, prisões, desaparecimentos, torturas e outras violações dos direitos humanos na Argentina. Apesar de não serem bem-vindos os enviados da OEA não foram hostilizados abertamente pelo governo e mandaram publicar nos jornais um comunicado em que se colocavam à disposição dos argentinos para ouvir e anotar denúncias e queixas sobre violências políticas.

No dia seguinte, os primeiros a aparecer na porta da OEA foram as célebres mães da Plaza de Mayo, conhecidas no mundo inteiro porque, a partir de 1977, para assombro de Buenos Aires, deram para se juntar nas quintas-feiras, à tarde, junto da Casa Rosada, para reclamar da Junta Militar notícias sobre seus filhos desaparecidos. Trágicas nos seus vestidos negros, carregando nas mãos cartazes, fotografias e listas dos filhos, elas incomodavam a consciência dos argentinos que cruzavam amedrontados pela Plaza de Mayo, ali no miolo da capital.

Perturbavam os militares instalados na Casa Rosada, nos ministérios, nas empresas públicas, nos sindicatos, em todo lugar. Vigiadas, ameaçadas, detidas, interrogadas, foram proibidas de fazer seus ajuntamentos, a partir de janeiro de 1979. Desapareceram da praça, mas continuaram se reunindo em apartamentos, escritórios, onde pudessem. Levaram suas listas aos jornais. Algumas, pequenas, parciais, foram publicadas como notícia. Depois, censuradas, apareceram como matéria paga. Em seguida, nem no "espacio de publicidad" suas denúncias foram recebidas pelos diários.

Durante quase todo o ano passado, elas carregaram suas listas aos sacerdotes, aos diplomatas e aos correspondentes da imprensa estrangeira. As vezes, contrariando o proibido, reapareciam brevemente na praça, afugentando os transeuntes e atraindo os policiais. Não conseguiram, enfim, publicar a lista mais ampla já feita sobre os desaparecidos (contendo pouco mais de 5.800 casos circunstanciados). Até que, em setembro, trazidos por pressões internas e externas, apareceram em Buenos Aires os membros da Comissão de Direitos Humanos da OEA.

Atrás das locas da Plaza de Mayo, foi se formando uma fila compacta na calçada do escritório da OEA. Pouco a pouco, a fila foi engrossando, chegou à esquina, depois contornou o quarteirão, foi se estendendo ao outro quarteirão, até formar uma multidão colada aos edifícios, ocupando as calçadas, ao longo de quatro quarteirões. Uma misteriosa força construía nas ruas de Buenos Aires uma pequena muralha humana, num desafio silencioso ao império do medo. Em duas semanas de trabalho, a Comissão de





Plaza de Mayo: o começo da pressão sobre o governo pelos direitos humanos

Direitos Humanos da OEA recebeu 12 mil denúncias por escrito, em formulários especialmente confeccionados para fazer uma radiografia sumária do terror na Argentina.

Disso tudo saiu um livro entregue agora em abril à Junta Militar que governa a Argentina. Dias depois, o governo forneceu aos jornais um resumo — ou o que disse ser um resumo — das conclusões do relatório. Bem ou mal, os direitos humanos forçaram a porta, reconquistando um pequeno espaço na geografia política da Argentina, um país traumatizado pela violência que, no período de dez anos, fez regredir à barbárie a sociedade mais adiantada da América Latina. Hoje, em lojas, escritórios e repartições públicas, é comum encontrar em Buenos Aires um slogan escrito dentro de um coração: Los Argentinos somos Derechos y Humanos". O material — de plástico — foi mandado confeccionar pelo governo.

“As urnas estão guardadas, muito bem guardadas”

A história desta década infame começa a ser contada lentamente, apesar da resistência das atuais autoridades argentinas. Deste livro negro, as mães da Plaza de Mayo já escreveram o prefácio, o relatório da OEA serve como introdução e as listas de mortos e desaparecidos serão o apêndice final, o fecho de luto. Agora, resta ir juntando aos poucos cada capítulo, desde os primeiros atentados e seqüestros da esquerda, no início da década, passando pelas bombas e metralhadoras da extrema-direita, na metade dos anos 70, até os desaparecimentos, torturas e fuzilamentos praticados desde 1976, diretamente ou com a conivência do governo chefiado pelo general Jorge Rafael Videla.

tanto com o aparato policial nas ruas e algumas até ousam cochicar que tudo isso não está certo.

Dia 10 de abril de 1980, o diário *La Prensa*, de Buenos Aires, publicou, como “espacio de publicidad” (matéria paga), num quadro de 20 centímetros de altura por 12 centímetros de largura, uma nota intitulada **Dialogo!** No texto, assinado pelas mães da Plaza de Mayo, as autoridades nacionais foram desafiadas a responder a três perguntas: **Onde estão nossos filhos “detidos-desaparecidos”?** **Pode** haver tema mais prioritário do que este reclamo angustioso de milhares de mães argentinas? **Podem** nossos governantes, humanamente, não abrir o diálogo sobre este tema?

A resposta foi dada naqueles mesmos dias de abril através de uma avalanche de pronunciamentos militares. “Não haverá revisão da luta contra a subversão”, disse, no dia 11, o general Roberto Viola, ex-comandante do Exército, ex-integrante da Junta Militar, transferido em dezembro para a reserva, onde aguarda, dizem, o momento de assumir a presidência da República, em março de 1981.

— Unicamente o povo argentino pode fazer juízo de valor sobre o preço da luta contra a subversão, e o povo argentino concordou com esse preço — afirmou no dia 16 de abril de 1980 o general Jorge Videla, durante um almoço com jornalistas (almoço que faz parte da abertura do diálogo, iniciado concretamente no final de março).

O ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, encarregado de realizar o diálogo com empresários, reitores de universidades, políticos, intelectuais, etc., todos convocados a dizerem o que pensam do “processo de reorganização nacional” dirigido pelas Forças Armadas, também deu a sua resposta.

— Ao exército vencedor não se pedem contas —, disse ele, lembrando que na Argentina “houve uma guerra” contra a esquerda marxista, representada pelos militantes do ERP (Exército Revolucionário do Povo) e pelos *Montoneros*, de origem peronista.

Também se pronunciou o comandante da Marinha, almirante Armando Lambruschini. Dia 10 de abril, ele disse: “Não haverá retrocesso nem anulação das decisões já tomadas e que estão sendo implantadas”. Não se omitiu o brigadeiro Omar Graffigna, comandante da Força Aérea. Falando sobre o passado, o presente e o futuro, afirmou: “As diretrizes das Forças Armadas excluem os corruptos, os vinculados às atividades subversivas ou com entidades marxistas, e também aqueles que a Junta Militar, a qualquer momento, decidir que fiquem fora da participação política futura”.

Finalmente, para completar a rodada de pronunciamentos, resta a palavra do comandante do Exército, general Leopoldo Galtieri, considerado, depois de Viola, o único possível substituto de Videla na Casa Rosada, já que comanda a principal força militar argentina. Perguntaram-lhe quando haveria eleições no país e ele respondeu com um chiste bem-humorado e tipicamente argentino: “As urnas estão guardadas, muito bem guardadas”. Queria dizer com isso que só haverá eleições na Argentina quando os argen-

tininos se puserem de acordo “para transitar no futuro com estabilidade”, seguindo a sinalização feita pelos militares. Comentando esse assunto — a volta das urnas —, um diplomata estrangeiro em Buenos Aires lembrou que dificilmente haverá eleições algum dia no país, “porque os argentinos são inteligentes demais para se colocarem de acordo sobre alguma coisa”.

No fundo, sutilmente, esse diplomata talvez estivesse querendo assinalar que os militares argentinos, que se puseram de acordo sobre o andamento do processo no país, não representam a inteligência argentina.

## Até Gardel foi considerado imoral e decadente

A inteligência argentina está em recesso, acuada, calada, morta, desaparecida, exilada e sob censura. Na rádio Rivadavia, por ordem do interventor militar, é proibido tocar algumas canções de Carlos Gardel, considerado imoral e decadente. Nas emissoras de televisão, não podem trabalhar desquitados, esquerdistas e homossexuais. No teatro, impossível pensar em algo além da comédia digestiva. Os produtores, diretores, artistas e técnicos têm liberdade para escolher a peça que quiserem encenar, mas ninguém se arrisca por duas boas razões. Primeiro, o censor, quando chegar para executar seu trabalho, pode vetar e causar um prejuízo irrecuperável. Segundo, um veto da censura pode trazer para o elenco e demais participantes da peça alguma espécie de represália, como, por exemplo, desaparecer de cena para sempre.

No cinema, são os próprios censores que ajudam a escolher o elenco, cortando antecipadamente os que não devem ser vistos na tela. Isso, para os filmes argentinos. Quanto aos filmes estrangeiros, podem ser proibidos totalmente ou sofrer cortes parciais. O ator argentino Hector Altério, exilado na Espanha, tentou voltar à Argentina no ano passado, mas foi proibido pela censura. Não pessoalmente, claro, mas no filme espanhol *Assinatura Pendente*, um caso de amor em que Altério desempenhava um papel secundário, como coadjuvante. Todas as cenas em que ele aparecia foram cortadas pela censura, que também retirou o nome de Hector Altério dos títulos. Com 10 minutos a menos, o filme foi liberado. A atriz Norma Leandro, que vive em Montevideu, teve seu nome cortado nos títulos do filme uruguaio *Cambio de Vida*, mas suas cenas passaram nos cinemas argentinos.

— Aqui na Argentina — diz um jor-



Eleições: tema proposto ao presidente militar Jorge Rafael Videla

ESPACIO DE PUBLICIDAD

# ¡DIALOGO!

Lo hemos solicitado a las más altas autoridades repetida e infructuosamente.

## NUESTRO TEMA:

¿DONDE ESTAN nuestros hijos “detenidos - desaparecidos”?

### PREGUNTAMOS:

¿PUEDE haber tema prioritario a este reclamo angustioso de miles de madres argentinas?

¿PUEDEN nuestros gobernantes, humanamente, no abrir el diálogo sobre este tema?

Nuestros hijos NO desaparecieron en un campo de batalla durante el fracaso de un combate. Si fueron arrebatados INERMES de hogares y detenidos en la calle, en sus domicilios o en sus lugares de trabajo por fuerzas de seguridad sin tener noticias de ellos posteriormente.

En la Semana de la Pasión de Jesús, hemos padecido con María el sufrimiento por su Hijo; por nuestros hijos.

Esperamos el diálogo que conduzca a la pacificación verdadera y al imperio de la Justicia

**MADRES DE PLAZA DE MAYO**



Hay revuelo en la vecindad: se armó el diálogo

## EL CHAVO DEL OCHO POR CIENTO

Guión: MEJI (el Dr. Chapatín)  
Dibujos: CEO (el Chisperito Magiclick)

Anticipamos el próximo capítulo de la serie más esperada de los últimos cuatro años. La vecindad abre sus puertas. ¿Cuántos entrarán? ¿Cuántos saldrán?

Reparto por orden de conversación:

**Doña Florinda:** Doña Isabel  
**El Sr. Barriga:** (dado el vertiginoso ritmo que muestran la revista y la actualidad misma, en el tránsito de la tapa a esta página este rol ha sido asumido por Jimmy Carter, que reemplaza a Don Juan Carlos).  
**Don Jorfón:** Don Jorge Rafael.  
**Quico:** Don Eduardo Emilio.  
**Professor Miramales:** Don Jorge Luis.  
**Chilindrini:** Doña Magdalena Ruiz Guiña Guiña  
**El Chavo del 8%:** Don José Alfredo.  
**Noño:** Don Bergara Leumann.



Com base no diálogo, uma historieta internacional publicada por HUM(R) numa edição recente. Os cartunistas avançam pelos espaços já franqueados

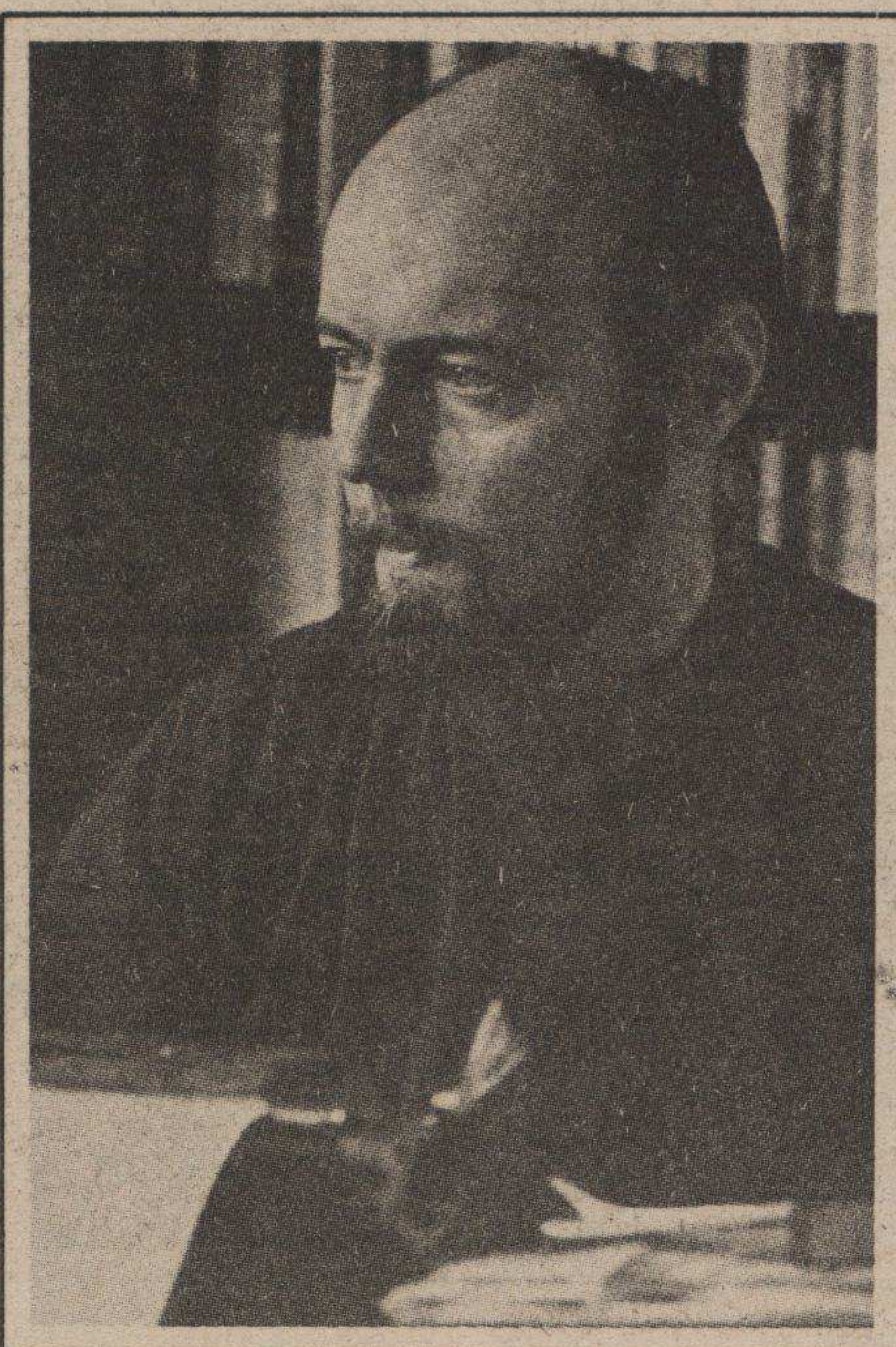
nalista de Buenos Aires, existe a censura militar, a censura eclesiástica e a censura moralista feita pelas mulheres dos militares que não gostam de alguma coisa e mandam cortar.

Na imprensa, não existem censores instalados nas redações, como aconteceu em alguns periódicos do Brasil. No entanto, a censura chega por ordens telefônicas da polícia ou do Exército. De certa forma, ela se manifesta também através do corte de anúncios do governo — o principal anunciante da imprensa argentina — ou das empresas privadas — que apoiam o governo —, criando esse mecanismo conhecido como “censura econômica”, reforçada pelo fato de que os donos de jornais são ou agem como empresários.

Finalmente, há a autocensura que os jornalistas impõem ao seu próprio trabalho, pois eles sabem onde pisam. Em quatro anos, principalmente de 1976 a 1978, desapareceram na Argentina 140 jornalistas. Esta situação foi reconhecida em meados de abril num documento de Arturo Frondizi, ex-presidente do país no final da década de 50 e atual chefe do Movimento de Integração e Desenvolvimento (MID), partido que congrega os *desarrollistas* (desenvolvimentistas), situados mais ou menos no centro do confuso espectro político argentino. Respondendo à afirmação do general Videla de que “cada meio de expressão diz o que pensa, sem cortes nem limitações”, Frondizi concluiu seu longo documento com um rápido diagnóstico do jornalismo no país. Diz o texto:

— Nada mais distanciado da realidade do que os meios de comunicação da Argentina, não por coerções diretas mas por meios sutis e fortemente deletérios. Funciona no país, sem fissuras, um mecanismo destinado a transmitir uma visão distorcida dos fatos e a manipular a opinião pública. Nesse clima, a censura e a autocensura não pode senão combinar-se; e uma das expressões mais cabais disso é o que ocorre nos poderosos meios de difusão que estão nas mãos do Estado. Nestes, além da onerosa propaganda direta, ocorre algo ainda mais nocivo: nenhuma opinião dissidente tem espaço para expor seus pontos de vista, os funcionários públicos giram semana após semana nos programas e, muitas vezes, olhos medianamente espertos podem observar reportagens com perguntas e respostas *armadas*. Isso fecha todas as possibilidades de esclarecimento profundo dos fatos e com suas normas secretas, explícitas ou implícitas, inibe e asfixia as possibilidades do jornalismo e do debate. Inibe um fator indispensável para que o país marche para um banho de realismo, marche para a grandeza, para a justiça, a liberdade e a democracia.

O documento de Frondizi foi publicado na íntegra pelos jornais do país e até hoje provoca comentários, pois acabou virando uma referência crítica ao modelo adotado pelos militares, so-



James Neilson: editoriais corajosos

bretudo no setor econômico. Como de costume os jornais grifaram os trechos mais importantes, inclusive e especialmente o trecho referente à censura à imprensa. Nos dias seguintes, porém, nenhum artigo, nenhum comentário, nenhum editorial nos diários sobre o tema, como se ele não existisse ou não tivesse importância. Onde se conclui que os jornais não têm nada a acrescentar ou tirar ao que foi escrito por Frondizi.

Escrito para ser publicado, o documento do ex-presidente Frondizi aproveitou-se do espaço recém-aberto pela “abertura política”, processo através do qual os atuais governantes argentinos tentam absorver alguns setores em tanto desconfiados das Forças Armadas e apaziguar outros não muito satisfeitos com o ritmo das coisas nos últimos tempos. Os jornais acompanham atentamente a evolução do diálogo, recuperando a desenvoltura e ganhando coragem para tocar em assuntos paralelos que, conquanto não agradem aos militares, inscrevem-se naturalmente no itinerário de qualquer diálogo político. Graças a isso, volta e meia alguns jornais saem com declarações que, há alguns meses, dariam cadeia garantida para seus autores, com alguma eventual consequência sobre os repórteres envolvidos no crime.

No início de abril, por exemplo, o velho político Ricardo Balbín líder da União Cívica Radical, o partido da classe média argentina, aproveitando uma viagem ao exterior — a primeira de sua vida à Europa — fez declarações ousadas em MADRID: A PROPÓSITO DOS DESAPARECIMENTOS DE PESSOAS NA Argentina.

Os jornais (nem todos) publicaram com manchete de alto de página: “Creio

que não há desaparecidos; creio que estão mortos, embora eu não tenha visto o atestado de óbito de ninguém”. Na verdade, é provável que Balbín tenha razão, mesmo porque no ano passado a Junta Militar baixou um estranho decreto segundo a qual são consideradas oficialmente mortas todas as pessoas desaparecidas há mais de 90 dias. “É um decreto que legaliza todos os assassinatos praticados e encoraja os carcereiros a liquidarem seus presos”, define um jornalista de Buenos Aires.

Ao longo desse período de matanças, que teve seu início em 1973 e alcançou o auge em 1976 e 1977, apenas um jornal da Argentina não se calou ante as ameaças, a censura e as tentações da autocensura. Foi *The Buenos Aires Herald*, um tabloide em língua inglesa cujos editoriais, também publicados em espanhol, constituíram praticamente a única voz da imprensa argentina a elevar-se em meio a um patético coro de silêncio e omissão. O então diretor do *Herald*, Robert Cox, já não vive em Buenos Aires, de onde saiu em 1979, mas na Europa e nos Estados Unidos, freqüentemente, faz converências sobre violações dos direitos humanos na Argentina.

O diretor, agora, é James Neilson, escocês naturalizado argentino que vive no país desde 1964, casado com uma argentina. Autor dos editoriais libertários do *Herald*, que se define como um jornal liberal, Neilson fustigou com igual rigor os crimes da esquerda armada e o terrorismo praticado pelo Estado ou à sombra dele. E comentou não apenas a situação da Argentina mas também a dos países vizinhos, inclusive o Brasil.

Neilson, caso raro de coragem e lucidez, classifica-se como “um conservador vigilante que levanta a voz quando vê violado o código da civilização”. Ele continua dirigindo o *Herald* portenho e escrevendo editoriais que lembram a indignação liberal do filósofo britânico Bertrand Russel. Uma coletânea de seus artigos, compreendendo o período 1973/1978, foi reunida no livro *A Voz da Argentina*, paradoxalmente a única obra política atual lançada na VI Feira Internacional do Livro, realizada em abril em Buenos Aires, reunindo 150 estandes de vários países mas apresentando principalmente a produção editorial nacional, através de uma centena de editoras do país.

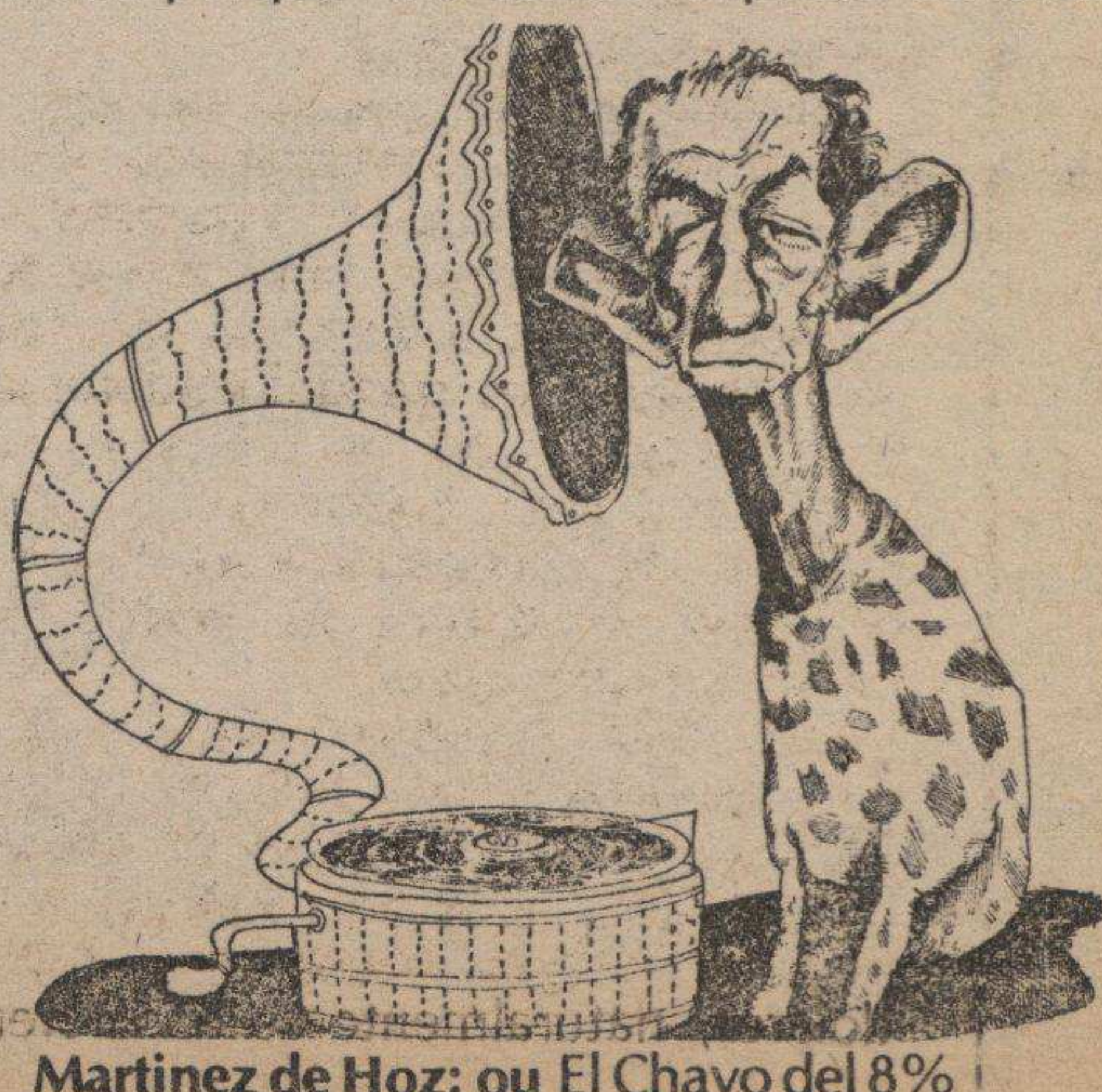
Se se recordar que a produção editorial argentina sempre foi a mais rica e atualizada da América Latina, funcionando em certos períodos — até a década de 50 — como uma alavanca e um farol para o mercado brasileiro, o panorama visto na Feira do Livro de Buenos Aires é um retrato da miséria intelectual gerada por uma ditadura feroz. Enquanto algumas editoras outrora especializadas em temas políticos lançam coleções sobre a história menos recente do país — a década de 30, principalmente — e nada além da década de 60 — um dos livros

mais vendidos na Argentina — como ficou demonstrado pelo sucesso da noite de autógrafos do autor — é *Mi Planta de Naranja Lima*, do brasileiro José Mauro de Vasconcelos, que estourou no Brasil em 1968, com seus romances sentimentais, também consumidos no Uruguai desde uns anos para cá.

Se faltam livros que tentem fazer compreender a tragédia argentina e a complexa situação do país na atualidade, algo de novo parece ocorrer no jornalismo. Sugiram ultimamente nas bancas alguns jornais novos, num esboço de reação, onde se destaca a revista semanal *HUM (R)*, apresentando sátiras políticas, quadrinhos, charges, cartuns e críticas de costumes. O humorismo argentino, sacrificado pela censura, não chegou a morrer, tanto que manteve em Córdoba a revista mensal *Hortensia*, mas agora recupera terreno e começa a refletir as primeiras luzes da “abertura política” do país.

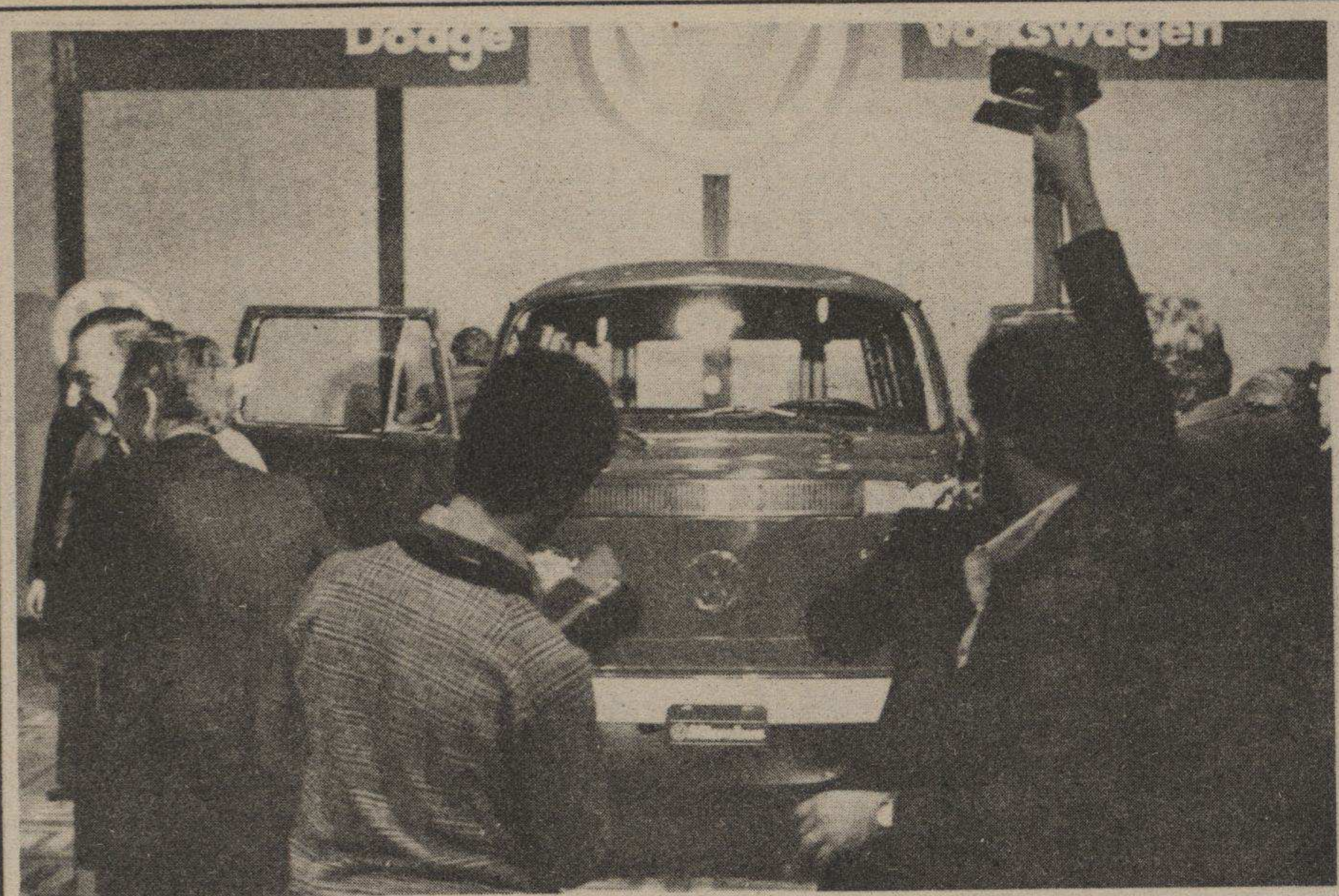
Um Volks 1.300, brasileiro, sai por Cr\$ 800 mil!

Já aparecem na imprensa diária de Buenos Aires algumas caricaturas de generais, inclusive daquele que ocupa a Presidência da República, o que pode ser tomado como um bom sinal. Aparecem há bastante tempo, porém, caricaturas do ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, o único civil no ministério argentino e alvo predileto dos humoristas. Há quem imagine que o ortodoxo economista Martínez de Hoz foi colocado no ministério da Economia para servir como bode expiatório do regime, livrando a cara dos militares de quaisquer responsabilidades no terreno econômico. Por outro lado, há também quem suponha que os militares escolheram Martínez de Hoz porque não seriam capazes de urdir



Martínez de Hoz: ou El Chavo del 8%





Em abril, apresentação de Volks brasileiros nos salões de Buenos Aires



Lojas de importados: produtos estrangeiros invadiram o mercado argentino

um plano tão diabólico para administrar a economia argentina.

O certo é que Martinez de Hoz, o mais durável ministro da Economia desde a década de 40 na Argentina, é chamado freqüentemente de "artífice del milagro econômico" do país. Que milagre é esse? A inflação, que foi de 350% em 1976, baixou para uma média de 150% em cada um dos últimos três anos. Em 1980, calcula-se que ficará entre 80% e 100%.

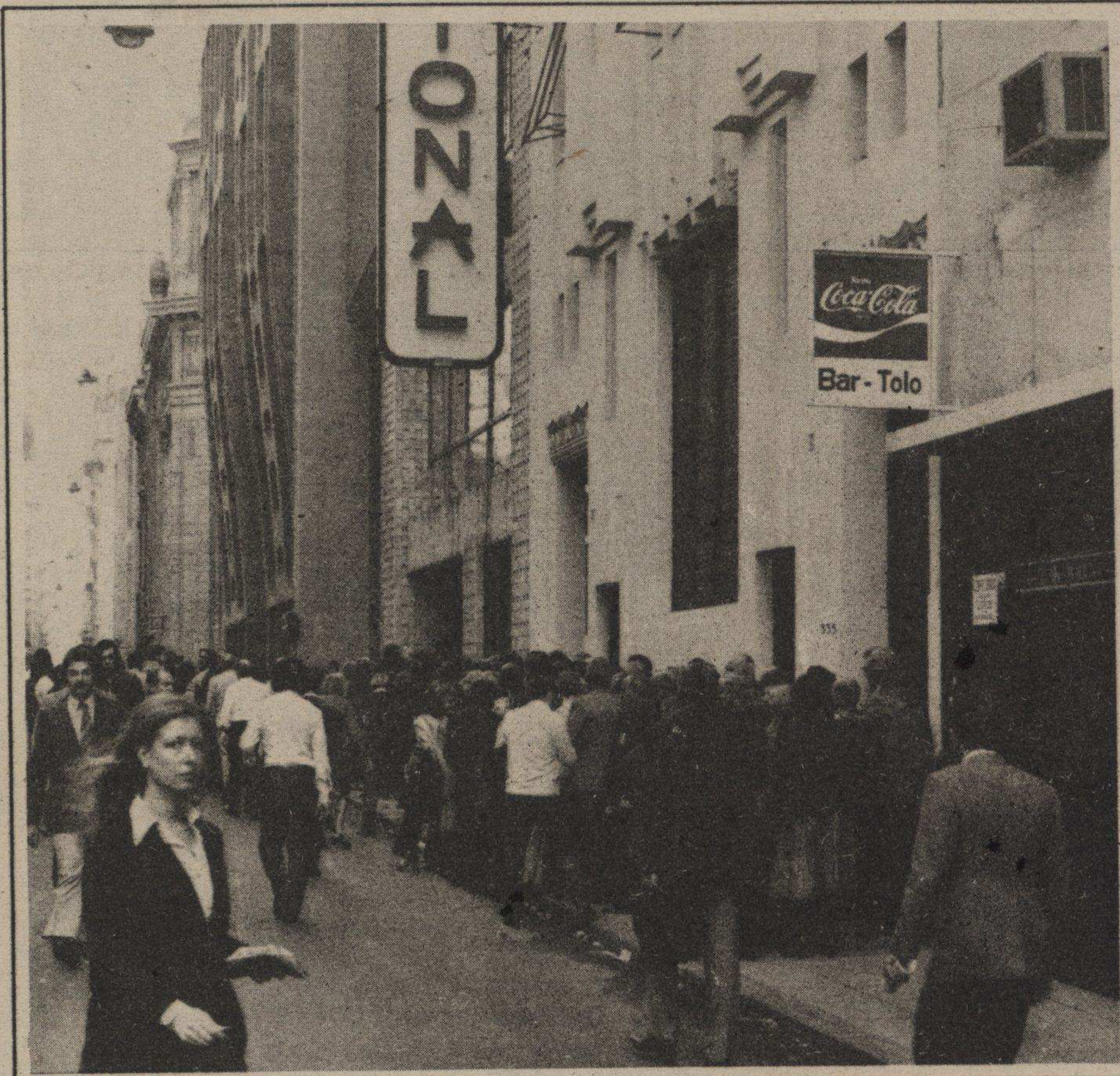
Alguns preços vigentes no país: um refrigerante, 1.800 pesos (Cr\$ 50,00); um suco de laranja, copo pequeno, 2.800 pesos (Cr\$ 80,00); uma passagem de ônibus, 450 pesos (Cr\$ 12,50); um jornal diário, 800 pesos (Cr\$ 23,00); uma dúzia de ovos de granja, na província de Buenos Aires, 2.600 pesos (Cr\$ 75,00); bandeirada de táxi, 900 pesos (Cr\$ 25,00); um litro de gasolina comum, 550 pesos (Cr\$ 16,00); salário-hora oferecido a operários de indústria, 4000 pesos (Cr\$ 115,00); um cafezinho, preço mínimo, 1.000 pesos (Cr\$ 28,50); um Volks 1300 importado do Brasil, 16.000 dólares (Cr\$ 800 mil); preço de uma linha de anúncio nos classificados do *Clarín*, com tiragem mínima de 600 mil exemplares, 15.800 pesos (Cr\$ 450,00).

A moeda argentina, até 1976 desvalorizada diante do cruzeiro — tanto que os brasileiros iam fazer turismo e compras em Buenos Aires —, está mais forte atualmente. Paradoxo, não porque a economia argentina se tenha fortalecido, mas porque o país foi inundado por dólares atraídos por uma nova lei de investimentos estrangeiros (muito liberal) e pelas possibilidades de lucros no mercado financeiro. "Não sei quanto tempo vai funcionar este empório financeiro em que foi transformada a Argentina, mas sei que não durará muito", diz um repórter do *El Cronista Comercial*, o principal jornal de economia de Buenos Aires.

A economia argentina vem sendo convulsionada pelas medidas determinadas pelo Mago de Oz (Martinez de Hoz). Em março, quebrou o Banco de Intercâmbio Regional, o maior banco privado do país, com um bilhão de dólares em depósitos — algo equivalente ao Real ou ao Nacional, no Brasil. Três semanas depois, o Banco Central da Argentina decretou a intervenção em três outros bancos importantes que já não podiam andar com as próprias pernas. É previsível que fecharão suas portas outros bancos, seguindo o exemplo de centenas de empresas de setores tradicionais, principalmente alimentos, têxteis e couros, sem falar de indústrias de veículos — já fecharam três e houve duas absorções, uma delas executada pela Volkswagen em cima da Chrysler-Fevre.

Estas fábricas estão falindo porque não conseguem competir com os preços dos artigos livremente importados. Pode parecer brincadeira, mas diariamente os tecnocratas do Ministério da Economia dão declarações tranquilizadoras aos jornais. Dizem que as falências estavam previstas porque o objetivo do governo é expugar da economia argentina todas as empresas incapazes de resistir à competição internacional.

Em 1977, o passivo das firmas falidas na Argentina somou 700 mil dólares. Em 1979, atingiu 510 milhões de dólares (Cr\$ 25,5 bilhões). Este ano, calcula-se que ultrapasse folgadoamente um bilhão de dólares, naturalmente se não forem con-



No fim de abril, fila na matriz do Banco Regional, que faliu em março

tados os bancos levados à bancarrota pela especulação que campeia loucamente na Argentina.

Outro objetivo de Martinez de Hoz é retirar do estado a propriedade de empresas não estratégicas. Na verdade, o papel do estado na economia sofreu uma completa mudança. Até 1976, graças principalmente ao conceito peronista de "justiça social" e ao poder dos sindicatos operários, o estado assumia todas as empresas, grandes ou pequenas, que estivessem em dificuldades, "para garantir las fuentes de trabajo", evitar o desemprego.

Em conseqüência desse critério, em 1976 o estado argentino era proprietário ou acionista de 779 empresas, entre elas hotéis, um cassino e até uma barberaria. Em quatro anos, sob inspiração de Martinez de Hoz, adepto fervoroso da iniciativa privada e do livre mercado, o governo fechou, vendeu ou deu — sempre mediante concorrências públicas — 700 daquelas empresas. Entre as estatais negociadas, figuram a Frota Fluvial do Estado, a Gás do Estado e a Yacimientos Fiscales Carboníferos.

Em 1980 deverão ser licitadas as empresas que não mais interessam ao estado. Tudo indica que não encontrarão compradores interessados apenas as companhias irremediavelmente deficitárias, como o Metrô de Buenos Aires e a Ferrocarriles Argentinos. Esta, apesar de ter demitido 50 mil funcionários nos últimos três anos, cortando um terço do seu pessoal, continua dando um prejuízo diário calculado em um milhão de dólares. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), estatal do petróleo, não será posta à venda, mas vem cedendo sob contrato de risco áreas à exploração de empresas particulares, algumas nacionais, outras multinacionais, como a Exxon e a Schell.

Aos que criticam o programa econômico do governo, dizendo que o futuro do país será negro como uma caverna e repleto de miséria e desemprego, o ministro da Economia responde com segurança: "O futuro da Argentina está garantido porque ela tem petróleo e alimentos". É verdade. O país produz 90% do petróleo que consome e espera alcançar a condição de exportador em três anos. Além disso, suas reservas de gás natural triplicaram graças a algumas descobertas recentes. E, quanto a alimentos, a Argentina os exporta desde sempre. A abundância de alimentos e energia, se pode viabilizar uma economia mais sólida do que a atual, não garante por si mesma um maior nível de conforto e riqueza para todos os argentinos. Mais do que uma desconfiança, isto começa a se transformar numa certeza para milhões de trabalhadores argentinos que viram seus salários perderem 50% do seu poder aquisitivo, nos últimos quatro anos, enquanto a Argentina é colocada em leilão e arrematada à força de dólares.

## A nova legislação sindical até parece copiada do Brasil

"Nosotros somos todos peronistas, creemos en la necesidad del capital y somos partidarios de la justicia social, pero, así como caminan las cosas, los obreros argentinos luego les dirán a los militares: No vá más!"

O autor da frase é José Pepe Rodriguez, 44 anos, dirigente sindical cassado em 1976 pelos militares. Ex-secretário geral do Sindicato dos Mecânicos, que reúne os trabalhadores da indústria automobilística, Rodriguez não voltou à sua entidade, ainda sob intervenção militar, mas continua ligado à base e nem deixou de atuar na cúpula do movimento sindical argentino, hoje dividido em três grupos: os *brandos*, chegados ao governo; os *moderados*, que constituem o grupo mais numeroso e propõem uma ação de longo prazo para reorganizar o sindicalismo; e os *duros*, com a segunda força, dispostos a desafiar o governo com paralisações e greves para recuperar os sindicatos *intervenidos* e os mandatos sindicais *cesados*. Todos, dos *brandos* aos *duros*, são naturalmente peronistas, o que não significa grande coisa, embora na Argentina signifique muito.

Pepe Rodriguez, gordo, roliço, bem vestido, melena lustrosa, grisalho, lembra imediatamente um simpático dirigente sindical vinculado à antiga máquina do Partido Trabalhista Brasileiro, mas seria exagerado defini-lo como um *pelejo*, pois no contexto argentino, onde o sindicalismo é muito mais poderoso do que jamais foi o do Brasil, ele é um dirigente sindical autêntico, um político profissional. Diz estar situado no bloco dos peronistas *duros*. Como tal, ele explica que o sindicalismo argentino sofreu uma grande repressão, a CGT foi fechada, os líderes foram presos, alguns permanecem em prisão domiciliar até hoje enquanto outros estão sendo soltos mas continuam sob vigilância. "Atualmente, o nível de vida do trabalhador é o mais baixo da história da Argentina", diz Rodriguez, citando uma estatística comparativa do poder aquisitivo dos salários: em 1976, um operário médio da indústria precisava trabalhar 15 minutos para comprar um quilo de carne; atualmente, precisa trabalhar duas horas.

Além da repressão e da perda salarial, Rodriguez menciona as demissões nas fábricas que estão falindo. E assegura que tudo isso, associado à nova legislação sindical, baixada no ano passado e regulamentada no início deste ano, está provocando um começo de reação entre os operários.

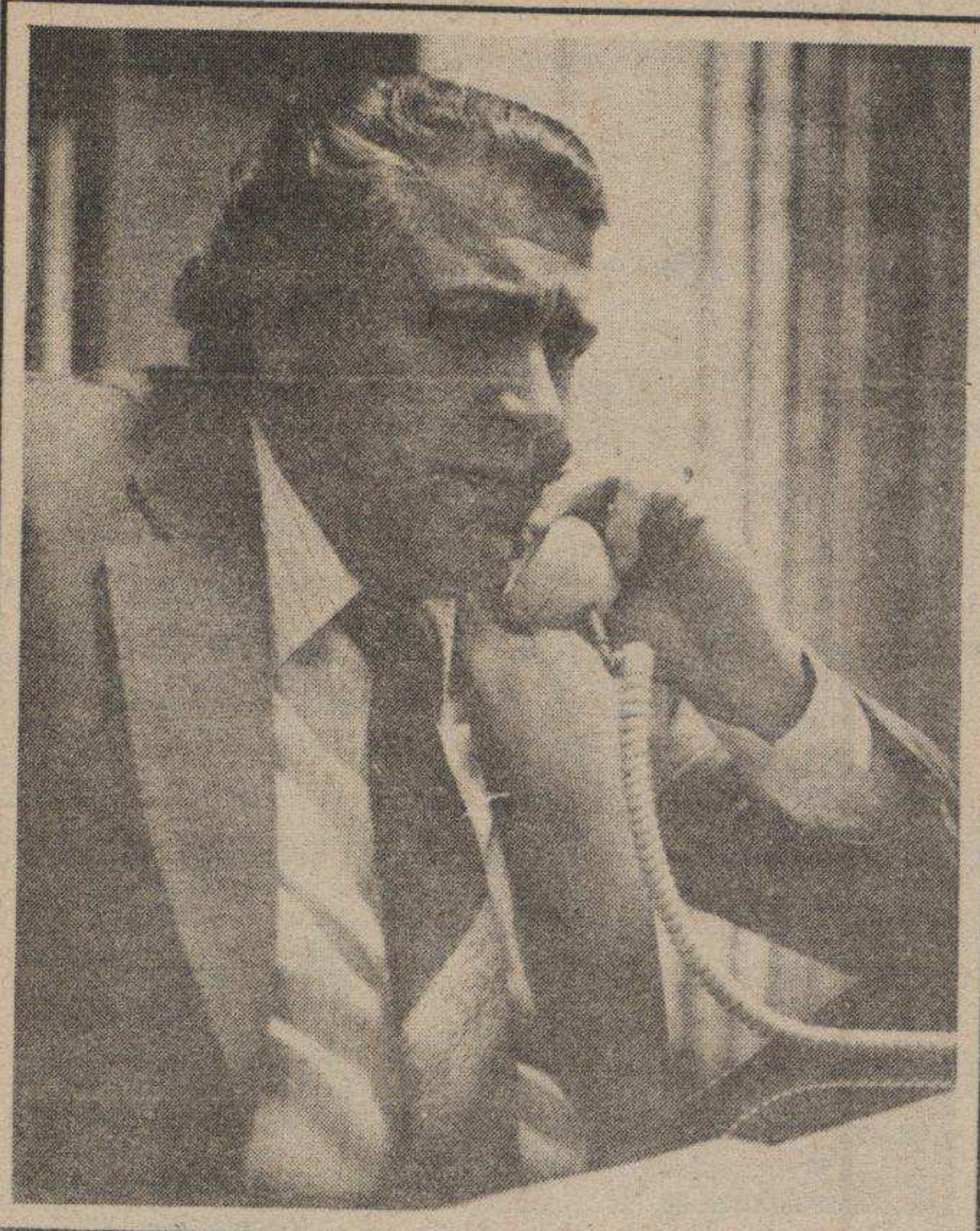
— No ano passado, dia 27 de abril de 1979, nós decidimos fazer uma greve nacional de protesto contra esta nova lei que o governo estava para baixar —, conta Rodriguez. "Nem todos aderiram, o meu sindicato foi o único que conseguiu uma paralisação completa, mas assim mesmo houve várias prisões, inclusive eu fiquei na cadeia por quinze dias".

Critica a Lei 21.400, chamada "anti-subversão", que pune com pena de três a cinco anos de prisão (com agravantes) qualquer atividade suspeita. Rodriguez dá um exemplo: "Se você quer passar alguns anos na prisão, saia lá pra rua e grite: greve! Será enquadrado por incitamento à greve."

Diz que a lei anti-subversão foi criada pelos militares, mas é uma das heranças deixadas pela guerrilha urbana. "Foi uma guerra suja dos dois lados", afirma Rodriguez, acrescentando que apenas 5%







Pepe Rodriguez: o ano do "no vá más"

dos guerrilheiros eram operários. "A grande maioria do pessoal da luta armada era da classe média pra cima", diz. Ele afirma que os operários acabaram sendo vítimas indiretas da guerrilha e da repressão por ela desencadeada. Reconhece que o movimento operário na Argentina está adormecido, mas não está morto. "A própria situação do trabalhador vai levar a uma reação, que está crescendo e terá a solidariedade internacional dos operários, pois todos percebem que a Argentina, assim como todas as ditaduras militares da América Latina, foi dominada por uma ditadura que é sócia política das multinacionais. Para enfrentar esse conluio entre os Estados e as multinacionais, devemos criar uma multinacional sindical".

As frases de José Rodriguez fluem com facilidade, são pronunciadas com firmeza, mas não carregam emoção, parecem decoradas há muito tempo. Ele só altera o tom da voz, agita-se um pouco, quando enfoca os dois principais problemas colocados dentro do sindicalismo argentino pelos militares: a nova lei dos sindicatos, que está começando a vigorar, e a nova lei de obras sociais (previdência social), que está sendo discutida pela Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), formada por militares que desempenham o papel do Congresso, fechado até hoje.

A nova lei sindical está intimamente ligada à lei das obras sociais porque na Argentina o poder econômico dos sindicatos é que criou os serviços médicos e hospitalares utilizados pelos trabalhadores e que estão em vias de serem transferidos para a iniciativa privada. Pela lei que rege o funcionamento dos sindicatos, não há mais filiação compulsória nem tampouco contribuição (parte do salário) obrigatória. Com isso, os sindicatos estão sendo despojados de uma fundamental fonte de recursos, sem os quais não poderão sustentar suas obras sociais, em geral reconhecidas como eficientes e satisfatórias, superiores às públicas em muitos casos. Isso sem falar dos serviços para férias. Alguns sindicatos mais fortes são proprietários de hotéis e colonias de férias nas praias da Argentina e no interior do país.

Outras novidades da lei sindical são a permissão para o funcionamento de sindicatos paralelos no mesmo setor (o objetivo seria pulverizar o movimento sindical) e a proibição de funcionamento da CGT — com a óbvia intenção de impedir a influência na vida política do país. "A lei das agremiações sindicais é uma coisa sem pé nem cabeça, até parece que foi copiada do Brasil", afirma José Rodriguez, "mas o que querem fazer com a lei de obras sociais é um absurdo. As obras sociais que garantem a saúde do trabalhador argentino foram criadas pelos sindicatos e agora o governo quer tomá-las. Para quê? Para satisfazer as minorias e as multinacionais, beneficiárias da política econômica".

Cabelo ligeiramente desalinhado pelo vigor da gesticulação, Pepe Rodriguez faz uma pausa, mexe-se na cadeira, inclina-se sobre a mesa e conclui: "Neste momento os dirigentes sindicais estão brigando, pois não se põem de acordo sobre o que fazer diante da lei sindical e da lei das obras sociais. Mas daqui a pouco nós chegamos a um acordo. Ouça o que lhe digo. Ainda este ano, eu creio, chegará o momento de dizer à política econômica dos militares:

No vá más!

# Campos sinistros de Buenos Aires

Com as prisões abarrotadas, surgem os campos de concentração

Com as cabeças abaixadas e as mãos nas costas, um grupo de mulheres caminha lentamente no pátio em círculos. Sua cota é de uma hora de ar fresco por dia. Das 23 horas restantes, passam 21 em suas celas, onde comem no chão. A qualquer momento, sob pretexto de uma revista, são obrigadas a ficarem nuas em público. Reclamar é pedir punição. No quinto andar, estão as mesas de tortura, onde se usa com desenvoltura a picanha, um choque elétrico de 220 volts, aplicado nos seios, vagina, lábios e outras partes sensíveis. Estamos em Villa Devoto, uma das prisões mais brandas da Argentina.

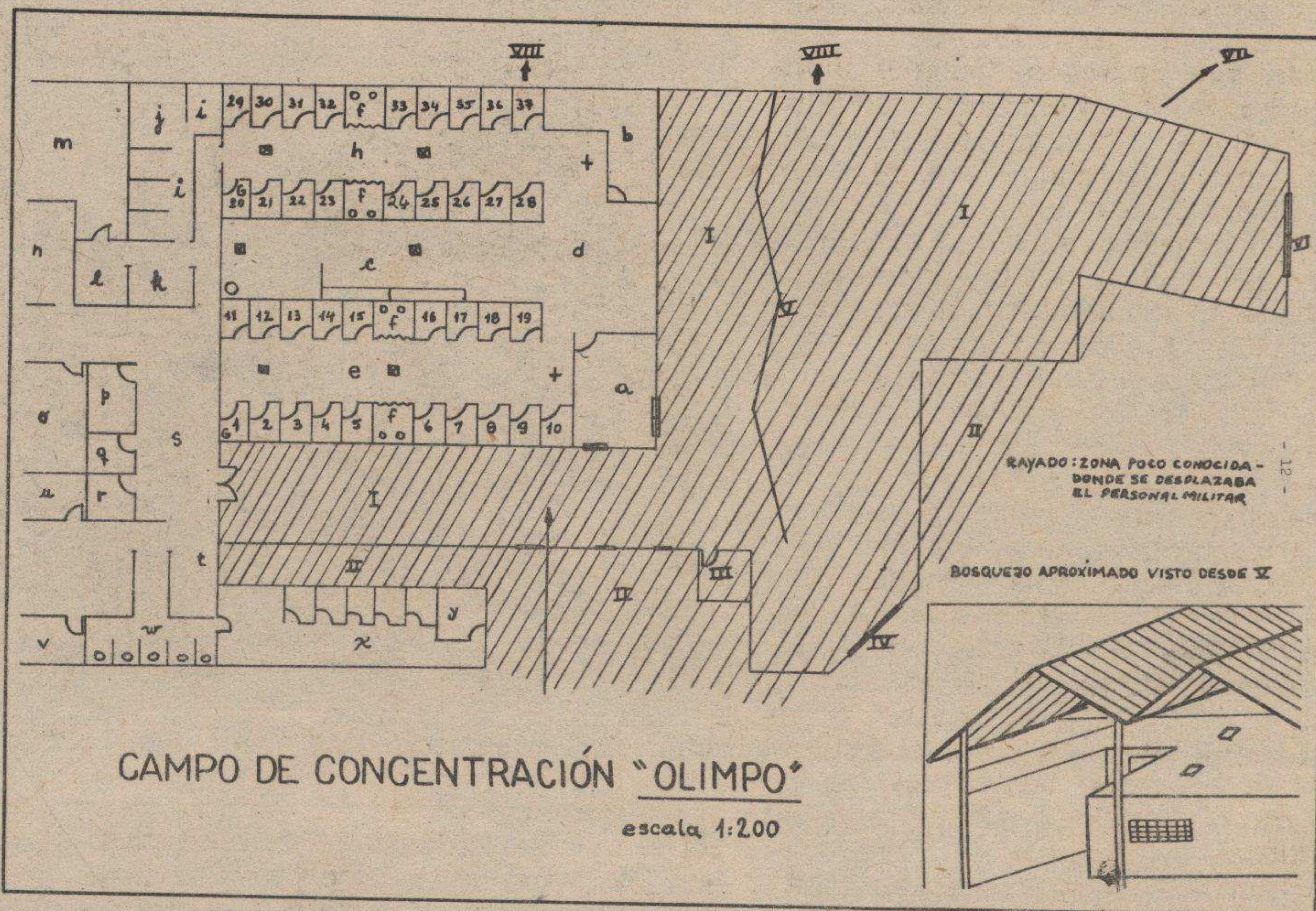
"Comparada com as prisões do interior esta aqui é muito suave", confessou a prisioneira Ana Inez Gonzalez ao representante da Anistia Internacional, Lord Avebury. Ele esteve em Vila Devoto — uma imensa penitenciária nos arredores de Buenos Aires com quase três mil pessoas, das quais 600 são mulheres — em novembro de 1976. Falou com quatro presidiárias e nada mais pôde ver. As autoridades argentinas alegaram que Avebury não teria acesso a outras prisões por "razões de segurança". Ele poderia "sofrer um atentado".

Avebury nunca mais voltou à Argentina e não viu o pior. O golpe militar de 24 de março de 1976 ainda não completara seu primeiro aniversário e a repressão oficial apenas começara sua varredura. Quando Lord Avebury embarcou de retorno a Londres, dezenas de organizações armadas ainda tiroteavam nas ruas com a polícia e o Exército. Duas delas particularmente importantes: o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os Montoneros.

O ERP, facção armada do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, de tendência trotskista, é particularmente forte em Córdoba. Sua perda maior foi o líder Mário Santucho, em 1976. Os Montoneros, peronistas de esquerda, são festejados por Perón no início da década, que os chama de "esta juventude maravilhosa que luta contra a ditadura militar". Meses após sua posse, em 1973, o caudilho mudara radicalmente de idéia: "São imberbes, estúpidos e mercenários".

Depcionados, os Montoneros decidem retomar as armas com todo o vigor dois meses após a morte de Perón. Já não acreditavam em soluções pela via legal.

Quando a Junta Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla tomou posse, os dois movimentos já estavam franca-



Esta é a planta do campo de concentração Olimpo, desenhada a partir das denúncias de González e La Paz. Os cubiculos numerados de um a 37 (letra C) são os tubos, celas minúsculas onde é proibido falar ou mexer-se. Mesmo dentro dos tubos presos são obrigados a permanecer com os olhos vendados. Na peça indicada com a letra Y fica a principal sala de torturas do campo, onde aplicam-se os choques da picanha. Ao lado, marcadas com um X, estão as solitárias, onde ficam os presos incomunicáveis. No corredor indicado com o S é o lugar dos castigos e onde fica a porta para a entrada de novos seqüestrados. Ali também são reunidas as vítimas dos Translados.

mente na defensiva. Hoje, pouco ou nada significam. Seus líderes estão presos, exilados ou desaparecidos — extra-oficialmente executados. Para os que ficaram no país, salvar a pele é lucro.

No mesmo dia em que se instalaram na Casa Rosada, os militares suprimiram a parte final do artigo 23 da Constituição, que dava direito aos presos políticos de escolherem entre a prisão e o exílio. Fechou-se o cerco. Com efeito retroativo, a medida corta a saída dos três mil prisioneiros políticos que o país tinha no dia da queda de Isabelita Perón. É o início do fim da esquerda.

Promulgou-se a pena de morte para quem ferisse um policial ou militar. Ofender verbalmente as autoridades passa a ser crime passível de 10 anos de cárcere. Cometer um delito menor, como "a perturbação da ordem pública", antes geralmente punido com multa ou alguns dias de prisão, pode condenar seu autor a oito anos de cadeia. Ataques contra serviços públicos conduzem à "detenção por tempo indeterminado ou morte". A responsabilidade criminal baixa para 16 anos, limite para a aplicação da pena de morte. Completa-se o pacote com um comunicado observando que qualquer pessoa responsável pela divulgação de notícias contra as Forças Armadas fica sujeita à detenção de até 10 anos.

No dia 22 de abril menos de um mês após o golpe, o arremate que faltava: é proibido noticiar a descoberta de cadáveres. As prisões já estavam super-

lotadas, no início de 76, e a prática de assassinatos e posterior desova de corpos torna-se procedimento comum entre os diversos grupos repressivos.

## CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

É com essa munição que os militares argentinos chegaram às atuais cifras de mortos, presos e desaparecidos (página central). Mas seus métodos vão mais além. Torna-se comum o traslado, eufemismo usado para o assassinato de presos políticos que, drogados, são atirados ao mar com as mãos amarradas.

— Sempre sabíamos quando um traslado estava em andamento. Um dos indícios era o exame médico das mulheres. Se alguma delas estivesse grávida não seria trasladada. Quase sempre eles esperavam pelo parto.

O depoimento é de X-51 e X-86. Durante 15 meses, eles viveram num lugar onde as pessoas perdem os nomes e os judeus são obrigados a se ajoelharem diante dos retratos de Hitler e Mussolini. São testemunhas do genocídio praticado pelo regime do general Videla contra seus opositores.

Em fevereiro de 1979, X-51 e X-86 conseguiram escapar e denunciaram a existência de campos de concentração na Argentina. Banco, Olimpo, Atlético, Omega, Vesúvio, Escola Mecânica Armada (ESMA), Malvinas, Campo de Mayo — todos na Grande Buenos Aires — e La Perla, em Córdoba, são os campos de-

## Nomes ilustres entre os torturadores

Ana Maria Martí, Maria Alicia Pirlas e Sara Solara de Osatinsky são três mulheres argentinas que já passaram por uma das mais terríveis prisões de Buenos Aires, a Escola de Mecânica Armada da Marinha. Em depoimento à Anistia Internacional, em Londres, elas fizeram uma relação de torturadores e assassinos — Carrascos ou mandantes da solução final — que inclui mais de 100 nomes, alguns ilustres, como os dos almirantes Emilio Massera e Alberto Lambruschini. Os dois estiveram presentes na prisão condecorando grupos encarregados de seqüestros.

Na lista também figuram curiosidades, como o torturador apelidado Gato Eletrônico, um engenheiro que fabricou a picanha da penitenciária — chamada carinhosamente de Carolina. Outros nomes são acompanhados por fartas informações. Um exemplo:

— Antonio Pernia, tenente da Ma-

rinha. Nomes de guerra: Rata, Trueno, Martín. Nascido em Córdoba, cursou o secundário no ginásio General Paz. Filho de um oficial do alto escalão da Aeronáutica, que emprestava seu sítio em Del Viso, província de Buenos Aires, para Casa de Operações... Participou da repressão ilegal antes que a Marinha a institucionalizasse. Especialista em interrogatórios, é um dos mais antigos torturadores da EMM. É de ressaltar também sua audácia política e militar, que o levou a conduzir ações sem medir as consequências, como o assassinato das mães francesas e o seqüestro de Fernando Pondal.

A relação de 114 chefes ou componentes dos Grupos de Tarefa — lei-se seqüestro — é aberta com os nomes dos almirantes Emilio Massera, Alberto Lambruschini e Torti; contra-almirante Rubem Chamorro, diretor da escola; capitães de navio Gualter Allara (secretário de Relações Exteriores) e Carpintero (secretário

de Imprensa da Presidência); capitães Corti e Perez Froio.

Massera, mais de uma vez, esteve visitando o presídio. Uma destas visitas ficou especialmente marcada. Era dezembro de 1977 e, rodeado de torturadores, o almirante demonstrou fino senso de humor negro ao desejar aos presos um Feliz Natal...

As três ex-prisioneiras relacionaram também alguns torturadores atuando no exterior. Na França, está o capitão de corveta Yon. González Menotti na Inglaterra. Na Espanha, os capitães Jorge Acosta, Jorge Perren e Paso; os tenentes Schelling e Savio. O contra-almirante Rubem Chamorro está na África do Sul.

Em muitos casos, apenas o apelido identifica os torturadores. E noutros, um detalhe da ficha é suficientemente significativo: "Jorge Suárez, tenente de infantaria da Marinha, vulgo Loco Antonio, oficial voluntário, executivo da Ford e da Coca-Cola em Córdoba..."



nunciados por X-51 — 30 anos, casado, operário, com um filho de seis anos, cujo nome é Oscar Alfredo González — e X-86 — Horácio Guillermo Cid de La Paz, 23 anos, um filho de três, estudante. Ambos eram ligados aos *Montoneros*. Eles asseguram que na área de Quilmes, ainda em Buenos Aires, o Batalhão de Infantaria nº 3, da Marinha, está servindo como campo, enquanto em Mar del Plata é usada a Base Naval.

Nos 15 meses de cativeiro, González e La Paz estiveram em cinco desses campos: *Olimpo*, *Club Atlético*, *Banco*, Base Naval de Mar del Plata e *Omega*.

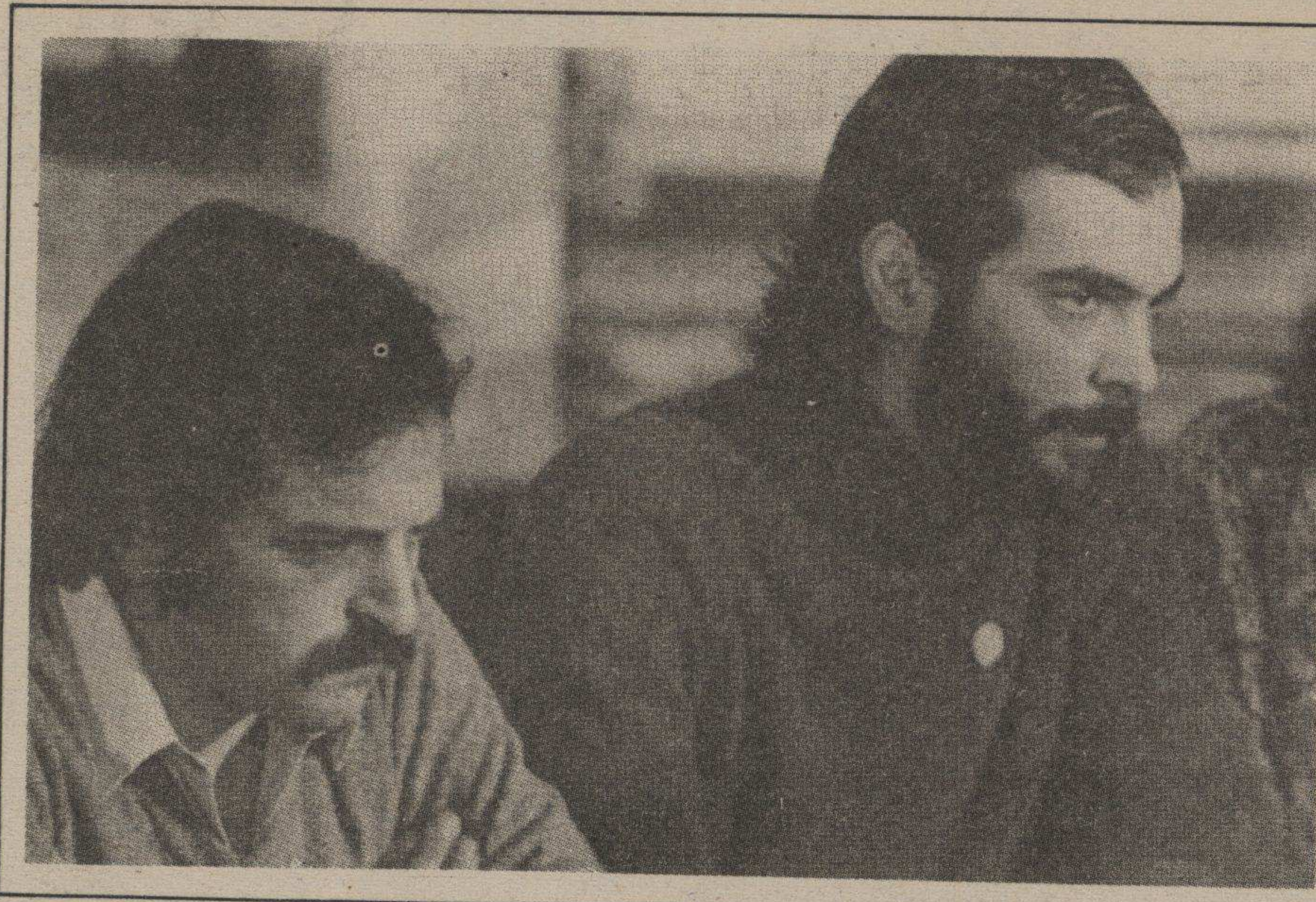
— Não sabemos — dizem — se é correto falar em campos de concentração. Mas isso é a definição mais próxima do lugar onde vivíamos. Era uma vida inventada por mentes assassinas e doentes.

Seqüestrados em novembro de 1977, La Paz e González foram levados para o *Club Atlético*, situado nas imediações da rua Independência e do passeio Colón, em Buenos Aires. O campo começou a funcionar em 76 e foi fechado em dezembro de 77. Restos da construção serviram para erguer novo campo, o de *Olimpo*.

— Era um subterrâneo, sem ventilação nem luz natural, úmido e quente — contaram os dois refugiados em depoimento à Anistia Internacional, em Londres. Com grilhetas nos pés, passavam o dia todo nos *tubos*, celas minúsculas onde lhes era proibido mexer-se ou falar. Mesmo dentro das celas tinham de permanecer com os olhos tapados: "As vendas eram traços tão sujos que provocavam inflamações oculares".

La Paz e González, seguindo a praxe, logo que chegaram ao *Club Atlético* foram jogados na *leonesa*, cela para 10 pessoas. Seu nome quer dizer que é o lugar onde os recém-chegados são *amansados*. Em seguida, conheceram a tortura.

— Este campo tinha três salas de torturas. Seu único mobiliário era uma mesa de aço, onde éramos amarrados, e *apicanha*. Um lugar sinistro. As paredes estavam cobertas por todo o tipo de manchas e de sangue que não deixavam



Oscar Alfredo González e Horácio La Paz: sobreviventes dos campos

ver a pintura original — contam eles. Havia também uma planilha mostrando a entrada e a saída de cada preso — sempre mencionado pelo número — e qual torturador — sempre mencionado pelo apelido — que o tinha *atendido*.

#### "PORTAS ABERTAS"

Do *Club Atlético*, os dois foram transferidos para o campo de *Banco*, construção próxima ao aeroporto de Ezeiza. Lá foi iniciado o "regime de portas abertas": as portas das celas eram escancaradas mas os *hóspedes* permaneciam presos às paredes por grilhões...

La Paz e González visitaram ainda os campos de *Olimpo* — construção sofisticada localizada na zona oeste de Buenos Aires — e o de *Omega*, um distrito policial transformado em presídio, na divisa dos bairros Lanus e Quilmes. Em março de 1978, González ainda conheceria a Base Naval de Mar del Plata.

800 pessoas passaram pelos cinco campos durante o tempo em que González e La Paz estiveram presos. De todos, os mais maltratados eram os de origem judia. Durante as sessões de tortura, eram interrogados não apenas sobre suas idéias políticas, mas também sobre a comunidade judaica argentina. Nomes e endereços de judeus, plantas de sinagogas, clubes e negócios pertencentes à comunidade judia foram anotados.

— Desde o momento do seqüestro até o assassinato, os judeus eram sistematicamente torturados — lembram os dois ex-prisioneiros. Os torturadores sentenciavam: "O único judeu bom é o judeu morto".

#### O "TROCA-TROCA"

O regime argentino teve a simpatia e a colaboração dos governos autoritários do Cone Sul desde os primeiros momentos. Em maio de 1976, dois meses após o golpe, quatro uruguaios, entre eles o

senador Zelmar Michelini, foram seqüestrados e assassinados em Buenos Aires. No mesmo mês, o general Juan José Torres, ex-presidente boliviano exilado na Argentina, teve o mesmo fim.

No decorrer de 1976, cerca de 70 uruguaios *desapareceram* em Buenos Aires. No mesmo ano, dois paraguaios foram entregues à polícia do general Alfredo Stroessner, e um chileno à Dina, a polícia política do regime de Pinochet. Ao Brasil, a Junta Militar *presenteou* Regina Marcondes. Antes disso, já haviam sido seqüestrados em Buenos Aires os brasileiros Jefferson Cardim Osório e Joaquim Pires Cerveira.

Em julho de 1978, chegou a vez do Brasil retribuir. Numa operação conjunta com agentes brasileiros, os militares argentinos realizaram o seqüestro de Norberto Habegger, no Rio de Janeiro. Segundo González e La Paz, o golpe foi tramado no campo de concentração chamado *Banco* e, para incentivar os órgãos de repressão brasileiros, avisaram que Habegger portava muito dinheiro. Ele foi torturado ainda no Brasil.

O relacionamento com a repressão brasileira dá outros frutos: em 1978, policiais argentinos exibem aos prisioneiros um álbum contendo mais de cem fotos dos exilados no Brasil. As fotos são as mesmas exigidas pela polícia brasileira aos refugiados estrangeiros...

O episódio que mais comprometeu a imagem da Argentina no exterior foi o seqüestro de duas irmãs e uma mãe francesas que ajudavam as mães dos seqüestrados na procura dos filhos. Tudo iniciou com a infiltração no grupo das mães da Plaza de Mayo, do tenente da Marinha Alfredo Atzis. Ele se fazia passar por parente de um desaparecido e não teve dificuldades para obter as informações que precisava. As irmãs Alice Domon e Renée Duquet, mais a mãe Azucena, além de 10 parentes de prisioneiros, foram seqüestradas. Todas as religiosas foram torturadas Alice e Renée, numa operação chefiada pelo tenente Schilling, da Marinha, foram assassinadas e seus corpos jogados no delta do rio Paraná.

# Os melhores do ano anunciam no Ano Econômico.

Todo ano a Coojornal edita o Ano Econômico, com uma análise detalhada da economia gaúcha, mostrando as maiores e melhores empresas do Rio Grande do Sul.

É um veículo altamente direcionado e seletivo. Quem lê os anúncios do Ano Econômico é a elite da classe empresarial e política do país.

Não só lê como também anuncia. Anunciar no Ano Econômico é fazer com que uma pequena verba pegue um público de peso.

É o veículo certo para cliente de peso.

**ANO ECONÔMICO** cooJORNAL®

Uma publicação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Rua Comendador Coruja, 372, fone PABX (0512) 33.50.99,  
telex (051) 1605, CEP 90.000, Porto Alegre, RS



# FLÁVIA

*Pela primeira vez desde que está em liberdade, Flávia Schilling conta detalhes de sua vida na prisão*

**D**epois que saiu da penitenciária uruguaia de Punta Rieles, no dia 14 de abril, a brasileira Flávia Schilling deu uma entrevista coletiva em São Paulo e foi descansar, junto com a família, num pequeno sítio localizado em Interlagos, nos arredores da capital paulista. A família pretendia, com isso, afastar Flávia de emoções mais fortes e promover a sua reintegração ao meio familiar num ambiente tranqüilo, onde a intimidade dos parentes mais chegados fosse a tônica. Treze dias depois da sua libertação, numa tarde de domingo, ainda repousando no sítio de Interlagos, Flávia concordou em receber os repórteres Osmar Trindade, Geraldo Hasse e Carmem Cagno, do Coojornal, para uma longa conversa. Foi a primeira vez desde a sua libertação que Flávia pôde contar, detalhadamente, tudo o que lhe aconteceu durante os sete anos em que esteve presa nos cárceres uruguaiois.

"Fisicamente, ela aparenta bem mais do que seus 27 anos de idade — está pelo menos oito quilos abaixo do peso normal. Mas psicologicamente, Flávia Schilling está muito bem, demonstra uma surpreendente tranqüilidade interior", contam os repórteres.

Na conversa, Flávia revelou que, apesar da discordância familiar, pretende começar a trabalhar imediatamente, embora não saiba exatamente em que atividade. Ela pensa também em cursar o Normal e tornar-se professora primária, já que não é sua intenção fazer qualquer curso de nível superior — "o vestibular brasileiro é horrível, um esquema de marcar cruzinhas que não desenvolve o raciocínio".

Flávia Schilling, ainda estranhando muito a notoriedade alcançada no Brasil — foi reconhecida em bares e lojas de São Paulo —, acha que rapidamente estará adaptada à sua nova condição de mulher livre. Mas confessou: "Eu ainda não me sinto segura para sair sozinha na rua".

A seguir, publicamos os principais trechos da conversa com Flávia, que durou aproximadamente quatro horas:

— Fui presa em 24 de novembro de 1972, ferida de bala. Por isso fui imediatamente para um hospital militar, onde fiquei 35 dias. Depois passei a uma cela de um quartel de Cavalaria, em Montevideu, incomunicável, período em que fui processada e julgada, a 20 de janeiro de 1973. Daí passei a Punta Rieles, onde tive a primeira visita de familiares, a 29 de janeiro. Nessa época o regime de Punta Rieles ainda não era como é atualmente.

— Há prisioneiros que indicam um marco para essa mudança...

— É, foi a partir de 1974 que se transformou no que é agora, ou seja, uma espécie de laboratório — estudo das reações das pessoas, voltado para a destruição das pessoas. Não é um regime de repressão simples, mas uma coisa muito mais profunda. Na época da mudança eu não estava em Punta Rieles, mas num

quartel, na condição de refém. Nesse regime o elemento principal que a direção do presídio procura disseminar é o medo.

— Quanto tempo você esteve como refém e o que significa um refém no Uruguai?

— Estive três anos e meio — desde 20 de junho de 1973 até 5 de outubro de 1976. Na escolha daqueles presos que eles passaram a considerar como reféns, os critérios foram um pouco subjetivos. As mulheres, por exemplo, foram escolhidas, algumas, pelas circunstâncias em que foram presas. No meu caso, além de ter sido ferida de bala, parece que me usaram como pressão ao meu pai também, que estava sendo expulso do Uruguai. Éramos umas 10 mulheres as reféns e não sei mais quantos homens. Quando fomos retiradas do presídio para passar aos quartéis, eles não nos disseram

que éramos reféns. Depois a gente soube que eles disseram aos prisioneiros homens mais ou menos o seguinte: "você não responder, com a vida de vocês, por qualquer ação militar contra oficiais das Forças Armadas". Para nós, as mulheres, retiradas dois meses antes que os homens, não foi assim tão claro. No nosso caso, quando acontecia alguma coisa, eles iam até a cela e diziam: "Prepare-se que você pode morrer hoje ou amanhã, porque aconteceu tal episódio".

— Você tem um exemplo objetivo de um desses episódios?

— Em certa ocasião nos foi entregue, anonimamente na cela, como se fosse correspondência, dois recortes de jornais com a data anotada. Noticiavam a morte — num atentado — de um oficial do Exército uruguaio na França\* e o assassinato, aparentemente como represália,

de um grupo de prisioneiros em Solna, perto de Montevideu. Nesse período todos os presos políticos do Uruguai passaram a um regime de incomunicabilidade que durou um mês. Isso era usado como pressão psicológica no sentido de incutir medo e criar insegurança. Aliás, essa é uma característica do regime imposto aos presos políticos: mais que a

\* Ramon Trabal, ex-chefe do serviço de inteligência que assumiu uma linha mais branda e foi destituído. Como castigo, ele foi transferido para a embaixada uruguaia em Paris, como adido militar. Inicialmente, o crime foi atribuído aos Tupamaros, mas, depois, informações seguras debilitaram o crime a grupos de extrema direita dos próprios serviços de repressão uruguaiois, sob o nome de Movimento Militar Armado.



Fotos de Geraldo Hasse

## “PRECISO REAPRENDER MUITA COISA”



tortura física, eles usam a tortura psicológica em todos os sentidos.

— **Você quer dar exemplos de alguns desses métodos de tortura psicológica?**

— Há o que eles chamam de "sanciones", que pode ser o calabouço (cela incomunicável, onde não se pode fazer absolutamente nada), pequenas represálias e até um castigo terrível onde a pessoa é deixada horas ou dias a fio de pé contra uma parede, com as pernas mais ou menos abertas e os braços abertos ao alto, sob a exigência de se manter nessa única posição. A partir do sexto dia, praticamente sem alimentação ou com um mínimo de alimentação, a pessoa começa a sofrer de alucinações. É terrível, mas eles já conseguiram provar que uma pessoa pode resistir até 11 dias, como aconteceu com um prisioneiro. Mas há casos dramáticos, como pessoas que enlouqueceram e outras que, no quinto ou sexto dia, receberam determinação para abandonar a posição e descansar num colchão que lhes foi estendido ao lado e não conseguiram. Voltavam à mesma posição — havia enlouquecido por completo. E acrescenta-se que este método de tortura é praticado com a colaboração e acompanhamento de médicos, porque é necessário que um médico acompanhe as reações da saúde do preso para que ele não venha a morrer. Acrescenta-se, também, que eles não têm o interesse que o preso morra, mas desejam apenas destruí-lo, dobrá-lo. Nessas ocasiões o preso é mantido de capuz, para que perca também a noção do tempo. Também é uma forma de tortura praticar "tarefas inúteis", como os presos as denominam. Você é levado a plantar hortaliças, verduras, etc. Planta, vê crescer, depois as verduras florescem e morrem sem serem colhidas ou então são destruídas. Aí você sente que estava fazendo algo inútil, e não há nada pior que o trabalho inútil, porque todo o trabalho deve ter um sentido. Você carrega montes de areia ou pedregulho num dia para um local e no dia seguinte lhe ordenam carregar de volta ao local de origem. Ou então vai carregar, em pequenos carrinhos de mão, cascalho para uma estrada que você sabe que não vai acabar nunca. Nisso tudo você tem uma forma de presídio-laboratório. Não lhes interessa ter pessoas mortas, porque uma morte lá é muito evidente, mas lhes interessa ter pessoas destruídas.

— **O que pode ser considerado um desvio, uma falta passível de "sanciones", segundo a orientação do presídio?**

— Pode ser até o fato de você sorrir. Tem lá no regulamento algo que fala em: "intento de comunicação". Quer dizer, intenção de comunicar-se com outro preso. É uma coisa que soa terrível, porque você pode ser simplesmente punido por haver passado por outro preso e deixado escapar um sorriso que está sendo observado como intenção de comunicar-se com alguém.

— **Chegou-se a alguma conclusão sobre a origem de métodos tão sofisticados?**

— Muita coisa se parece muito com o livro *A Casa dos Mortos*, do Dostoiévsky, baseado em fatos que ocorrem na Sibéria

em 1870 mais ou menos. Tudo é mais ou menos igual: cabelo absolutamente cortado, uniforme padrão enumerado (você recebe um número desde a sua entrada, o meu era 313). E a indicação do trabalho: o trabalho tem que ser inútil, porque a pessoa tem que ser também humilhada ou seja, desmoralizada. Aquilo que eu já falei antes sobre hortaliças, construção de estradas inacabadas, carregar terra de um lugar para o mesmo lugar, etc. Você veja o que pode ocorrer a um grupo de mulheres, todas com instrução universitária, pavimentando uma estrada que nunca vai ser pavimentada com duas carretinhas pequenas. Um trabalho absolutamente inútil e com uma conotação muito importante em cima: não poder olhar ou levantar a cabeça, não poder conversar. Ultimamente os soldados (Policia Militar Feminina) ficavam sentados nos observando trabalhar e nós tínhamos que carregar as cadeiras para eles, os guarda-sóis para que eles se protegessem do sol. O presídio não tem uma rotina para nada, o que é outra característica importante. Você nunca sabe qual é o horário que pode ler ou estudar ou vai ser chamado a trabalhar. Tampouco as pessoas são deixadas juntas por muito tempo. A cada dois ou três meses você pode ir se preparando para ser mudado para outro setor, com outros companheiros.



**"Me mandaram correr e soltaram o cachorro"**

— **No período em que você esteve como refém em quantos quartéis esteve presa e qual era o regime?**

— Eu passei pelo 4º e o 6º de Cavalaria, Engenheiros 1, Artilharia 4, Artilharia 1 e Infantaria 1, todos em Montevideu. A incomunicabilidade era total entre esses presos. Durante todo o período, eu não fiquei mais do que seis meses junto com outra pessoa. As presas ficavam isoladas, recebiam, a cada quinzena, visitas de familiares sob o controle de guardas armados, eram levadas algemadas para essas entrevistas e o pe-

ríodo de passeio ao ar livre variava entre 15 minutos e uma hora por dia. As visitas eram pouco mais diretas que em Punta Rieles, porque no presídio a gente falava com os familiares por um telefone, separados por dois vidros e as mãos sob uma mesa, e tudo era gravado ou escutado.

— **Você consegue recordar muitas datas e detalhes. Você anotou ou simplesmente memorizou?**

— Nesses anos todos eu tenho 24 translados, quer dizer, mudança de prisões entre quartéis e Punta Rieles. No começo eu cheguei a anotar algumas coisas. Depois verifiquei que não era necessário porque, em geral, havia fatos marcantes nesses translados — acontecimentos que determinavam essas transferências ou simplesmente porque você saía de um local na expectativa de que no outro lugar fosse melhor o regime de cárcere.

— **Como ocorreu aquele episódio quando você foi mordida por um cachorro?**

— Está aí um desses fatos marcantes. Isso foi em setembro de 1975, no 6º de Cavalaria. Foi uma coisa muito feia. Me retiraram da cela e eu ouvi gritos de companheiras dizendo que não agüentavam mais. Soubemos depois que o comandante desse quartel estava bêbado. Eles mandavam que eu corresse e me ameaçavam com um cachorro. Eu pensei que eles queriam que eu corresse para me matarem e disserem que eu havia tentado fugir e havia sido morta na fuga. Era de noite e eu disse que não ia correr, me neguei a correr. Eram cachorros Dobermann, aqueles animais enormes. Aí eles soltaram o cachorro. Nesse quartel, por exemplo, nos amarravam as mãos às costas durante a noite e nos deixavam assim para dormir.

— **E o estado de saúde das prisioneiras de Punta Rieles?**

— Há casos muito graves de desequilíbrio. Inclusive casos que chamamos de irreversíveis. São pessoas que não suportaram o regime de pressão, de tortura psicológica. Não há uma estatística, mas pode-se estimar em mais ou menos entre cinco e seis por cento, num presídio de mais ou menos 230 prisioneiras. Há assistência psiquiátrica, mas apenas tratamento por medicamentos, não há terapia. Em alguns casos, fazem eletrochoques e quando os casos são de extrema gravidade levam para hospitais psiquiátricos.

— **Uma prisioneira como você conseguia ter uma visão geral do presídio?**

— Esse regime de mudanças periódicas que eles promovem para que você não crie raízes, acaba também funcionando a favor da estabilidade psíquica do prisioneiro, se ele souber tirar proveito disso. Você acaba conhecendo cada vez mais pessoas, tendo contato com um número maior de companheiros e tendo uma visão bem ampla do presídio. Ao cabo de algum tempo você conhece quase todos dentro do presídio.

— **Quando uma pessoa sai em liberdade os demais prisioneiros conseguem**

**ficar sabendo, têm informações sobre isso?**

— Em geral se sabe porque já está sendo esperado, mas, não há uma comunicação direta para ninguém. No meu caso, por exemplo, acho que eles decidiram me libertar numa segunda-feira. Terça-feira me chamaram, fizeram toda a chamada ficha para sair, onde constam informações sobre futuro endereço, no que vai trabalhar, etc., e a partir daí me deixaram incomunicável. Mas antes disso eu voltei ao local onde estava presa com outras companheiras para apanhar aquilo que eu desejasse levar comigo. Então, a partir desse momento as demais sabiam que eu seria libertada. Só não se sabia quando.

— **Mas você já sabia que havia em tramitação uma lei para sua libertação ou não?**

— Isso eu sabia, porque esse tipo de informação eles fazem divulgar dentro do presídio. Desde o dia 28 de janeiro de 1979 — outra data que ninguém esquece — eles haviam passado a divulgar determinado tipo de informação através de um sistema de alto-falantes. Eles gravavam o noticiário e depois reproduziam algumas partes que achavam interessantes.



**"Não gostaria de ficar com imagem de mito"**

— **Em determinada época você passou a ser visitada pelo cônsul brasileiro em Montevideu, Agenor de Souza. Como eram essas visitas?**

— A visita do cônsul era noutro esquema: era uma conversa direta, sem tempo estabelecido embora durasse sempre, em média, meia hora. Essas visitas me davam muita tranquilidade e tinham inclusive uma repercussão muito benéfica. Nesse sentido foi excelente a atuação do cônsul. Foi assim que eu passei a tomar conta com outras informações vindas de fora do presídio. Geralmente conversávamos mais sobre a minha situação e ele me levava alguns livros, (Continua)

# 10 COOPERATIVAS ESTÃO À SUA DE JORNALISTAS DISPOSIÇÃO

Jornais, revistas, boletins, fotografias, audiovisuais, programas de rádio ou televisão: as 10 cooperativas de jornalistas que existem no Brasil têm condições de realizar qualquer serviço jornalístico.

Tome nota dos endereços:

JORNACOOP — SÃO PAULO — rua Rego Freitas, 530 (sobrelaja) 01220 — São Paulo — Fones: 256-7191 e 257-1633, JORNACOOP — SANTOS — rua Senador Feijó, 144, cj. 12, CP 797, fone 33-1822 — Santos — SP, COPJORNAL — rua Brasil, 1129, fone 23-3679 — Londrina — PR, COJORTIBA — rua Cruz Machado, 66, sala 908, CP 7258 — Curitiba — PR, COMCISA — av. Estados Unidos, 1, sala 910 — Salvador — BA, COOJORNAT — rua Felipe Ca-



marão, 358, Cidade Alta, fone 222-3087 — Natal — RN, COOJORNAPE — av. Dantas Barreto, 576, 10º andar, sala 1003 — Recife — PE, COOPIM — rua Evaristo da Veiga, 16, sala 508, fone 224-4343 — Rio de Janeiro — RJ, PROJORNAL — rua 72, 407, sobrelaja, Centro, fone 223-6006 — Goiânia — GO, COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE BRASÍLIA — Setor de Indústrias Gráficas, 430 — Brasília — DF.



obras da literatura clássica brasileira. Balzac em português. Foi também através dele que tomei conhecimento como são feitos os vestibulares para ingressar na universidade brasileira, o que achei horrível — um esquema de marcar cruzinhas e que não exige desenvolvimento de raciocínio e conhecimentos mais amplos. Falávamos sobre a minha situação, a opinião dele sobre o assunto, a atuação dos meus advogados e alguma coisa sobre o Brasil. Entre as minhas companheiras eu sentia uma grande expectativa em torno das visitas do cônsul Agenor de Souza. A chegada dele sempre era festejada e as demais prisioneiras entendiam isso como se ele fosse uma espécie de emissário da abertura política brasileira. Essas visitas eram mais ou menos uma vez por mês e começaram em setembro de 1978.

— **Em algum momento você soube que haviam ido jornalistas brasileiros até Punta Rieles e tentado falar com você?**

— Eu soube porque eles me avisaram e ficaram muito zangados. Não gostaram nada da situação, estavam furiosos. Me fizeram inclusive ler alguns artigos que tinham saído na imprensa brasileira, creio que do *Jornal do Brasil* e da *Zero Hora*.

— **Você falou que ficou sabendo de sua libertação na terça-feira anterior à semana em que foi libertada. Nesse caso, já havia uma decisão que ainda não tinha sido divulgada?**

— Realmente, eu fui libertada numa segunda-feira, mas na terça-feira eu pude ler uma decisão do Supremo Tribunal Militar decretando a minha libertação. Foi nesse dia, por volta do meio dia, que eu voltei pela última vez ao local onde estava presa. A partir daí fiquei incomunicável até o dia da minha soltura, num lugar que eles chamam de enfermaria. Que a viagem seria na segunda-feira, eu soube pela minha irmã Cláudia, que me visitou no domingo. Ela me disse que tinha lugar reservado no vôo das 16h15min do outro dia, na Cruzeiro do Sul, para o Brasil. Chorei durante toda a visita...

— **Você tinha conhecimento que se desenvolvia, no Brasil, uma ampla campanha pela sua libertação?**

— Sabia coisas muito no geral. Sabia da atuação dos advogados, da publicação do livro, de alguma coisa dos jornais. Mas não tinha conhecimento dos detalhes, da amplitude disso tudo. Fiquei totalmente surpreendida quando cheguei aqui.

— **Uma informação como aquela do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz em Porto Alegre chegava até vocês?**

— Disso a gente soube porque eles distribuíram cópias da notícia num jornal uruguaio, acho que *El País*. Mas não sabíamos que era um seqüestro. A informação do jornal era a de que eles haviam sido presos na fronteira, ao tentar invadir o Uruguai.

— **Você escreveu muitas cartas para sua família. Fale da importância que você atribuía a esse tipo de comunicação e se você sabia da importância dessas cartas na campanha pela sua libertação.**

— Para mim foi uma coisa bem natural, de necessidade de sobrevivência. Eram cartas bem familiares, que eu considerava muito importantes. Não me interessava muito o que poderiam pensar sobre elas, por exemplo. Eu fazia o possível para que meus familiares tivessem uma idéia de como eu estava vivendo. Eu fazia o impossível para transmitir nas cartas o meu estado de ânimo. Fiquei muito contente com o resultado, senti agora que não há problemas de comunicação com os meus familiares e eu atribuo a isso. Estou sabendo agora que foi atribuída muita importância à publicação das cartas na campanha pela minha libertação. Claro, eu não sabia disso nem isso era a minha intenção. Mas de qualquer maneira acho ótimo que tenha sido assim.

— **Essas cartas saíam de Punta Rieles pelos esquemas normais, submetidas à censura ou algumas saíram clandestinas?**

— Todas saíram através dos meios convencionais dos presídios. Algumas, é claro, foram censuradas e não chegaram ao destino. Houve um período em que, embora eu escrevesse regularmente a cada 15 dias, a saída de correspondência

era muito irregular. Você me dizem agora que as cartas tiveram muita importância na divulgação da campanha por minha libertação, o que evidentemente eu não sabia. Eu não gostaria que fossem uma imagem de herói em relação a mim, porque acho que não é isso. Entendo que não há nenhum mérito no fato de eu ter entrado numa guerrilha. Para mim as pessoas merecem respeito por tudo o que estejam fazendo, desde que estejam agindo corretamente.

— **Como é que você está convivendo com essa sua imagem pública no Brasil?**

— Eu tenho sentido muito respeito das pessoas que chegam para falar comigo. Me parece que elas chegam mais como pessoa e que em seguida o mito desaparece, até porque eu não aceito qualquer mistificação. Tenho recebido uma acolhida carinhosa, é claro, mas algumas coisas realmente me deixam pouco à vontade. Até hoje eu saí três vezes aqui em São Paulo. Fui fazer uma visita ao cardeal Paulo Evaristo Arns, fui a uma homenagem promovida pelo CBA no dia do meu aniversário (26 de abril) e saí um dia, com meu pai e minhas irmãs, para fazer compras num Centro Comercial (de Iguatemi, informou Paulo Schilling). Entrei numa loja pra comprar roupas e logo fui reconhecida. Então as balconistas me cercaram para cumprimentar-me. Queriam apenas me cumprimentar, dizer que estavam satisfeitas por isso, mas eu não esperava ser reconhecida tão facilmente e fiquei meio assustada. Eu cheguei a sugerir ao pai pra ir até uma ótica e comprar uns óculos escuros... Nessa loja eu descobri também que as roupas — calças — com o meu número não me servem, porque eu estou muito magra (50 quilos, pelo menos a oito do meu peso mínimo) e as balconistas ficaram desconsoladas: aconselharam que eu engordasse e voltasse lá. Claro que essas coisas também gratificam. Outro dia entramos num bar (em Moema, informou seu pai), um desses lugares bem pobres, freqüentado por gente humilde e quando vimos, eu estava envolvida por uma manifestação. Tinha meia dúzia de pessoas, bebendo cachaça, que me reconheceram e passaram a brindar em minha homenagem. Gritavam: "Tudo o quei Flávia, tudo o quei Flávia".



## “Os presos são julgados sem defesa”

— **Como foi o acompanhamento do seu caso do ponto de vista jurídico?**

— Enquanto eu tive advogado civil, eu recebia visita. Era uma advogada uruguaia. Isso foi até 1974, quando praticamente proibiram os advogados civis de atuarem em casos de presos políticos. A partir daí ficaram atuando oito advogados — quatro coronéis e quatro civis — de ofício que deveriam atender todos os presos políticos, estimados numa população de 2.800 pessoas. Isso já deixa bem claro o absurdo. Para conseguir a deserção dos advogados particulares eles queriam criar um “enquadramento criminal” sob a argumentação de que quem tinha muitos casos de presos políticos prestava quase uma assistência à organização política à qual pertencia o preso. Com esses argumentos ou pressões mais diretas, inclusive, eles con-

seguiram afastar os advogados da defesa aos presos políticos. Para mim, a situação jurídica do Uruguai em relação aos presos políticos é disparatada. Pode-se considerar que todos os presos foram processados, julgados e penalizados, em todos os trâmites da justiça, sem direito à defesa. Porque a frase que usam os advogados de ofício é a seguinte: “Estamos de acordo com lo que determina el juez”. É a defesa que eles fazem em geral: “Estou de acordo com o que diga o senhor juiz”, que é sempre um coronel.

— **Quer dizer, os advogados de ofício fariam parte de uma encenação?**

— São porta-vozes militares.

— **Você foi julgada e condenada. Como é uma sessão de julgamento numa corte militar uruguaia?**

— Eu fui julgada e condenada no ano de 1976 no Supremo. Agora eu sei que é diferente. Aparecem representados o estado, como parte ofendida, e o réu, que seria quem ofendeu. O juiz deveria ser o mediador. Mas no Uruguai não é assim, pelo menos na Justiça Militar. O juiz, na maioria das vezes, se considera mais ofendido que a parte ofendida. Por exemplo, em 80% dos casos o que eles chamam lá de *fiscalia*, que seria a promotoria daqui, pede penas que os juízes consideram brandas e agravam. No meu caso, a irregularidade, maior foi que eles agravaram minha pena na última instância, quando já não poderia ser feita outra tipificação de crime. Foi nessa etapa que eles subiram minha pena de nove para 10 anos de reclusão e acrescentaram medida de segurança de dois a cinco anos.

— **É aí que entra uma contradição com o ato de expulsão?**

— Exatamente. Quer dizer, se eu era perigosa e tinha medida de segurança, não poderia ser expulsua. A não ser que admitissem que eu poderia ir ser perigosa em outro lugar que não fosse o Uruguai... A rigor, eu não teria direito à liberdade condicional. Teria que cumprir a pena para depois pedir revisão da medida de segurança por periculosidade. Acontece que eu nunca tive nenhum exame de nenhum caráter para avaliar a minha periculosidade.

— **O fato de você ser brasileira não teria agravado a sua situação?**

— Pode ser, de um ponto de vista muito subjetivo. Mas a justiça lá não é nada objetiva. Eu nem poderia ser julgada como uruguaia, como ocorreu. Pelo que eu consegui saber, não deve existir nenhum processo envolvendo preso político no Uruguai que não contenha uma irregularidade capaz de torná-lo nulo numa circunstância normal, digamos. Porque não há uma constituição em vigor no Uruguai. E sabe-se que em muitos casos foi usada uma legislação excepcional de maneira retroativa para julgar processos por crimes que teriam ocorrido muito antes da vigência dessa nova legislação. No meu caso foi usada a Lei de Segurança.

— **Por que, então, diante de tantas irregularidades, não teve andamento a revisão do seu processo, que igualmente a levaria à liberdade?**

— Pois é. Nós concluímos que não havia interesse do Uruguai em que fosse feita uma revisão, porque uma revisão representaria, na prática, pelo menos uma suspeição sobre dezenas ou centenas de outros processos com os mesmos vícios. Por esse motivo eles preferiram a solução legal do ponto de vista deles: uma lei especial, que os jornalistas brasileiros que viajaram no avião comigo chamavam de *casuística* e de *Lei Flávia Schilling*. Então, uma revisão abriria uma brecha para todos os outros processos, porque há pelo menos 80% deles com irregularidades, que nem o meu. Essa era a esperança que tinham as nossas companheiras. Havia e há uma expectativa dentro dos presídios de que a situação política em abertura no Brasil pressionasse o Uruguai, o que já começava a ser sentido lá.

— **Mas dentro dos presídios ocorria já algum fato significativo que apontasse nesse sentido?**

— Além da transmissão de programas de rádio com notícias, tínhamos notado também uma mudança do trato no trabalho, por exemplo. Começava a se notar um pouquinho mais de liberdade e

um menor grau de repressão. Nas últimas semanas que eu estive lá, por exemplo, ninguém saiu para trabalhar e antes trabalhava-se todos os dias, nem que fosse uma hora ou duas por dia. Nos últimos dias, lembro que tive um diálogo com um oficial que me disse que nunca tinha me visto trabalhando. Aí eu disse que trabalhava sim e ele me respondeu que “depois que estou aqui não trabalhaste porque ninguém trabalhou”. Era verdade, e eu acho que ele estava insistindo nisso para que ficasse bem marcada essa nova situação. O trabalho de corte de capim, que era feito pelas prisioneiras, e outras tarefas indispensáveis, estavam sendo feitas pelos soldados.



## “Ainda me sinto muito alheia da realidade”

— **Você acha que as denúncias que alguém que sair de Punta Rieles possa fazer aqui fora teriam repercussão negativa para aqueles que ficaram presos lá?**

— Não tenho dúvidas. Eles sabem no mínimo quais eram as pessoas com as quais você convivia lá dentro. E sabem, inclusive, as pessoas que pode me machucar muito eu saber que estão passando muito mal, por exemplo.

— **Você disse ao chegar que estava com intenção de lecionar. Você já conseguiu clarear mais as idéias para saber com melhor precisão o que pretende fazer?**

— Eu vou fazer o possível para ir para esse lado, lecionar crianças. Desde a adolescência eu sempre me relacionei muito bem com crianças. Agora ao sair senti que não perdi essa faculdade. Mas para isso eu precisaria estudar e para mim o principal neste ano não vai ser estudar. Uma vez que eu me estabilize melhor aqui, vou ver se consigo trabalho para começar a me integrar melhor. Meus estudos foram interrompidos no primeiro ano de Medicina. Enquanto estive presa, fiz o possível para não perder o que aprendi e acho que consegui isso. Agora não tenho bem claro o que vou fazer. Eu acho que não passaria num vestibular aqui, ou melhor, não faria o vestibular. Eu recebi lá, levados pelo cônsul Agenor de Souza, uns livrinhos sobre o vestibular no Brasil. Eu achei muito difícil porque a gente estudou mais de forma analítica, aprendeu a pensar e assim é muito difícil retroceder para decorar e marcar cruzinhas simplesmente.

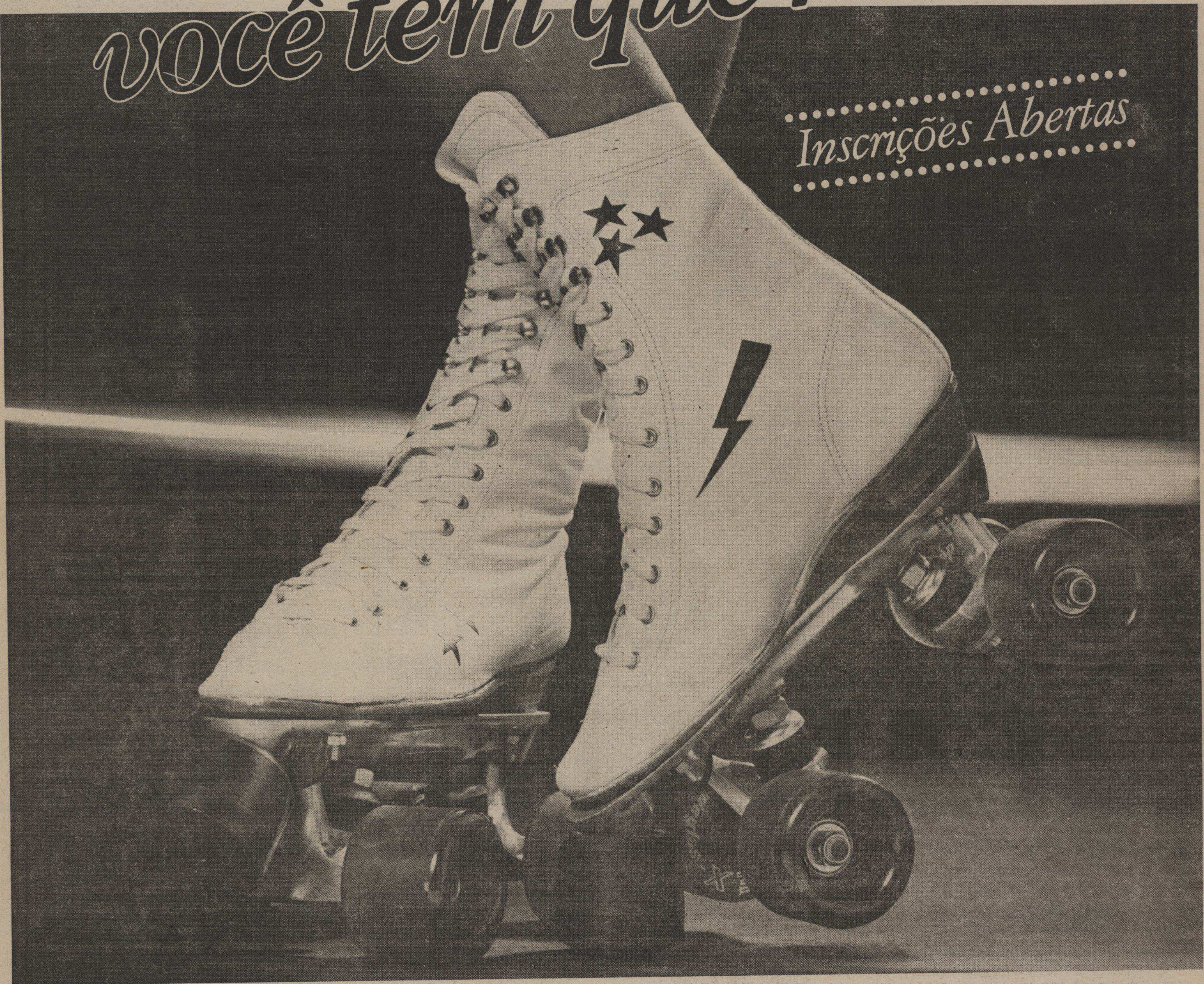
— **Você já está sentindo necessidade de uma atividade?**

— Sim. Sinto que não vou conseguir ficar mais do que dois meses sem fazer nada, embora a minha família ache que devo descansar até o fim do ano. Sei que não vou conseguir. Preciso reaprender muita coisa e já começo a sentir necessidade de recomeçar. Por enquanto apenas tenho passado os olhos sobre os títulos dos jornais, mas começo a ficar curiosa e inquieta para me reintegrar com todas as pessoas e acho que o trabalho, uma certa independência econômica ou financeira vai ser fundamental para isso. Por enquanto eu ainda estou completamente alheia da realidade e até não me sinto segura nem para sair na rua sozinha. Mas já tenho ansiedade de reaprender ou redescobrir tudo.



No nosso cursinho  
você tem que rodar.

Inscrições Abertas



No cursinho de patinação do Roller Central Park, aluno bom roda no primeiro dia.

Patina bonito e sai do lugar comum.

E durante as aulas você ainda aprende uma nova lição: que a coisa mais importante da vida é fazer tudo pra ser feliz.

No Roller, felicidade é deslizar no meio de gente alegre, ao som de rocks e no meio das luzes.

O cursinho de patinação do Roller tem horários para todo mundo: dia e noite. E você nem precisa ter os patins. Só precisa ter vontade de dar uma virada nesta vida e descobrir que um tombo e

uma gargalhada é muito melhor que uma ruga de preocupação.

**ROLLER**  
Central Park  
João Teles, junto ao Teatro Leopoldina.





Os soldados da Brigada Militar, orgulhosos, posam com os monges após o tiroteio do dia 17 de abril de 1938, na Bela Vista.

Reportagem, pesquisa e fotos:  
André Pereira, Carlos Alberto  
Wagner, Jacqueline Joner e  
Genaro Joner.

# OS FANÁTICOS

*Uma história de mortes, perseguições e messianismo no interior do Rio Grande*

Esta é uma história de ódio. É uma história triste, coberta de sangue, crivada de mortes, perseguições, torturas e medo. E é, sobretudo, uma história que a História não registrou. Passaram-se 42 anos em que os episódios permaneceram enterrados na memória das pessoas que ouviram contar e das gentes que participaram dos acontecidos.

Mas o ódio está vivo nos lugares onde tudo aconteceu. Há os filhos, os parentes dos que já morreram, alimentando esse sentimento. E há quem sofreu na própria carne remoendo, mastigando essa dor.

“Tristeza grave, finca na memória como marca de gado, feita a ferro quente”.

É o que diz um velho, preso e

torturado nos maus tempos, depois que se rompem as desconfianças e essa história começa a ser enfim contada, em 1980.

O velho, como toda uma população calculada em 2.000 pessoas, foi acusado de comunista e fanático, nos idos de 1937 e 1938 no nascer do Estado Novo.

Em perseguição a esses fanáticos chamados de Monges ou Barbudos foram mobilizados cerca de 200 soldados bem armados de Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria, Sobradinho e Soledade.

Os documentos da época são raros, mas o que norteia esta narrativa são registros mais reais: a palavra de muitas pessoas que participaram, disparando armas,

ou levando tiros, para saciar o ódio.

As cenas se passaram no interior dos municípios de Soledade e Sobradinho, uma região escarpada, de serra e terras dobradas, conhecida como Fundão, onde até hoje o chamado progresso não aportou. Região agrícola que não permite as lavouras extensivas de soja, se contenta com o plantio de fumo, feijão e milho no sistema de pequenas propriedades — ao lado de alguns latifúndios de criação de gado.

As estradas continuam tão ruins como em 1938. Mas naquela época o distanciamento desses pequenos colonos descendentes de pelos-duros, portugueses e bugres do Toldo de Serrinha, em Soledade (RS), era bem maior.

Sem amparo religioso, pobres, seguidores do sistema de troca que impera até hoje, onde a produção é entregue ao bodegueiro para pagar a comida comprada fiado, eles acabaram elegendo um deles como um servo de Deus, buscando uma esperança para suas tristes existências.

Em torno desse colono, André Ferreira França, que usava longas barbas e receitava o uso de ervas, se forma uma seita, cujo fanatismo apavorou a região e desencadeou episódios sangrentos, provocando enganos, suspeitas de comunismo e missões especiais de repressão ordenadas pelo interventor Cordeiro de Farias, homem que o Estado Novo nomeara para governar o Rio Grande.



Marchavam cantando. E vinham de todos os cantos, das Tunas, do Sítio, do Despraído, do Campestre, do Lagoão, do Jacuizinho. Não traziam alimentos nem animais. Carregavam os filhos pequenos, os terços, os rosários e os quadros com santinhos. Cantavam uma reza curta, repetida, saudando Santa Catarina.

Marchavam espalhando o medo por onde passavam. Eram homens barbudos e mulheres com longos cabelos. Todos de pés descalços e com as roupas cada vez mais sujas da poeira levantada nas estreitas estradas.

Eles assustavam o povo que não era da seita. E não só por causa da aparência. Mais pela fama e pela lenda que os precedia naquele dia 13 de abril de 1938.

Eles eram chamados de monges, os barbudos, os fanáticos.

Dizia-se que suas reuniões eram feitas com as pessoas nuas. Que as mulheres engravidavam após as sessões. Que entre eles respeitava-se a crença de que Santa Catarina e Santa Terezinha estavam vivas, de carne e osso, ali, encarnadas em duas belas moças. E dizia-se — sobretudo — que eram comunistas.

Naquele dia 13 de abril de 1938, quando chegaram ao lugar chamado Bela Vista, onde estava a única igreja das redondezas — cuja padroeira era justamente Santa Catarina — seriam 5.000 fiéis.

Há quem diga que eram 2.000, enquanto outros juram que não passavam de 500 monges.

Em todo caso, o certo é que, ao chegarem naquela Semana Santa, espalhou-se o boato de que vinham para aguardar o fim do mundo. Seria na Sexta-feira Santa, dia 16 de abril. O mundo findaria, mas os monges escapariam e, salvos, herdariam o que sobrasse. Todos virariam santos e ganhariam uma companhia muito especial: Cristo ressuscitado.

Naquela noite, apenas os comerciantes das redondezas atreveram-se a enfrentar a invasão com as portas abertas. Mas quando acabaram-se os estoques de alimentos e foi necessário recorrer aos sacos de amendoim, guardados nos porões, os bodegueiros começaram também a tremer.

Como recorda o bodegueiro João Paulo Trevisan, que até hoje possui casa de comércio bem em frente da igreja de Santa Catarina, foi quando cresceu este medo que os comerciantes resolveram se unir, pegar nas armas e reagir. Foi ali o começo da violência. Pois, reunidos na bodega de Trevisan, os comerciantes juntaram uma dúzia de revólveres, algumas caixas de balas e toda a população masculina, uns 10 homens. Olharam-se, balançaram: eram poucos. Um deles, Oscar, filho do influente Júlio Telles, foi destacado para sair sorrateiramente e buscar a polícia em Sobradinho.

Causando alarme, anunciando que os monges iriam atacar Sobradinho, o exal-



Andreza Gonçalves, a que os monges chamavam de Santa Catarina



Idarsina da Costa, a Santa Terezinha, até hoje não deixou a seita

tado Oscar Telles conseguiu convencer o então delegado Antônio Pedro Pontes a reunir cerca de 15 homens fardados. Mais civis, subdelegados de distritos e comerciantes que se sentiam ameaçados com o avanço alardeado pelo esfuziante Telles.

## As pessoas corriam, desesperadas, para o arame farpado

Às 8 horas da manhã do dia 14, ouviram-se os primeiros tiros. Antes de aproximarem-se da igreja, de um pequeno morro, a menos de dois quilômetros, os soldados começaram a disparar revólveres e mosquetões. As pessoas que acampavam, ao redor da capela começaram a correr desesperadas contra os três fios de arame farpado que separavam a área religiosa do mato próximo. E ali deixaram tantos vestígios de sua fuga que, horas mais tarde, ao passar pelo local, o advogado Evaristo Teixeira do Amaral Filho, que vinha de Sobradinho para Soledade, contou 12 mortos cravados no arame. Como nunca se confirmou essa dúzia de cadáveres, há quem note que ao fugir os barbudos deixaram pedaços de roupas, peles e cabelos grudados no arame. O velho Evaristo, aos 83 anos, não acredita nisso.

Às 10 horas cessou a fuzilaria. Não havia mortos ou feridos ali. Todos haviam sido levados para o mato. Mas o sangue abundante que se misturava à terra e seguia fazendo rastros no mato, era indício seguro de que havia vítimas fatais.

Trevisan diz que morreram "só uns quatro ou cinco fanáticos". E conta que assistiu, com certeza, a duas mortes. "Vi quando uma mulher com o filhinho grudado no peito foi atingida por uma bala de mosquetão que lhe atravessou e matou a criança".

Os monges, porém revelam hoje que Catarina Vital não morreu. Perdeu o braço, mas não se finou. O piá sim. Fran-

cisco, que tinha só 20 dias, morreu com a cabeça arrebentada.

Morreu um outro menino, João Alves, que foi encontrado dias depois apodrecendo no mato.

Morreu Benjamin do Amaral, com um tiro na testa.

É morreu o principal líder, Tácio Fiúza, na ausência do cabeça e idealizador da seita, André Ferreira França, que já vivia na clandestinidade por esta época. Tácio, seu lugar-tenente, recebeu todo o ódio e os tiros que estavam reservados para ele no dia 14, em Bela Vista.

Tácio não abandonou a igreja enquanto atiravam. Permaneceu ao lado da imagem de Santa Catarina, que estava coberta com um pano escuro. Dizem que foi necessário buscá-lo no altar. E que, diante da invasão dos perseguidores, Tácio patrocinou um gesto dramático para consolo dos poucos fiéis que ainda o acompanhavam. Retirando o pano preto de cima da imagem, gritou:

— A minha santa ganha luz para assistir esta chacina.

Em seguida Oscar Telles agarrou-o pelo cavanhaque e arrastou-o para fora onde foi recebido com uma saraivada de palavras, socos e pontapés.

Em certas versões, nesse momento, Tácio puxara de uma arma e com a destreza aprendida no Exército de Cruz Alta, onde servira, na função de Comissário de Polícia, retruca a agressão, atirando enquanto foge.

Hoje as pessoas contam a cena sem botar revólver na sua mão.

Contam assim: agredido, Tácio sai arrastando-se, debaixo de tiros, em busca de refúgio no mato. Levanta-se, é atingido, cai, arrasta-se. Mas ganha o esconderijo das árvores. Fiéis retardatários conseguem ajudá-lo. É levado até a casa de Guilherme Ritter, a meio caminho, entre Bela Vista e Jacuizinho. Perde muito sangue. Na madrugada do dia 15 perde a vida.

Até hoje, como narra o antigo bodegueiro e colono alemão Frederico Ibner, o Lilico, o único morador do Despraído



Tácio Fiúza; o principal líder: para ele dirigiu-se todo o ódio

que não se converteu à seita, era crença corrente entre os perseguidores, que os fanáticos velaram Tácio durante dois dias na esperança de vê-lo ressuscitar.

Tácio é velado, na verdade, nos dias 15 e 16 de abril e por medida de precaução na casa de Alípio Costa, no lugar chamado Rincão dos Bernabês, pertinho da Vila de Jacuizinho. Mas os monges argumentam que o cadáver permaneceu dois dias insepulto por causa das chuvas fortes que caíram naquela semana. No dia 16, ao entardecer, decidem enterrá-lo, como recorda seu filho Arator, hoje com 53 anos, "mesmo com aquele aguaceiro todo".

Anastácio Desidério Fiúza é enterrado vestindo fatiota azul, dentro de uma caixa de pinho, feita às pressas, com tábuas brutas. Durara pouco sua carreira de líder religioso. Abandonando a paixão pelos cavalos de corrida, menos de dois anos antes, o voluntarioso e altivo Tácio Fiúza morreria aos 35 anos de idade.

Depois do seu enterro, a maior parte dos fiéis permanece na casa de Alípio Costa esperando a calma do tempo. Mas continuava chovendo forte e uns 500 resolvem passar a noite ali.

## Os crentes dormiam em galpões, amarrados

Quando amanhece o dia 17, o anúncio do novo dia é feito por frenético tiroteio. A casa está cercada pelos perseguidores. Estão todos presos. Um dos monges, conhecido como Júlio Cabeça, resolve verificar o que se passa. Mete meio corpo para fora da casa. Mas é empurrado para dentro com um tiro que lhe arrebenta o peito. Ele cai aos pés de Izaltina Costa, sobrinha de Alípio, menina de 15 anos.

"Vi na rua", recorda ela hoje, aos 57 anos, "muita gente da vila, os comerciantes junto com os soldados, dizendo que iam nos degolar. Mas fomos só presos e levados para a mangueira onde o comerciante e fazendeiro João Kraemer guardava o gado. Os adultos pediam para eles ao menos pouparem as crianças daquela mixórdia, daquela mangueira fedorenta e cheia de barro. Mas eles diziam para a gente calar a boca e nos chamavam de vagabundos e comunistas. E acusavam de se ter armas em casa."

Na mangueira, narra Izaltina, foram apartados 102 crentes. Dormiam em galpões, amarrados, e de dia podiam tomar sol vigiados por atentos soldados.

"Eu pedia que me amarrassem uma corda no pescoço", conta Gregório Rodrigues da Costa, um dos presos, escolhido para cozinhar. "Quando ia buscar água para a comida no rio já prevenia o soldado. Me passa o laço. Só assim eles não atiravam se eu fizesse um movimento suspeito. Aquela corda era o meu seguro de vida."

Depois de interrogados, os 102 presos, 22 monges foram escolhidos como os mais perigosos e enviados para Porto Alegre e Cachoeira do Sul. Entre eles estavam Alfredo dos Santos, conhecido como Ceguinho, acusado entre outras coisas de engravidar seguidoras da seita,

Continua na próxima página



Ananias Costa, Alípio Gonçalves, Crescêncio Costa, José Crispim e Adão Alves.

Voltaram sem demora com cabelos e barbas cortados, mas com a acusação de comunismo invalidada: nada se conseguira provar, a nível político, contra eles.

Tinham tomado muito pau. E após terem os cabelos cortados recebiam veneno na cabeça. Crescêncio e Alípio ficaram cegos, dizem suas filhas Izalfina e Ana.

## A ordem: raspar barba e cabelo de oito em oito dias

Com o líder principal morto e enterrado, e com as prisões dos outros seguidores da seita, era de se esperar que se aplacasse a ira dos perseguidores.

Mas sucedeu exatamente o contrário. Do final de abril em diante é que os fanáticos passam a sofrer penúrias maiores, depois que notícias escabrosas chegam aos ouvidos das autoridades. Após o ataque à Bela Vista e o cerco ao velório em Rincão dos Bernabés, o assunto atinge o interventor Cordeiro de Farias, que despacha — conforme o boletim 169, da Brigada Militar às páginas 240 e 241, "em missão especial do governo do estado, a fim de dissolver um agrupamento de indivíduos denominados de *Fanáticos* que hostilizavam a autoridade policial, com quem chegaram a travar luta a mão armada" o capitão José Rodrigues da Silva, mais quatro oficiais e 70 praças.

Também segue para a região por esta mesma época — 20 de abril — um destacamento de Passo Fundo comandado pelo sargento Luiz Getúlio Piegas Goulart, um inspetor de Polícia Civil, Sílvio Ronda, um padre capuchinho, Frei Clemente de Nova Bassano, um aspirante da Brigada Militar de Santa Maria, Wandenkolk Marques de Freitas, e um militar do Exército, Riograndino da Costa e Silva.

São formados piquetes de cinco soldados e um paisano que serve de guia na caçada. "As casas suspeitas eram cercadas e passava-se a corda nos moradores", conta o soldado João Gonçalves, conhecido em Arroio do Tigre como Joãozinho. Raspava-se barba, cabelo e bigode, proibindo as reuniões".

"Eles chegavam atirando", conta um dos monges, João Maria Alves da Silva. "A gente apanhava feito bicho enraivecido. Certa vez, quando vieram nos buscar, me assustei com os tiros e me enfeiei no porão. Só ouvia o tiroteio e os gritos das mulheres que clamavam por Santa Catarina. De repente tudo acalmou, era tiro para mais de 500 cartuchos. Imaginei que tava tudo morto. Me tiraram do porão e na frente da casa vi meus parentes vivos, sentados no chão. Me botaram junto e então começaram os coices de fuzil nas paletas. Por duas vezes nos ameaçaram fuzilar. Depois nos amarraram com barbante de chinha, botaram sal ali onde a corda apertava e nos levaram por 16 quilômetros a pé, puxados pelos que iam montados. Eram uns 60 perseguidores mas só 17 era soldado mesmo, com farda."

Jogados dentro de um caminhão, os prisioneiros foram levados para a cadeia de Soledade, onde João Maria conta que o pau correu solto. Libertados dias depois, saíram carregando uma recomendação: tinham que fazer a barba, cortar o cabelo e raspar o bigode no máximo de 8 em 8 dias.

— Tio Horácio Francisco raspou a barba mas não tirou o bigode que ele tinha desde que os pêlos apareceram na cara. Era um bigodão de dar o maior orgulho. A polícia veio, pegou ele como se pega porco, tiraram o bigodão à força. Tio Horácio voltou de cabeça e cara raspada, branco, branco. A gente meio que ri, brincou com ele. Ele chegou em casa dele, rompeu no choro de dar pena. No outro dia se matou de tanta vergonha.

Narrativas doloridas como a de João Maria podem ser recuperadas à vontade na região. Como a de Andreza Gonçalves, por exemplo. Ela era chamada de



Os registros oficiais: prisão de 102 monges barbudos



Tudo começou com o profeta João Maria

Santa Catarina pelos fanáticos. E até hoje zombam anunciando-a como maluca — mas ela está surda e castigada. Andreza conta com a tristeza guardada por todos estes anos as torturas que sofreu e a honra que perdeu na cama dos pais diante da impetuosidade de um cabo da Brigada. Entre lágrimas, baixinho, Andreza repete o refrão do soldado, na hora da desonra: — Vamos ver se a santinha é virgem mesmo...

## "Pam! E lá cai mais um desavergonhado"

Idarsina da Costa, filha de Ananias, anunciada como Santa Terezinha no tempo dos monges, também recorda com raiva da violência da época. Revela que não deixou da seita até hoje. Tem foto do São João Maria no altarzinho de Santa Catarina e diz que Deca França é santo porque deu seu sangue por Jesus. Conta que não deixou nunca de acreditar nem quando lhe calçaram com baionetas: — Foi um cabo chamado Rudes e um soldado de nome Clarindo Lucas que me ameaçaram de baioneta. Eu respondi: podem me matar. Mas eles desistiram depois de me bater e ferir bastante.

Também não é difícil encontrar o ódio, hoje ainda, do lado dos perseguidores dos monges. O soldado Joãozinho, que aparece na fotografia junto com os monges capturados em Jacuizinho mostrando um sorrizinho faceiro, assegura que eles não passavam de um bando de comunistas depravados que, comentava-se, recebiam dinheiro de Luiz Carlos Prestes.

Wandenkolk de Freitas Marques se dá ao luxo de posar com uma arma, mirar inimigos invisíveis e mostrar como fazia naqueles tempos.

— Pam, pum, pam! E lá cai mais um desavergonhado.



Wandenkolk: "Era uma questão moral"

Com 70 anos, morando em Sapucaia do Sul, Wandenkolk conta que só em um cerco a uma casa suspeita, seus homens mataram 16 daqueles comunistas desavergonhados. Para este coronel da Brigada Militar, que levou 50 homens e 20 mil cartuchos de Santa Maria para caçar os monges do *fundão*, acabar com eles se tornara uma questão de honra: — Muitas vezes os monges responderam com tiros aos cercos que fazíamos em suas casas. Eles não andavam desarmados, como se diz. Era uma questão moral derrotá-los pois viviam em completa promiscuidade. E entre eles haviam criminosos perigosos.

Mas isso não era decididamente o pior a ferir as crenças morais do coronel. Horroroso mesmo foi o sangue de desvirginamentos que ele encontrou após um cerco. "Um sangue inconfundível", assegura.

## O andarilho se apresentou: São João Maria

Mas ainda faltava pegar Deca França, o misterioso e lendário líder da seita. André Ferreira França, tinha uns 50 anos. Era casado com Delfina, pai de 9 filhos: Estácio, Arvino, Sebastião, Livino, Antônio, Francisco, Jovelina, Dolina e Virgínia. Criava gado e plantava no lugar chamado Campestre, perto da divisa entre Soledade e Sobradinho. Gostava de usar bombachas claras. Era considerado bom vizinho. Aquietado, mas de prosa amistosa. Tinha fama de trabalhador e era apaixonado pela caça de pedras semipreciosas, atividade comum na região.

Nunca foi homem de muitos risos, mas era visto com frequência nos bailes da vizinhança, onde ia levando as três filhas. Era assim, até novembro de 1935, quando um andarilho passou alguns dias em sua casa.

"Depois disso Deca França nunca mais foi o mesmo", conta o vizinho Frederico Ibner, o Lilico, jurando que jamais foi traído pela nova seita mas confessando que assistiu muitas reuniões.

"Eu não acreditava, primeiro, porque o Deca era um colono igual a gente, criado aqui no nosso meio: não ia, de repente, virar santo. Segundo, porque esse pessoal todo, que era gente pobre e sem esperanças na vida, foi engolido pelo fanatismo. Depois eu já tinha minha religião, sou luterano.

Lilico narra a mesma versão de todos os monges para a origem da seita. Em troca da hospitalidade do colono, o andarilho ensinava-lhe a arte das ervas. Ensinava-lhe outros dotes da natureza, chamando a atenção para a nobreza do solo, dos rios, da terra. Alertou André para os males tóxicos do fumo plantado pelos colonos e guardado para secar dentro das próprias casas.

Ao final das lições que transformariam o colono, o andarilho apresentou-se. Era um servo de Deus, um profeta, de nome São João Maria. O Monge em carne e osso. Assegurou que Deca França tinha sido escolhido para uma missão divina na terra.

Passados seis meses deste episódio, Lilico não reconhecia mais o vizinho, cujos cabelos e barba cresciam com toda liberdade. Outros vizinhos imitavam Deca. Em pouco tempo eram muitos os barbudos. Andavam de pés no chão, com as roupas sujas e anunciavam que "o dia iria chegar". A terra seria consumida pelo fogo e só sairiam ilesos os seguidores da nova seita, ou Montes, como eles mesmo passaram a se chamar.

As ervas ferviam em um panelão diante da casa de Deca França que começou a ser visitado, diariamente, por um povo em busca de cura para doenças, pobreza e desesperança. Rapidamente começaram os milagres. Deca França tinha devolvido visões, restituído falas, prometido terras e anunciado um novo mundo.

Enquanto a fama e a lenda engordavam, Lilico diz que Deca França assistia todo esse fanatismo crescer quase em silêncio.

Ria um riso beatificado quando Lilico desconfiava dos milagres dos cegos que passavam a enxergar ou dos paráliticos, lépidos, a correr.

— Deca ria apenas com seu jeito manso, não dizia nem que sim nem que não. Eu nunca vi ele incentivar as la-ciezas do povo. Mas ele também não fazia nada para diminuir o fanatismo que foi cada vez crescendo mais e mais, com essa gente toda acreditando nele como num santo. Aí os boatos e o medo começaram a se espalhar por Soledade e Sobradinho.

No ano seguinte, em 1937, quando as primeiras notícias do Estado Novo, ditadura e violência policial chegaram ao *fundão*, é que realmente começou a ficar robusto o comentário que os Monges, eram, isto sim, comunistas. E que Deca França era o comunista maior.

Os comerciantes e os fazendeiros, que até hoje detêm o poder econômico na região, foram os primeiros a assustar-se com a idéia do comunismo aportando naquelas bandas.

Ao aconselhar seus fiéis que não guardassem fumo dentro de suas casas e ao pregar que se conseguia tudo na natureza, segundo Lilico, Deca França foi interpretado erradamente:

— Todo mundo parou de trabalhar, parou de plantar fumo, esperando uma solução de Deus, tomando ervas, rezando e aguardando aquele dia. Foi aí que os comerciantes, depois os fazendeiros e as autoridades de Soledade se revoltaram mesmo contra os barbudos. Diziam que eles esperavam ficar com tudo aqui, com as terras e as bodegas. E isso é que eles diziam que era o tal de comunismo.

## Deca resolve entregar-se mas é fuzilado

O destacamento comandado pelo sargento Luiz Getúlio Piegas Goulart rondava ferozmente pela região em agosto, quando se descobre onde está Deca França. Está na casa de José Crispim, num lugar chamado Coloninha. Deca não quer mais fugir. Na noite do dia 15, janta arroz com galinha quando a escolta cerca a casa. A seu lado estão Crispim, Antônio Vital e Pedro Maura. Calmamente, levanta-se pronto para entregar-se e acabar com a vida clandestina que tem levado



nos últimos tempos. Os tiros cortam seus passos e Deca cai fuzilado.

Piegas Goulart renega esta versão. Aos 68 anos, com o posto de capitão e encarregado do Presídio de Soledade, hoje o ex-sargento assegura que Deca França estava armado com uma faca e investiu, agilmente, contra o cabo Antônio Porto. O cabo não atirou de imediato. Recuou espantado com o avanço de Deca, tropeçou e só aí, caído dramaticamente, a vida por um fio, resolveu fulminar Deca.

Seu corpo é enterrado a 16 dentro de um buraco e sua cova vigiada por quatro dias. Depois, o local é abandonado. E aparece ali uma pedra tosca, de autor desconhecido e inscrição cautelosa. Em letras disformes escreveu, simplesmente:

**Aqui jaz André F.**

Com os líderes mortos, muitos crentes emigram para os lados de Iraí e Tenente Portela, outros atravessam a fronteira rumo a Santa Catarina e até hoje se encontram filhos de Deca França no Paraná. Comandados por Frei Clemente de Nova Bassano, vários religiosos percorrem a área conflagrada, constroem igrejas e falam nos santos para o povo. Tempos depois o povo começa a se reunir nestes templos, reforçando a teoria levantada por muitos, que defendem a existência do fenômeno pela falta de padres, igrejas e amparo religioso na região.

No final de 1938, Frei Clemente anota em seus apontamentos:

"Este ano foi um pouco agitado... É de notar que os vigários foram os únicos que se interessaram por melhorar a sorte dos monges, estes pobres coitados que só merecem compaixão. Foram acusados de comunistas, mas nada foi descoberto de tudo isto até hoje. O que se descobriu, em parte, é que alguns que hoje não mais existem teriam abusado da boa fé e candura, digo melhor, da simplicidade deste povo da serra, o qual é religioso até o extremo, até a superstição, de tê-los desviado de alguns princípios religiosos.

"Porém até hoje não foi descoberto que eles falavam em desrespeito às igrejas, às coisas sagradas, aos santos, aos sacerdotes e à moral das famílias, do lar e tampouco desrespeitassem as famílias vizinhas."

"A única coisa que se pode inculpar a este pessoal é que são muito supersticiosos e de um fanatismo exagerado, porém intencionados para o bem."

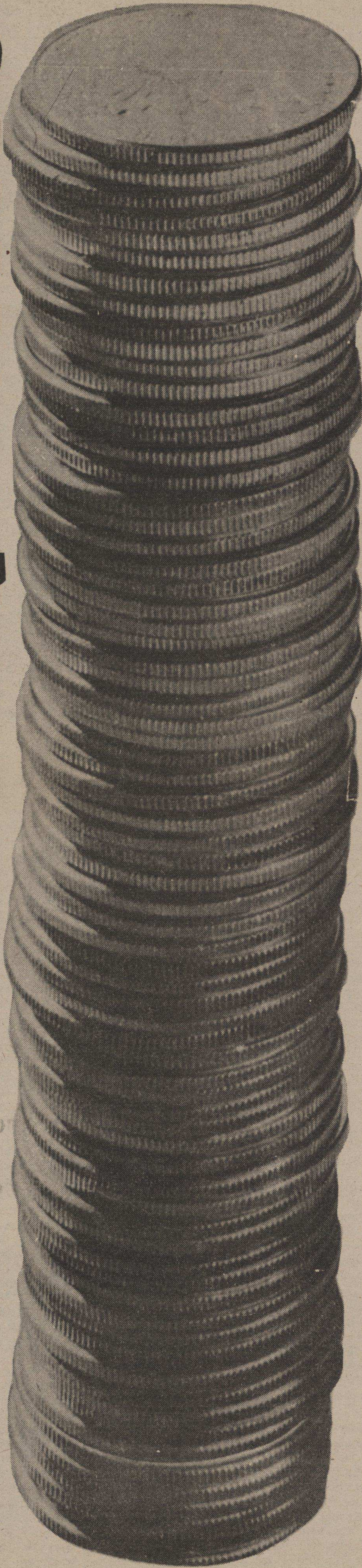
Os oficiais que participaram da caçada são louvados em boletins. O capitão José Rodrigues da Silva, logo promovido a major, ganha ainda o elogio do próprio Cordeiro de Farias, conforme o boletim 172 de 1938:

"Tendo recebido o relatório referente à missão policial repressora e preventiva no caso dos chamados 'monges' que infestavam a região de Sobradinho e Soledade, pelo presente ofício determino que, em nome da Interventoria Federal, seja aquele oficial, José Rodrigues da Silva, elogiado pelo exato desempenho de sua missão, que foi hábil, criteriosa e inteligente, reintegrando as populações possuídas de estranho fanatismo religioso na vida ordeira e normal."



A cova de Deca: vigiada por quatro dias

# ALTO PODER AQUISITIVO



*Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.*

**RADIO  
UNIVERSAL  
FM STEREO**

*Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".*



O ex-líder guerrilheiro peruano é um dos 16 nomes que concorrem à presidência do país



# Hugo Blanco, candidato

No próximo dia 18 de maio começarão as eleições nacionais no Peru, quando, pela primeira vez após 12 anos de ditadura militar, deverá sair um governo civil. O povo peruano tem 16 candidatos à presidência para escolher: 11 representam partidos da burguesia nacional e cinco são representantes das camadas populares.

Hugo Blanco, candidato pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), é um dirigente camponês imensamente popular no Peru e amplamente conhecido em toda a América Latina. Recentemente, ele percorreu vários países europeus para explicar as eleições peruanas, o programa eleitoral que seu partido defende e também para coletar ajuda para sua campanha.

— Na Suíça, um jornalista me perguntou, o que eu fazia na Europa se as eleições eram no Peru, e eu respondi: os revolucionários no Peru pedem dinheiro para sustentar seus partidos com latas vazias do leite condensado Nestlé, enquanto que aos candidatos burgueses são enviadas altas somas de dólares das multinacionais. Por isso eu venho à sua pátria, ao país da Nestlé, para recolher a solidariedade dos trabalhadores suíços...

Durante sua passagem por Londres, Hugo Blanco concedeu entrevista exclusiva a Emilio Méndez, do *Coojournal*. A seguir, publicamos os principais trechos da conversa:

— O povo peruano padece de graves deficiências protéicas, mas ao mesmo tempo se dá o trágico paradoxo de que em apenas um mês pescou-se o suficiente para suprir todas as necessidades alimentícias do Peru. Acontece que desse pescado é feita a farinha que se emprega na comida de gatos e cachorros de muitas senhoras européias... Bem, eu sei que não é culpa dos gatos e cachorros, e sim das multinacionais, da política ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)...

— Também dizem que o povo não quer trabalhar, mas sim, o povo quer trabalhar. Os trabalhadores da fábrica Cromotex a ocuparam porque não queriam que a empresa fechasse as portas. Os camponeses querem trabalhar as terras devolutas. Os vendedores ambulantes que saem à rua com suas mercadorias, todos estes, são reprimidos, detidos e presos. Porque, saiba você, que no Peru mais de 50% da população ativa está desocupada e no meu país um desempregado não recebe nem um centavo. Por isso lutamos, e graças a essa luta conseguimos que o toque de recolher fosse suspenso, acabou-se o estado de sítio e a suspensão das garantias individuais, conseguimos uma anistia e o regresso de muitos exilados, como eu. E logramos

realizar as eleições, que ainda que não sejam muito democráticas, são eleições...

Em 1963, Hugo Blanco organizou os camponeses do *Valle de la Convencion*, no Departamento de Cuzco, e nasceram as primeiras organizações sindicais camponesas do Peru. Os camponeses da *Convencion* ocuparam terras e começaram a produzir. Organizaram o abastecimento, abriram escolas, traçaram estradas e defenderam-se valentemente, quando o exército e a polícia pretenderam expulsá-los das terras que trabalhavam para devolvê-las aos latifundiários, que as haviam abandonado improdutivas.

Houve grandes enfrentamentos e num desses Hugo Blanco foi preso. Em processo realizado na cidade de Tacna, em que estavam sendo julgados todos os camponeses de *la Convencion*, Hugo Blanco foi condenado à morte. Seu grito de "terra ou morte" foi ouvido além das fronteiras peruanas e só a ampla solidariedade internacional impediu que a sentença fosse executada. Saiu da prisão em 1970 e foi deportado posteriormente. Em 1978 regressou ao Peru como candidato à Assembléia Constituinte, sendo o mais votado da esquerda, com 280 mil votos. Dias antes das eleições ele havia sido preso junto com outros candidatos e enviado para um quartel na Argentina.

— Nós participamos destas eleições para demonstrar, entre outras coisas, que não são democráticas, e para organizar o povo e poder continuar na luta. Dizemos ao povo peruano, pela rádio, televisão e jornais, que não confiem que as eleições vão solucionar seus problemas, que somente confiem em sua força, em sua unidade e em sua luta.

— Quando candidato à Constituinte, fui capturado de madrugada pela polícia, que me levou a um lugar desconhecido para aparecer em um quartel argentino como prisioneiro de guerra, pasme, prisioneiro de guerra! Também quando era membro da Assembléia Constituinte sofri represálias por cumprir minhas funções, levando a voz do povo e defendendo seus interesses. Claro, a imunidade parlamentar não me valeu de nada...

— A sede do nosso partido foi assaltada várias vezes, e em uma delas nos atacaram a tiros. Nós escapamos mas três companheiros foram presos, torturados e abandonados fora da cidade. O grupo atacante se fazia chamar de exército anticomunista ou algo assim, mas um de nossos companheiros, mesmo com os olhos vendados, pôde ver as botas militares que eles usavam. E no dia seguinte, de manhã, ouviu um clarim tocando o alvorecer. Agora me diga se em uma casa particular as pessoas usam clarins para levantar-se.

— Há também uma repressão extraoficial. O APRA (partido burguês, nacionalista e populista, fundado por Haya de La Torre) tem grupos fascistas a seu serviço desde a sua fundação. Há pouco tempo, pessoas que se denominam Búfalos e que são os braços armados aprietas balearam um dissidente do próprio APRA. A Junta Militar quer que o APRA seja o vencedor das eleições, assim dá para imaginar o que pode acontecer se esta gente chega ao poder...

## A DIREITA

— A divisão da direita se deve à crise econômica que atravessa o país, e como não há solução dentro do capitalismo, é lógico que se criem contradições entre eles, ou melhor, diferenças de matiz sobre a forma de continuar mantendo seus privilégios e seus benefícios, e sobre a forma de descarregar o peso desta crise sobre as costas já bastante dobradas dos trabalhadores...

Os candidatos da burguesia peruana são 11, mas somente duas forças são importantes: o APRA e a Ação Popular (AP). O APRA aparece dividido em dois blocos, liderados, respectivamente, por Armando Villanueva e por Townsend. Para as eleições, os dois blocos aprietas uniram-se, repartindo os cargos de presidente e vice-presidente na lista de candidatos.

A Ação Popular apresenta como candidato o ex-presidente Belaunde Terry, deposto pelos militares no golpe de 1968. O problema central desta divisão da direita reside em que, de acordo com as regras eleitorais, é preciso 36% dos votos para vencer as eleições, e esta cifra resulta muito alta ante a aparente dispersão de votos que pode acontecer no próximo dia 18 de maio.

Previendo isso, a Junta Militar do general Morales Bermudez está pressionando as formações de direita para garantir a continuidade do sistema, de modo que não é impossível um acordo entre o APRA e a AP para apoiar um único candidato presidencial que seria, no caso, Armando Villanueva.

— A ditadura militar convocou as eleições não porque seja mais ou menos democrática. Acontece que depois das últimas greves gerais e seguindo os conselhos do sr. Carter — que não deseja ver no Peru algo semelhante ao ocorrido em Cuba ou Nicarágua —, a Junta propôs-se a mudar um pouco as coisas para que no fundamental tudo siga igual...

— O imperialismo acredita que com uma eleição as coisas podem tranquilizar-se e talvez isso aconteça durante umas poucas semanas ou um mês, não mais do que isso, porque a fome do meu povo não pode esperar mais...

## A ESQUERDA

— No Peru há uma grande divisão entre as forças populares. Nós fazemos um grande esforço para formar uma frente única mas, infelizmente, a liderança desta frente estava em mãos de organizações de esquerda que nasceram na clandestinidade e que não são organizações de massa, com responsabilidades de massa, são grupos estudantis com alguns dirigentes sindicais. Os estudantes gostam muito de discutir tudo e há muito sectarismo na esquerda peruana...

Cinco são os candidatos que representam organizações populares. No início do ano, Hugo Blanco era o candidato presidencial de uma coalização eleitoral que agrupava grupos trotsquistas, maoístas e independentes, sob a sigla ARI (Alianza Revolucionaria de Izquierda) e com o lema: "por um governo dos trabalhadores, sem generais e patrões".

Frente à ARI, o resto da esquerda se agrupava na FUI (Frente Unidad de Izquierda), formada pelo Partido Comunista, o Partido Socialista Revolucionário e o FOCEP de Genaro Ledesma. Ambas as coalizações se dividiram em fevereiro, determinando o rompimento das chapas e debilitando a força popular. Diversos problemas causaram a ruptura, mas os principais são o sectarismo e interesses próprios de partidos, e alianças confusas que comprometiam a independência política e organizacional dos trabalhadores.

Por tudo isso, no dia 18 de maio concorrerão às eleições as seguintes forças: FUI, apresentando o general Leonidas Rodríguez; o FOCEP, de Genaro Ledesma; o PRT, com Hugo Blanco como candidato à presidente e Ricardo Napuri, do Partido Obrero Marxista Revolucionário, e Enrique Fernandez Chacon, do Partido Socialista dos Trabajadores; o UNIR, Unidad de Izquierda Revolucionaria, liderado por Horacio Zeballos; e, finalmente, a UDP, Unidad Democrática Popular, de Carlos Malpica.

— É preciso compreender que em meu país faz pouco tempo que podemos expressar-nos livremente, que começamos a falar e compreender-nos. É um caminho largo que estamos trilhando, com problemas decorrentes da falta de experiência, com derrotas e também algumas vitórias. No Peru não há uma grande Central de Trabalhadores como na Bolívia, por exemplo, e isso é um grande problema. Pessoas como eu tratamos de impulsionar esse processo necessário de unidade, de construção de um grande partido das massas trabalhadoras. Este mesmo processo eleitoral nos serve para isso.



## SAIR VIVO É A MAIOR FAÇANHA

**CAMARIM DE PRISIONEIRO**, de Alex Polari, coleção Poesia Necessária nº 1, Global Editora, 184 páginas.

O ex-preso político Alex Polari, 29 anos, foi convidado para prestar depoimento no famoso Tribunal Russel, que deverá reunir-se em julho próximo para investigar a situação dos direitos humanos na América Latina. O tribunal foi criado pelo próprio Bertrand Russel na década de 60, e suas reuniões costumam movimentar a opinião pública com denúncias contundentes contra governos autoritários.

Polari saiu da prisão em novembro de 1979, em liberdade condicional. Logo que foi preso, em 1971, ele chegou a ser condenado à prisão perpétua, por ter participado de dois seqüestros de embaixadores e alguns saques a supermercados. Mas, com a nova Lei de Segurança Nacional, sua pena foi reduzida.

O convite foi feito pelo representante do Tribunal no Brasil, Gerald Thomas, e coincidiu com o lançamento do segundo livro de Alex Polari, intitulado *Camarim de Prisioneiro*. O primeiro, *Inventário de Cicatrizes*, saiu quando ele ainda estava na prisão. Polari ainda espera a confirmação do convite para ir a Nova Iorque, mas antecipa o que dirá ao tribunal:

— Falarei de prisão, de tortura, de vivências e testemunho de mortes. Acho que todo mundo que passou por isso tem o compromisso de relatar tais experiências. Não que isso confira importância a um ou outro. Não sofri mais do que ninguém. Penso apenas que a dignidade é uma virtude prática e não um ideal contemplativo, um mero atestado de coerência a ser passado para uma consciência asséptica e pura.

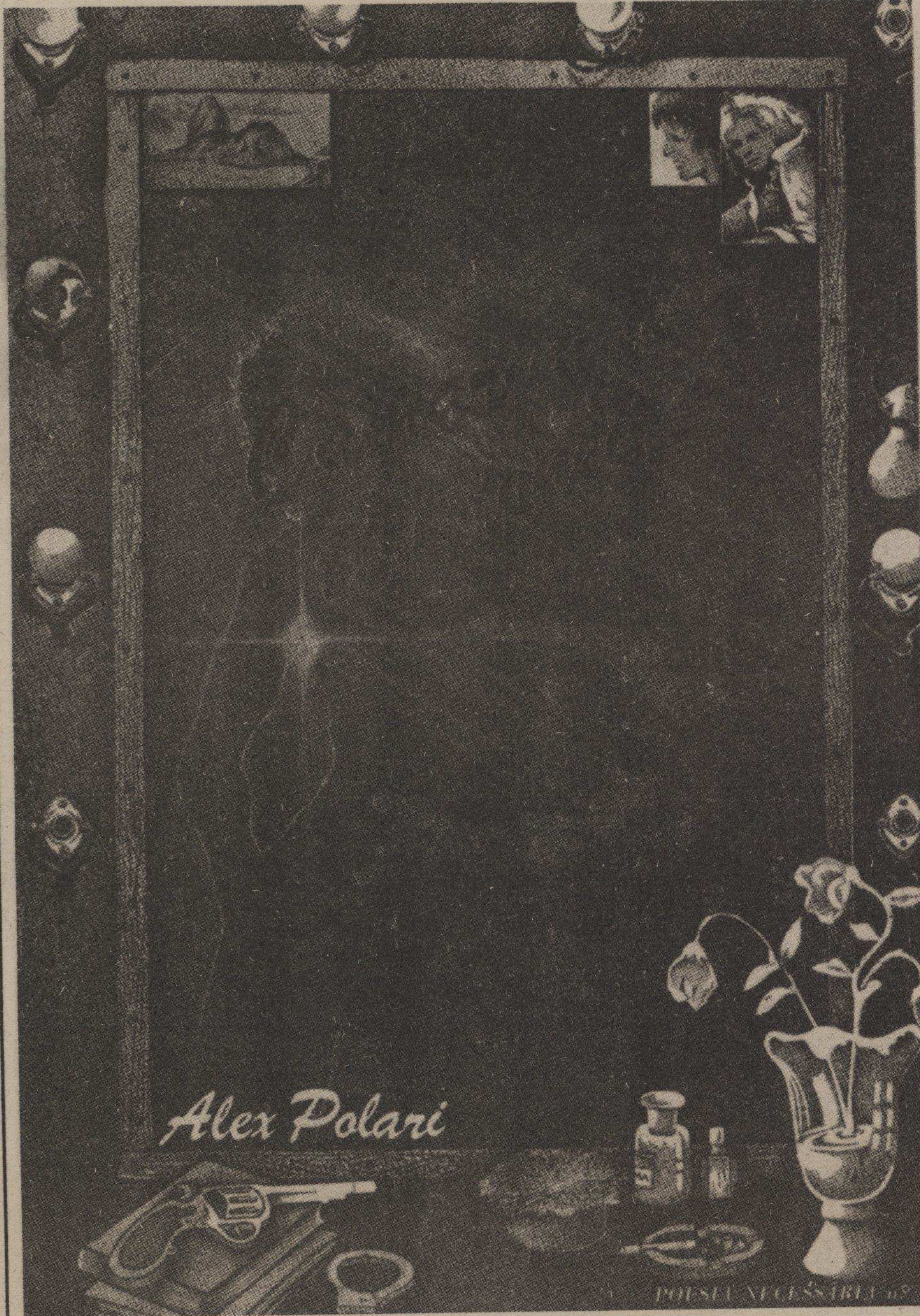
Alex Polari de Alverga nasceu em João Pessoa, mas mudou-se para o Rio de Janeiro com quatro anos de idade. Iniciou sua militância política aos 17 anos, no movimento estudantil secundarista. Em 1969, quando entrou para a clandestinidade, ainda alimentava esperanças de estudar Ciências Sociais. Mas foi preso dois anos mais tarde, logo após o seqüestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Caiu numa solitária de um dos quartéis da Vila Militar, justamente onde era mais duro o tratamento aos presos políticos.

No governo Geisel, foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. As autoridades desejavam livrar-se da incômoda presença dos presos políticos no centro da cidade. No prefácio de *Camarim de Prisioneiro*, Alex Polari dedica dois parágrafos à Fortaleza de Santa Cruz:

— Nela alguns de nós foram torturados, levaram surra de corrente, dormiam em solitárias onde foram jogadas bombas de gás lacrimogêneo e passaram dias em celas medievais, onde o teto não chegava a um metro de altura. Pois neste local onde coexistiu durante muito tempo o turismo e a tortura, paisagem oficial de cartão postal e subterrâneos secretos, enfim, nesse local *tão Brasil*, tem um lugar onde se lê em enormes letreiros: *Cova da Onça, Salas de tortura do passado*. Lá, se torturava e depois se jogava o corpo na cova, que vinha a ser um túnel que dava para o mar.

Depois de uma campanha de denúncias sobre as más condições da Fortaleza, os presos conseguiram ser transferidos para a Ilha Grande, em 1974. Lá, fizeram outro movimento, através do único recurso de que dispunham — a greve de fome — e obtiveram licença para receber visitas íntimas e manter relações sexuais na prisão. Mais tarde, foram enviados para o presídio da Frei Caneca. "Já se enterrara a fase final do extermínio da guerrilha urbana e os presos políticos tinham mais apoio", explica ele.

Seus dois livros de poesia tratam fundamentalmente das experiências vividas na prisão. *Camarim de Prisioneiro*, escrito quando ele se preparava para deixar a cadeia, é dividido em quatro partes: Construção do Personagem, Laboratório, Ensaio Geral, Próxima Estréia e Entrada em Cena.



O livro é dedicado à sua mulher Sônia "pelo próprio risco ou beleza da gente ter conseguido se manter namorado durante três anos numa prisão". Numa pequena apresentação, intitulada *Vida de Artista*, ele escreve: "Walter foi assassinado numa manhã de julho/ José Raimundo, numa tarde de agosto/ Elcio, em qualquer hora de janeiro/ Lamarca, ao céu azul de setembro/ escrevendo pra Yara/ Sim, eu tenho muita saudade". E, versos adiante, acrescenta: "PS- Não fui anistiado./ Os assassinos de plantão/ acham que eu sou um criminoso de sangue".

As cinco partes trazem uma mescla de duras revelações, cruas denúncias, esperança e uma certa dose de lirismo. Eles relatam a trajetória do poeta, desde os momentos ingênuos da infância até a preparação para o que chama de *Entrada em cena*. Entre um e outro momento, Alex Polari analisa com minúcias suas experiências em oito anos de cadeia onde, segundo ele, desenvolveu "um processo muito rico em relações humanas, uma vida próxima à real".

Divide esta passagem em três períodos: "no primeiro a gente ainda está preso ao esquema, às notícias dos companheiros do lado de fora e de dentro, às notícias de militância e queda". Como diz num de seus poemas: "Flor resistente/ entre um bouquet de vidas ceifadas/ não me arrependo de ter gasto a juventude/ em causas tão malcompreendidas e sonhos tão ardentemente desejados".

O segundo período é caracterizado como o do *desbunde*, ou seja, o reconhecimento da derrota e a violenta sensação da perda dos amigos. "Cigarros tragados pelo meio/ vinho avinagrado", como afirma num verso. O terceiro é o de juntar os cacos e se refazer: "Ai me permiti fazer planos", diz ele. "A possibilidade de saída surgia como um ato gratificante e assustador ao mesmo tempo".

Passado tudo isso, Alex Polari conclui: "Ter ficado vivo é a minha maior façanha. É a grande vitória de um grupo de pessoas que fez das tripas coração pra sobreviver. Isto representa a pior vingança

que a gente poderia perpetrar contra os responsáveis pela nossa tortura".

Além de poemas densos, o livro traz textos do autor, inclusive uma espécie de diário da greve de fome que os presos da Frei Caneca fizeram para protestar contra a anistia do governo. Durante o *jejum* escrevi num ritmo alucinante". E vários poemas e escritos dedicados ao filho Thiago, nascido em junho de 1978, desde a gravidez de Sônia até o primeiro aniversário do menino. Tudo isto fartamente ilustrado com desenhos de Luiz Eduardo Rezende e fotos de companheiros de prisão.

Nos quatro meses de liberdade, Alex Polari viajou ao Nordeste, teve a casa assaltada e "se entupiu de crediário". Pregou cartazes pelas paredes de madrugada para o lançamento de *Camarim de Prisioneiro*. Atualmente ele mora com Sônia e Thiago numa casa em Santa Tereza e, em outubro, deve estreiar uma peça de teatro, ainda sem título. Mas não se ilude com a abertura: "A ditadura caducou como projeto de harmonizar as classes e criou-se a necessidade de manter a dominação sob novas formas, um novo pacto de poder".

THAÍS DE MENDONÇA

## BRANCO TRAZ A DOENÇA: CIVILIZAÇÃO

**NATUREZA, DOENÇAS, MEDICINA E REMÉDIOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS (1844)**, de Karl F. P. Von Martius, Cia Editora Nacional, 183 páginas, Cr\$ 65,00

Poucos livros serão tão importantes como este para o estudo de nossa etnografia e nosologia. Outros viajantes andaram pelo Brasil, e deixaram-nos relatos de suas idéias e impressões sobre o país que visitavam. Mas poucos tiveram a capacidade de sistematização e obser-

F. P. Von Martius. Sua viagem, iniciada em 1817 e encerrada em 1820, deu-lhe material para trabalhar até o fim de sua longa vida.

Tudo começou com o contrato de casamento entre a princesa D. Leopoldina e o príncipe real d. Pedro. O imperador Francisco primeiro da Áustria, aproveitou para colocar na comitiva da arquiduquesa os naturalistas Von Spix e Martius entre outros sábios. Martius na época contava vinte e três anos.

Martius era fruto da Europa Iluminista e romântica. Esperava encontrar no Brasil o "bom selvagem" a viver na natureza como num paraíso terrestre. Seu deslumbramento frente à natureza é constante. Mas sua opinião sobre os brasis, à medida que a observação o leva ao maior contato com os silvícolas, vai mudando. Vê que eles não estão a salvo das doenças e da degenerescência. Sua arguta observação o leva a culpar os colonizadores na disseminação de doenças destruidoras como a varíola e a sífilis. Por todo o lado vê o índio dominado pela cachaça e pela doença, o que o leva, já naquela época, a prognosticar o desaparecimento dos ameríndios em face da colonização do homem branco, cristão, ocidental. Daí pintar em tão negro quadro o caráter do índio, como apático e indolente. O índio que Martius conheceu era o aborígine aculturado, destruído pela cobiça do homem branco. Mas não lhe falta consciência política para comparar o estado de abandono do índio brasileiro às massas obreiras do seu tempo: "Esses pequenos infelizes acabam morrendo de fome e, se prolongam sua lastimável existência, ficam num estado de fraqueza e atrofia, semelhante ao das desamparadas crianças das populações fabris europeias".

Martius não tem olhares preconceituosos diante da prática dos índios. Sendo ele próprio médico, só fazia observar seus hábitos e costumes, muitas vezes com admiração. Baseado em certa tendência antropológica da época, que via nos nativos do Novo Mundo civilizações pujantes que decaíram, Von Martius a tudo olha e perscruta. Desde a velha índia que tira um verme (filariose) da perna de um doente, amarrando-o aos poucos num pauzinho, como o uso de vegetais (catalogou muitos) e minerais para a cura de doenças.

Von Martius é tido por muitos como um grande sistematizador e um péssimo psicólogo. Suas generalizações sobre o caráter do índio e a homogeneização dos grupos e tribos, são os dados mais atacados. Mas Martius possuía a ciência da sua época, não poderia ultrapassá-la. Acreditava no magnetismo animal e outras formas obscuras para curar as doenças. Mas tinha o dom da observação e um conhecimento enciclopédico, que o leva da catalogação de espécies vegetais ao tratamento de um hipocôndriaco em Sorocaba — o que fez a contragosto — com choques elétricos.

Sua figura de homem de ciência e observador do mundo humano e social é um exemplo de clareza e correção. Há quase cento e quarenta anos foi escrito seu livro e ainda hoje suas palavras servem para mostrar o futuro do índio brasileiro: "Infelizmente se deve dizer que os imigrantes europeus, em algumas regiões, no interior das províncias do Maranhão e de Pernambuco, têm contribuído para isso, com diabólica malícia, a fim de alastrar a peste entre os selvagens e, por meio dela, votar, à mais cruel das mortes, uma população ingênuas."

JOSÉ EDUARDO DEGRAZIA

CADE MINHA  
ASSINATURA  
DO COOJORNAL?





# UM CINEMA CONTRA HOLLYWOOD

OS CINEMAS NACIONAIS CONTRA HOLLYWOOD, de Guy Hennebelle, Ed. Paz e Terra, 246 páginas.

Do ponto de vista econômico, o cinema é uma indústria. Do ponto de vista cultural, é um veículo de idéias. Como indústria, depende de investimentos econômicos — de particulares ou do estado — e, por isto mesmo, seu potencial cultural carrega sempre o signo da ideologia do sistema.

O fato de existir uma concepção do cinema como indústria e outra como arte, não implica numa antinomia profunda entre ambas. Na verdade, o cinema-arte tem estado quase sempre subordinado ao cinema-indústria, indicando este quase sempre que existem exceções. Há críticos que desautorizam a reflexão sobre o cinema a partir desta antinomia. Aham que o correto é defini-lo como *artindústria*, e há os radicais, para quem o cinema, antes de ser arte, é um importante e poderosíssimo fenômeno de consumo.

## CINEMA DE AUTOR

Qualquer que seja a abordagem, o fato é que a estrutura industrial do cinema permite expressões do tipo pessoal. É o chamado cinema de *autor*, criando pautas críticas e artísticas que podem assinalar os defeitos e as contradições do sistema. É natural, também, que na maioria dos casos o sistema faça valer suas prerrogativas: aceita críticas aos seus excessos, mas é relativamente raro que permita a contestação das estruturas de poder da sociedade. Muita gente já tentou isto e teve de começar a fazer cinema fora das estruturas tradicionais.

Nestes 85 anos decorridos desde a invenção do cinema — tomando-se como data-base a exibição que os Irmãos Lumière realizaram no Grand Café de Paris, em dezembro de 1895 —, críticos e historiadores vêm desenvolvendo suas pesquisas sobre a linguagem e a ideologia do cinema.

## COLEÇÃO MOVIE

A nível mundial, existe hoje uma bibliografia vastíssima, predominando os livros sobre os autores cinematográficos, dos mais antigos Griffith, Chaplin ou Eisenstein aos mais modernos Bernardo Bertolucci, Woody Allen ou Paolo e Vittorio Taviani. Particularmente importante é a coleção *Movie*, coordenada por Ian Cameron e premiada no Festival de Veneza com o Leão de São Marcos destinado à melhor coleção de livros sobre cinema.

Esta coleção é acessível ao leitor de língua espanhola, editada que foi na Argentina, a partir de contrato semelhante realizado na Espanha. No Brasil, porém, não apenas não existe a coleção *Movie*, como os livros sobre cinema ainda são relativamente raros e desatualizados. A iniciativa mais importante é da Editora Paz e Terra, que lançou a Coleção Cinema anos atrás (dois ou três), com direção de Paulo Emílio Salles Gomes, já falecido, e do crítico Jean-Claude Bernardet.

São seis volumes, dos quais nem todos encontram-se ainda à venda. Pela ordem, foram editados: uma coleção de estudos sobre Glauber Rocha; *Brasil em Tempo de Cinema*, reedição do polêmico livro de Bernardet, escrito na década de 1960; *O Discurso Cinematográfico*, de Ismael Xavier; *O Cinema de Ingmar Bergman*, obra interessante, resultado de dezenas de horas de diálogo do cineasta sueco com três críticos de seu país; *Os Cinemas Nacionais Contra Hollywood*, do francês Guy Hennebelle.

Todos estes títulos — um pouco menos o livro sobre Bergman — obedecem a um projeto. Percebe-se facilmente que o objetivo da Coleção Cinema, criada por Paulo Emílio, um veterano e incansável defensor do cinema brasileiro, e Bernardet, constitui uma ten-



tativa de reescrever politicamente a história do cinema. De forma muito especial, o livro de Hennebelle contribui para que surja uma nova vanguarda, militando, em base nacionalista, a favor de um cinema a serviço dos temas nacionais e populares.

Um dos aspectos certamente mais significativos do cinema é o fato de que ele, nascido da cultura científica e da evolução técnica, foi a única arte inventada pelo homem. O cinema é a única arte que vimos nascer e que hoje se constitui num influente e até bastante representativo veículo de comunicação de massas. Como se vive num mundo de rápidas transformações, o cinema deu um fantástico impulso à imaginação, atuando na maneira de viver e na moral de culturas as mais diversificadas.

## PENSE NO JAPÃO

Quando Alfred Hitchcock certa vez aconselhou François Truffaut — "Ao realizar um filme, pense sempre no Japão" — ele estava exatamente chamando a atenção para este fenômeno. Desde o início do século, o cinema americano criou personagens e situações que correspondem à sua visão do mundo do progresso. A difusão prolongada de um maciço número de filmes americanos, através de um sistema de distribuição que atingia (atinge ainda) quase todo o mundo, acabou criando em todas as sociedades capitalistas, gestos, hábitos e reflexões típicos da cultura americana.

O crítico francês reescreve politicamente a história do cinema mundial, contando com a participação de jornalistas e estudiosos de diversos países. Interessa-lhe denunciar este modelo de cinema que Hollywood, devido à expansão do imperialismo yanque, impôs a todo o mundo — um cinema padronizado em conceitos, fórmulas e que nunca teve outro objetivo, ou cujo objetivo predominante, sempre foi difundir a cultura americana. Esta submissão leva à adoção de formas de ideologia centradas no poder econômico e no controle cultural.

## USINA DE SONHOS

Hennebelle procura levar-nos à compreensão dos vários movimentos que buscam contestar o imperialismo econômico e estético que manipula a maior parte do mercado cinematográfico. É um discurso altamente ideológico, onde o cinema é encarado não como usina de sonhos e sim como uma arma poderosíssima que

precisa ser voltada contra a burguesia. Para que isto aconteça, esclarecem o autor e seus engajados colaboradores, é preciso abandonar a escritura tradicional hollywoodense e substituí-la por métodos adaptáveis à realidade de cada povo, à cultura de cada nação.

Não há dúvida de que se trata de projeto altamente defensável. Mas também não há dúvida de que muitas vezes Hennebelle incorre em certo erro muito comum à esquerda sincera, porém, radical no seu dogmatismo: contra o cinema padronizado de Hollywood, ele também cai numa padronização intolerável de propostas e, o que é pior, de julgamentos estéticos e políticos.

Nada a opor quando ele confronta os movimentos surgidos especialmente depois do neo-realismo italiano, quando tentativas individuais e coletivas partiram para a ruptura do cinema tradicional. Hennebelle cita especialmente Rossellini, e o cineasta de *Roma Cidade Aberta e Paisà* é mesmo a grande vertente de onde sai todo o cinema moderno. Rossellini mais Hitchcock deu Alain Resnais, Rossellini mais o cinema americano deu Jean-Luc Godard, Rossellini menos o cinema americano deu Jean Rouch. E, através de todos estes autores, temos o cinema como um meio de identificar e expor a situação da burguesia européia de após guerra.

Também não há muito que opor quando Hennebelle expõe a situação dos cinemas nacionais em países do Terceiro Mundo. É importante a informação que ele dá sobre as cinematografias nacionais em luta contra o imperialismo cultural de Hollywood. Mas quando Hennebelle analisa a situação do moderno cinema americano, ou nos capítulos finais, quando ele realiza um estudo detalhado das novas tendências, como o ressurgimento do idealismo socialista, o cinema militante, a série Z, a *God-art* (em associação óbvia com Godard), aí é preciso estar alerta.

Pois Hennebelle minimiza o impacto das transformações que, a partir de *Sem Destino*, se operaram no cinema americano — não só o cinema americano independente de Nova Iorque, mas também o dos grandes estúdios. O livro foi concluído em 1975 e editado no Brasil em 79. Compreende-se, portanto, a ausência de referências a um Woody Allen. Mas Robert Altman e Francis Ford Coppola também estão praticamente ausentes, e são estes os homens que possivelmente mais buscaram caminhos para se fugir às estruturas narrativas tradicionais de Hol-

lywood. Todo cinema de Altman, inclusive, é uma denúncia rigorosa das imagens de massa (ou massificadas) do cinema americano. Ora, tanto Altman como Coppola já eram veteranos em 1975, o primeiro já tendo realizado mais de uma dezena de filmes com estas ambições e o segundo já tendo se responsabilizado pelos dois Chefões.

## COSTA GAVRAS

O imobilismo que o crítico parece atribuir a Hollywood só existe na sua cabeça, porque é dali, com altíssimos conteúdos críticos, que estão saindo algumas das obras cinematográficas mais densas desta época de crise. Mas é a sua análise da série Z que causa as maiores inquietações. Z, o filme de Costa-Gavras, lançado em abril nos cinemas brasileiros, após mais de dez anos de proibição pela Censura, é despachado em poucas linhas como exemplo de cinema progressista tradicional. Hennebelle não lhe atribui maior valor, ou lhe atribui um valor apenas relativo, porque o filme está comprometido com fórmulas narrativas que têm origem no cinema de Hollywood: o policial, o suspense.

Há uma crítica, a meu ver exagerada, ao personagem do juiz, interpretado por Jean-Louis Trintignant. Hennebelle parte da integridade revelada pelo juiz para formular sua principal crítica a Costa-Gavras: para ele, o cineasta critica o abuso, mas não contesta as estruturas de poder da sociedade capitalista. Enfim, Z não passa de um filmezinho reformista, hábil por certo, mas cujo consumo é intrinsecamente alienante. Para Hennebelle, não faz muita diferença, tirando-se o impacto inicial, se o público consome este filme ou alguma aventura convencional de James Bond. Com gradações diversas, o crítico esclarece que são filmes comprometidos com os mesmos padrões hollywoodenses.

Que o radicalismo imbecil é a doença infantil da esquerda, já estamos cansados de saber. Esta análise da série Z, como o autor a chama, mostra que há muita coisa discutível no livro e até na proposta política de Guy Hennebelle. Cabe ressaltar, neste sentido, o papel esclarecedor desempenhado pelo lançamento, ainda que tardio, do filme de Costa-Gavras. Porque se o filme permanecesse inédito, alimentaria, quem sabe, este tipo de indagação, por parte de um público que não poderia confrontar o escrito de Hennebelle com a realização do cineasta grego radicado na França.

A partir do seu singular êxito de público — referendado pelo Oscar da Academia de Hollywood —, Z suscitou julgamentos estéticos e políticos tão controversos como este de Hennebelle. Poderíamos dizer até, tão equivocados. A livre circulação das idéias, do livro e do filme, é que permite ao leitor/espectador definir seu próprio posicionamento. Formar consciências críticas deve ser o principal objetivo de qualquer movimento pela melhoria da qualidade cultural da população, aqui ou na África, ou na Europa ou onde quer que seja.

## REALISMO DE CENA

O lançamento de Z, portanto, revitaliza uma polêmica que o livro de Guy Hennebelle não chegou a despertar no ano passado, pois *Os Cinemas Nacionais Contra Hollywood* mereceu referências discretas demais junto aos chamados setores especializados. É um livro polêmico, mas necessário para quem se dispõe a ver o cinema além do puro espetáculo do imaginário. Assim como é fundamental a releitura de um velho e também pouco conhecido clássico do gênero, no Brasil: o livro do gaúcho Enéas de Souza, *Trajatórias do Cinema Contemporâneo*. Enéas escreveu este livro na década de 1960 e ele foi reeditado pela Movimento, em 1975. As análises dos autores nacionais e internacionais estão defasadas pela evolução sofrida por estas trajetórias nos últimos 15 anos. Mas os capítulos que tratam da estrutura do realismo de cena, das dimensões do cenário e do emprego do ator continuam sendo as tentativas mais importantes de se refletir a linguagem — e através dela, a psicologia, a política — do cinema no país.

LUIZ CARLOS MERTEN



## Lançamentos

**AS UVAS E O VENTO**, de Pablo Neruda. Esse poeta, nascido em 1904 e falecido em 1973, foi sem dúvida uma das vozes mais altas da poesia mundial. Apesar desse livro ser um dos mais importantes de etapa de Neruda posterior a **Canto Geral**, é talvez um dos menos conhecidos. A tradução é de Carlos Nejar. L&PM Editores, 340 páginas, Cr\$ 310,00

**COMUNICAÇÃO DE MASSA SEM MASSA**, de Sérgio Caparelli. Trata-se de seis ensaios, analisando o rádio, a televisão e a imprensa, especialmente com sua estreita vinculação com ordem econômica, política e social instaurada no Brasil pós-1964. Editora Cortez, 120 páginas, Cr\$ 160,00.

**O BEM-AMADO**, de Dias Gomes. A peça teatral do autor baiano, levado à televisão, chega agora em sua quinta edição. Civilização Brasileira, 120 páginas, Cr\$ 180,00.

**O EMPRESÁRIO, PERSONAGEM MARGINALIZADO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL**, de Werner Plum. Com o estreitamento das relações germano-brasileiras, várias instituições alemãs mostram-se ativas na divulgação da cultura daquele país. Agora é a Friedrich-Ebert Stiftung, ligada ao Partido Socialista, que traz a obra de Plum. Este título faz parte da série Aspectos Sociais e Culturais da Industrialização onde o mesmo autor publica **Ciências Naturais e Técnica a Caminho da Revolução Industrial, Utopias Inglesas: Modelo de Cooperação Social e Tecnológica, Relatos de Operários sobre os Primórdios do Mundo Moderno do Trabalho**. Edição da Friedrich-Ebert, 160 páginas.

**PARA UMA SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS**, de Michael Lowy. Dentro da coleção História e Política, o autor analisa em sua obra a evolução política de Lucács, de 1909 a 1929. Livraria Editora Ciências Humanas, 320 páginas.

**LÍVIA, OU ENTERRADA VIVA**, de Laurence Durrel. Conhecido mundialmente pelo seu **Quarteto de Alexandria**, Durrel traz agora o seu último romance, publicado pela Nova Fronteira, 300 páginas, Cr\$ 280,00.

**A ECONOMIA DA DEPENDÊNCIA IMPERFEITA**, de Francisco Oliveira. O título de alguns capítulos dão uma idéia clara da linha seguida por esse economista perspicaz: "Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil", "Padrões de acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950 a 1976)", "Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro". Editora Graal, 160 páginas.

**A CLASSE OPERÁRIA E SEU PARTIDO**, de Hércules Correa. O autor é membro do Comitê Central do PCB e ex-dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores. Ele analisa a situação brasileira do ponto de vista teórico e como participante direto do processo histórico dos últimos anos. Editora Civilização Brasileira, 250 páginas, Cr\$ 280,00.

**TIRADENTES: A ALGUMA VERDADE (AINDA QUE TARDIA)**, de Sérgio Faraco. Procura de forma muitas vezes polêmica mostrar o que há de falso e de verdadeiro sobre a figura máxima de nossa lutas de libertação, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes. Faraco é também contista. Editora Civilização Brasileira, 80 páginas, Cr\$ 130,00.

**PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958 a 1979)**. Uma série de documentos compõe esse volume, da Livraria Editora Ciências Humanas. 350 páginas.

**A SOCIAL DEMOCRACIA NA ATUALIDADE**, de J. C. Poulain e outros. Segundo os editores, "esse livro revelador, claro na exposição e direto na linguagem, mostra o que é e como é, na prática, a experiência da social-democracia em alguns países, ao mesmo tempo em que demonstra a falácia de sua viabilidade". Editora Civilização Brasileira, 170 páginas, Cr\$ 250,00.

CARPENTIER  
NO REINO  
DESTE MUNDO

Quase no fim de um dos seus mais grandiosos romances, **El Reino de Este Mundo**, Ti Noel, personagem definitivo desta obra, sofre uma profunda transformação em sua subjetividade. O místico dá lugar ao lutador munido da compreensão da história, que o romancista explica desta forma:

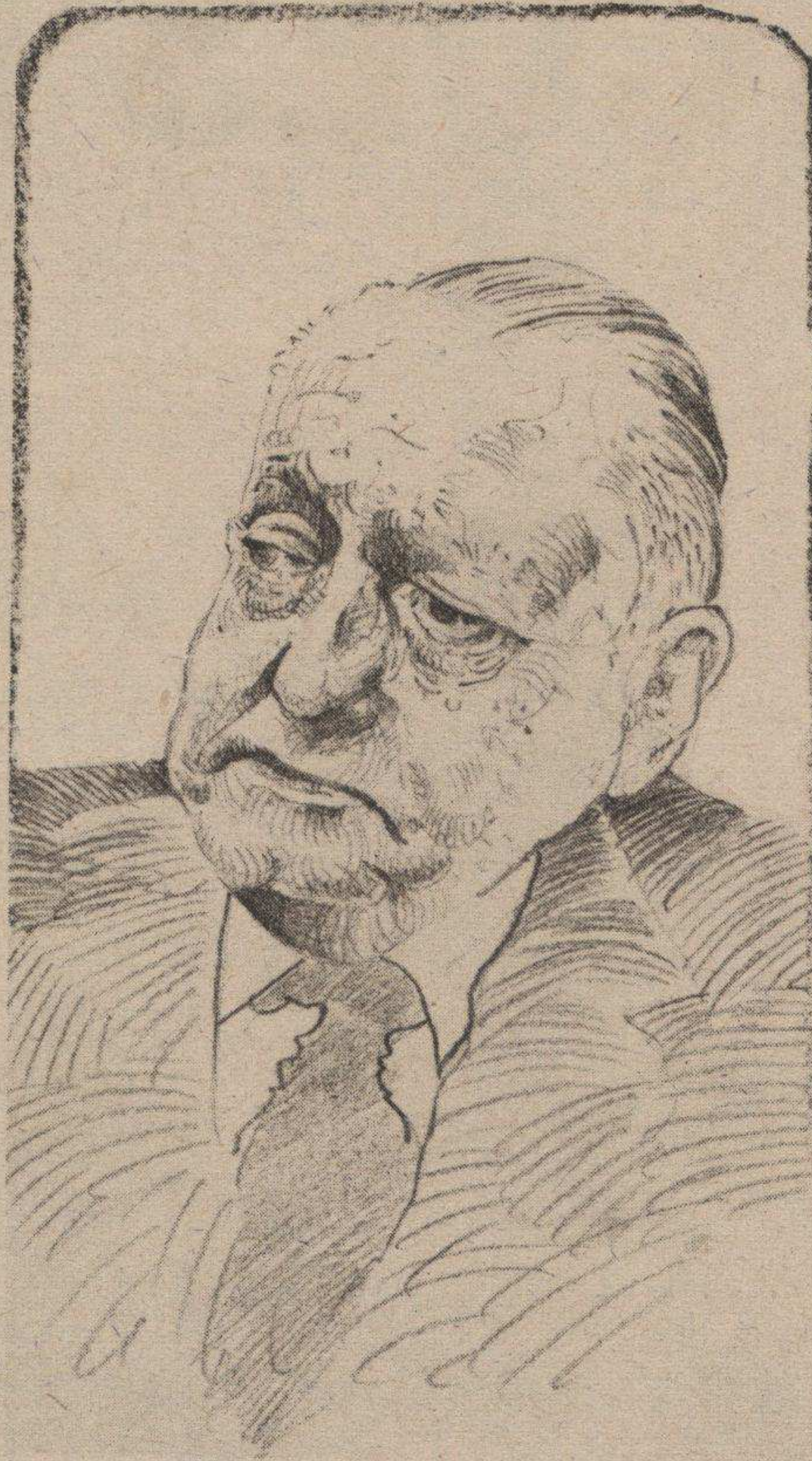
— Era um cuerpo de carne transcurrida. Y comprendia, ahora, que el hombre nunca sabe para quien padece y espera. Padece y espera y trabaja para gentes que nunca conocerá, y que a su vez padecerán y esperarán y trabajarán para otros que tampoco serán felices, pues el hombre ansia siempre una felicidad situada más allá de la porción que le es otorgada. Pero la grandeza del hombre está precisamente en querer mejorar lo que es. En imponerse areas. En el Reino de los Cielos no hay grandeza que conquistar, puesto que allá todo es jerarquía establecida, incógnita depejada, existir sin término, imposibilidad de sacrificio, reposo y deleite. Por ello, agobiado de penas y de Tareas, hermoso dentro de su miseria, capaz de amar en medio de las plagas, el hombre solo puede hallar su grandeza, su maxima medida, en el Reino de este Mundo.

Este texto de Carpentier sintetiza o tormento que atravessa toda a sua literatura, de **El Acoso** ao **Século das Luzes**. O homem retomando em suas mãos o fio do seu destino e construindo, no precário equilíbrio que o destino e a luta lhe reserva, o futuro coletivo. Este tormento não é mera criação, nem exercício de estilo e muito menos maneirismo intelectual. Fez parte da sua vida, que ao lado da solidariedade à revolução e o ódio às ditaduras burguesas, não menosprezava a paixão pelos sobrados barrocos, pela música latino-americana e pela cultura francesa dos grandes mestres iluministas, que ele não deixa de desnudar na sua *Iliada cabocla e meluca*, o **Século das Luzes**.

Carpentier foi um dos maiores escritores do nosso tempo, não só porque conciliou o amor à forma perfeita e o humanismo marxista (nem só porque pôde unificar, numa mesma obra, a cultura europeia com a dramática existência do nosso povo), mas porque dignificou a paixão da literatura como obra revolucionária, que humilhava, pelo seu chamado "marxismo ortodoxo", até os formalistas puros em seu próprio território. Apontou, portanto, para uma arte universal e demonstrou que também dentro da literatura e da arte o futuro estava do lado de cá. Do lado dos humilhados e ofendidos.

## CONTINUIDADE HISTÓRICA

A categoria mais importante para o exame da obra de Carpentier é a categoria da *continuidade histórica*, ou seja,



que nem mesmo nas rupturas revolucionárias mais completas é possível prescindir do patrimônio cultural e político de outras épocas. No caso do autor, a referência mais importante vem pela submissão da forma barroca a um conteúdo fundado no **fato histórico atual** e de interesse das grandes massas. Vem, também pela negação da estrutura burguesa como dona de formas de estado e herança cultural, que sejam capazes de sancionar ainda que parcialmente a crise geral da América colonial ou neocolonial. Em comparação com a literatura dominante, onde predomina frase curta e a solução dramática quase linear, o romance de Carpentier não gera obras fáceis de serem lidas. Isto porque se, de um lado, a base dramática é a vida coletiva e as lutas e crises individuais que ela proporciona, de outro, o apelo ao barroco — que é narrativo e necessariamente longo — exige uma profunda atenção do leitor comum e uma total entrega da sua subjetividade.

Carpentier parece nos dizer, com suas narrações da natureza, dos estados espirituais dos homens do povo, que o barroco é a **única forma adequada** para apresentar nossas grandezas naturais e humanas. Talvez, verdade não o seja, como não se cansa de mostrar um Scorza, mas ninguém pode negar que esta forma também é adequada. E que é capaz de transmitir tensões, espelhar a época em que vivemos, e a base do nos-

so passado, como nenhum outro autor conseguiu.

Se a obra de Carpentier, formalmente, padece de um certo elitismo porque nela se integram, também, conquistas do romance clássico burguês, não é menos verdade que ele recuperou para a literatura latino-americana estas conquistas, submetendo-as a nossa problemática e fazendo seu conteúdo uma crítica demolidora.

## NÃO FEZ ESCOLA

Poderia ser indagado por que, se Carpentier tem esta importância em nossa literatura, não fez escola, como se diz sem maiores amores à teoria da literatura? Submetendo a cultura burguesa à lógica do nosso processo revolucionário, narrando as insurreições do povo e a tragédia da intelectualidade, indicando o barroco como uma saída a ser considerada, por que Carpentier não tem seguidores? Poderia ser respondido que Carpentier apresenta a saída menos provável para o nosso escritor "comprometido", por três motivos fundamentais: **primeiro**, porque sua obra está lastreada numa rigorosa cultura clássica aliada a uma experiência pessoal das nossas lutas históricas; **segundo**, porque ele, na verdade, informa a solução mais difícil. Não basta alegar *Le yendas da Guatemala*, de Astúrias, para fundamentar a existência de uma corrente barroca, mesmo porque Astúrias foi seu contemporâneo.

A solução que Carpentier escolheu e pôde escolher, para o seu romance, é necessariamente uma solução solitária, por isso a mais luminosa. É a solução que um, ou dois, ou três escritores conseguem realizar em cada época, que, de repente, concentra numa só pessoa, uma transição que sintetiza o que de melhor o passado e o presente têm a oferecer.

Carpentier faz parte da nossa vida. As indagações de Ti Noel são as indagações, hoje, de todo o nosso povo, ou pelo menos, da sua maioria consciente, que vem aprendendo pelo sofrimento e fazendo da desesperança uma plataforma onde os pés se firmam para um novo salto, que tanto pode ser uma tragédia, como pode ser simplesmente mais um aprendizado. Trata-se de abandonar a busca do reino dos céus para realizar o reino deste mundo: o reino que vem sendo construído com ascensos e quedas, com tragédias e momentos épicos, com meios dolorosos, mas que são os únicos que a história propôs e pelos quais ela se realiza.

A dimensão de Carpentier, da sua vida e obra, conjunto indissolúvel, cubano de cultura francesa, francês de vigor cubano e sobretudo homem da América Latina, são uma referência fundamental do nosso tempo. Neste tempo do assalto à razão, da construção de uma vida livre e soberana, de expropriação dos expropriadores do trabalho e da alegria dos povos. Carpentier faz parte da nossa vida. Sua gigantesca cultura, seu marxismo e sua coerência de escritor e revolucionário, serão sempre um espectro e um fantasma a rondar o sono dos oligarcas.

TARSO FERNANDO GENRO

**Querida Família**  
Um drama do nosso tempo.  
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.  
Cr\$ 70,00

**COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO**  
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão  
Erik Boettcher  
Friedrich Klöhn  
Walter Hansen  
Harry Wostenmann  
DEBATE 1  
COLEÇÃO COOPERATIVISMO  
Cooperativismo e Competição  
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.  
Coleção Cooperativismo  
Selo Debate nº 1  
Cr\$ 75,00

## DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojournal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar(es) — Querida Família

..... exemplar(es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$ ..... 00.

Nome .....

Rua ..... Bairro .....

Cidade .....

CEP .....

Estado .....

Assinatura .....

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



## Lançamentos

**AS UVAS E O VENTO**, de Pablo Neruda. Esse poeta, nascido em 1904 e falecido em 1973, foi sem dúvida uma das vozes mais altas da poesia mundial. Apesar desse livro ser um dos mais importantes de etapa de Neruda posterior a **Canto Geral**, é talvez um dos menos conhecidos. A tradução é de Carlos Nejar. L&PM Editores, 340 páginas, Cr\$ 310,00

**COMUNICAÇÃO DE MASSA SEM MASSA**, de Sérgio Caparelli. Trata-se de seis ensaios, analisando o rádio, a televisão e a imprensa, especialmente com sua estreita vinculação com ordem econômica, política e social instaurada no Brasil pós-1964. Editora Cortez, 120 páginas, Cr\$ 160,00.

**O BEM-AMADO**, de Dias Gomes. A peça teatral do autor baiano, levado à televisão, chega agora em sua quinta edição. Civilização Brasileira, 120 páginas, Cr\$ 180,00.

**O EMPRESÁRIO, PERSONAGEM MARGINALIZADO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL**, de Werner Plum. Com o estreitamento das relações germano-brasileiras, várias instituições alemãs mostram-se ativas na divulgação da cultura daquele país. Agora é a Friedrich-Ebert Stiftung, ligada ao Partido Socialista, que traz a obra de Plum. Este título faz parte da série Aspectos Sociais e Culturais da Industrialização onde o mesmo autor publica **Ciências Naturais e Técnica a Caminho da Revolução Industrial, Utopias Inglesas: Modelo de Cooperação Social e Tecnológica, Relatos de Operários sobre os Primórdios do Mundo Moderno do Trabalho**. Edição da Friedrich-Ebert, 160 páginas.

**PARA UMA SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS**, de Michael Lowy. Dentro da coleção História e Política, o autor analisa em sua obra a evolução política de Lucács, de 1909 a 1929. Livraria Editora Ciências Humanas, 320 páginas.

**LÍVIA, OU ENTERRADA VIVA**, de Laurence Durrel. Conhecido mundialmente pelo seu **Quarteto de Alexandria**, Durrel traz agora o seu último romance, publicado pela Nova Fronteira, 300 páginas, Cr\$ 280,00.

**A ECONOMIA DA DEPENDÊNCIA IMPERFEITA**, de Francisco Oliveira. O título de alguns capítulos dão uma idéia clara da linha seguida por esse economista-pesquisador: "Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil", "Padrões de acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950 a 1976)", "Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro". Editora Graal, 160 páginas.

**A CLASSE OPERÁRIA E SEU PARTIDO**, de Hércules Correa. O autor é membro do Comitê Central do PCB e ex-dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores. Ele analisa a situação brasileira do ponto de vista teórico e como participante direto do processo histórico dos últimos anos. Editora Civilização Brasileira, 250 páginas, Cr\$ 280,00.

**TIRADENTES: A ALGUMA VERDADE (AINDA QUE TARDIA)**, de Sérgio Faraco. Procura de forma muitas vezes polêmica mostrar o que há de falso e de verdadeiro sobre a figura máxima de nossa lutas de libertação, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes. Faraco é também contista. Editora Civilização Brasileira, 80 páginas, Cr\$ 130,00.

**PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958 a 1979)**. Uma série de documentos compõe esse volume, da Livraria Editora Ciências Humanas. 350 páginas.

**A SOCIAL DEMOCRACIA NA ATUALIDADE**, de J. C. Poulain e outros. Segundo os editores, "esse livro revelador, claro na exposição e direto na linguagem, mostra o que é e como é, na prática, a experiência da social-democracia em alguns países, ao mesmo tempo em que demonstra a falácia de sua viabilidade". Editora Civilização Brasileira, 170 páginas, Cr\$ 250,00.

CARPENTIER  
NO REINO  
DESTE MUNDO

Quase no fim de um dos seus mais grandiosos romances, **El Reino de Este Mundo**, Ti Noel, personagem definitivo desta obra, sofre uma profunda transformação em sua subjetividade. O místico dá lugar ao lutador munido da compreensão da história, que o romancista explica desta forma:

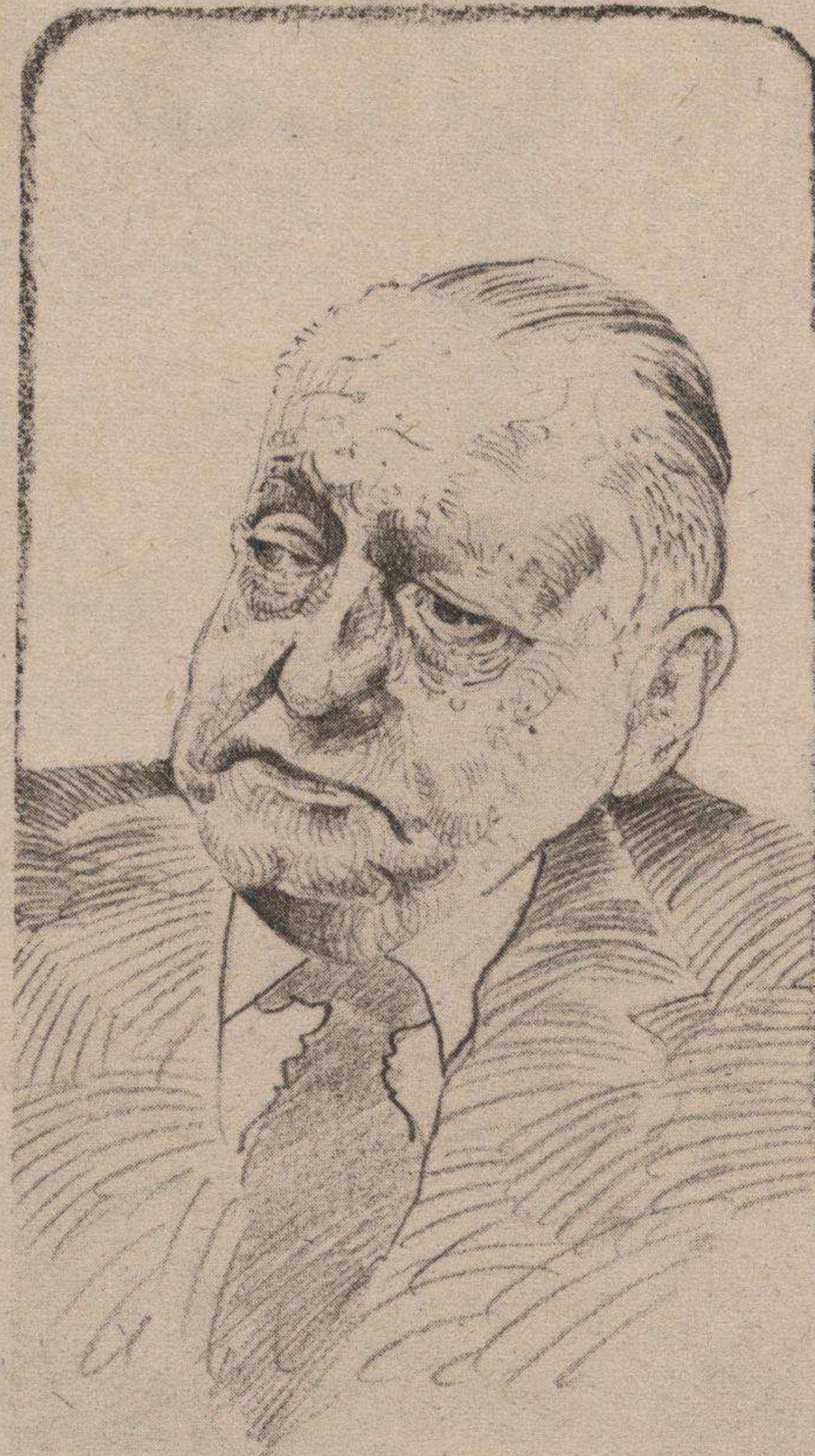
— Era um cuerpo de carne transcurrida. Y comprendía, ahora, que el hombre nunca sabe para quien padece y espera. Padece y espera y trabaja para gentes que nunca conocerá, y que a su vez padecerán y esperarán y trabajarán para otros que tampoco serán felices, pues el hombre ansía siempre una felicidad situada más allá de la porción que le es otorgada. Pero la grandeza del hombre está precisamente en querer mejorar lo que es. En imponerse áreas. En el Reino de los Cielos no hay grandeza que conquistar, puesto que allá todo es jerarquía establecida, incógnita depejada, existir sin término, imposibilidad de sacrificio, reposo y deleite. Por ello, agobiado de penas y de Tareas, hermoso dentro de su miseria, capaz de amar en medio de las plagas, el hombre solo puede hallar su grandeza, su máxima medida, en el Reino de este Mundo.

Este texto de Carpentier sintetiza o tormento que atravessa toda a sua literatura, de **El Acoso** ao **Século das Luzes**. O homem retomando em suas mãos o fio do seu destino e construindo, no precário equilíbrio que o destino e a luta lhe reserva, o futuro coletivo. Este tormento não é mera criação, nem exercício de estilo e muito menos maneirismo intelectual. Fez parte da sua vida, que ao lado da solidariedade à revolução e o ódio às ditaduras burguesas, não menos prezava a paixão pelos sobrados barrocos, pela música latino-americana e pela cultura francesa dos grandes mestres iluministas, que ele não deixa de desnudar na sua *Ilíada* cabocla e mameluca, o **Século das Luzes**.

Carpentier foi um dos maiores escritores do nosso tempo, não só porque conciliou o amor à forma perfeita e o humanismo marxista (nem só porque pôde unificar, numa mesma obra, a cultura européia com a dramática existência do nosso povo), mas porque dignificou a paixão da literatura como obra revolucionária, que humilhava, pelo seu chamado "marxismo ortodoxo", até os formalistas puros em seu próprio território. Apontou, portanto, para uma arte universal e demonstrou que também dentro da literatura e da arte o futuro estava do lado de cá. Do lado dos humilhados e ofendidos.

## CONTINUIDADE HISTÓRICA

A categoria mais importante para o exame da obra de Carpentier é a categoria da *continuidade histórica*, ou seja,



que nem mesmo nas rupturas revolucionárias mais completas é possível prescindir do patrimônio cultural e político de outras épocas. No caso do autor, a referência mais importante vem pela submissão da forma barroca a um conteúdo fundado no **fato histórico atual** e de interesse das grandes massas. Vem, também pela negação da estrutura burguesa como dona de formas de estado e herança cultural, que sejam capazes de sancionar ainda que parcialmente a crise geral da América colonial ou neocolonial. Em comparação com a literatura dominante, onde predomina frase curta e a solução dramática quase linear, o romance de Carpentier não gera obras fáceis de serem lidas. Isto porque se, de um lado, a base dramática é a vida coletiva e as lutas e crises individuais que ela proporciona, de outro, o apelo ao barroco — que é narrativo e necessariamente longo — exige uma profunda atenção do leitor comum e uma total entrega da sua subjetividade.

Carpentier parece nos dizer, com suas narrações da natureza, dos estados espirituais dos homens do povo, que o barroco é a **única forma adequada** para apresentar nossas grandezas naturais e humanas. Talvez, verdade não o seja, como não se cansa de mostrar um Scorza, mas ninguém pode negar que esta forma **também é adequada**. E que é capaz de transmitir tensões, espelhar a época em que vivemos, e a base do nos-

so passado, como nenhum outro autor conseguiu.

Se a obra de Carpentier, formalmente, padece de um certo elitismo porque nela se integram, também, conquistas do romance clássico burguês, não é menos verdade que ele recuperou para a literatura latino-americana estas conquistas, submetendo-as a nossa problemática e fazendo seu conteúdo uma crítica demolidora.

## NÃO FEZ ESCOLA

Poderia ser indagado por que, se Carpentier tem esta importância em nossa literatura, não fez escola, como se diz sem maiores amores à teoria da literatura? Submetendo a cultura burguesa à lógica do nosso processo revolucionário, narrando as insurreições do povo e a tragédia da intelectualidade, indicando o barroco como uma saída a ser considerada, por que Carpentier não tem seguidores? Poderia ser respondido que Carpentier apresenta a saída menos provável para o nosso escritor "comprometido", por três motivos fundamentais: **primeiro**, porque sua obra está lastreada numa rigorosa cultura clássica aliada a uma experiência pessoal das nossas lutas históricas; **segundo**, porque ele, na verdade, informa a solução mais difícil. Não basta alegar *Le yendas de Guatemala*, de Astúrias, para fundamentar a existência de uma corrente barroca, mesmo porque Astúrias foi seu contemporâneo.

A solução que Carpentier escolheu e pôde escolher, para o seu romance, é necessariamente uma solução solitária, por isso a mais luminosa. É a solução que um, ou dois, ou três escritores conseguem realizar em cada época, que, de repente, concentra numa só pessoa, uma transição que sintetiza o que de melhor o passado e o presente têm a oferecer.

Carpentier faz parte da nossa vida. As indagações de Ti Noel são as indagações, hoje, de todo o nosso povo, ou pelo menos, da sua maioria consciente, que vem aprendendo pelo sofrimento e fazendo da desesperança uma plataforma onde os pés se fincam para um novo salto, que tanto pode ser uma tragédia, como pode ser simplesmente mais um aprendizado. Trata-se de abandonar a busca do reino dos céus para realizar o reino deste mundo: o reino que vem sendo construído com ascensos e quedas, com tragédias e momentos épicos, com meios dolorosos, mas que são os únicos que a história propôs e pelos quais ela se realiza.

A dimensão de Carpentier, da sua vida e obra, conjunto indissolúvel, cubano de cultura francesa, francês de vigor cubano e sobretudo homem da América Latina, são uma referência fundamental do nosso tempo. Neste tempo do assalto à razão, da construção de uma vida livre e soberana, de expropriação dos expropriadores do trabalho e da alegria dos povos. Carpentier faz parte da nossa vida. Sua gigantesca cultura, seu marxismo e sua coerência de escritor e revolucionário, serão sempre um espectro e um fantasma a rondar o sono dos oligarcas.

TARSO FERNANDO GENRO

**Querida Família:**  
Um drama do nosso tempo.  
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.  
Cr\$ 70,00

**COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO**  
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão  
Erik Boettcher  
Friedrich Hahn  
Walter Harnack  
Harry Westermann  
DEBATE 1  
COLEÇÃO COOPERATIVISMO  
Cooperativismo e Competição  
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.  
Coleção Cooperativismo  
Selo Debate nº 1  
Cr\$ 75,00

## DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojournal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao preço total de Cr\$ ....., 00.

Nome.....

Rua..... Bairro.....

Cidade.....

CEP..... Estado.....

Assinatura.....

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).





# LUIS FERNANDO VERISSIMO

## CANÇÕES DO ABISMO

### Primeira canção da grã-fina:

Que coisa mais vulgar  
que baque para a minha imagem.  
Cair neste lugar  
e junto com a criadagem.  
Se fosse um abismo privê  
que a turba nem visitasse  
se poderia até sofrê  
mas com gente da nossa classe.  
Mas caiu toda a nação  
caímos nós e a gatinha.  
Rei, capitão, soldado, ladrão,  
até Méri Terezinha.  
O abismo, posso atestar,  
é uma coisa promíscua.  
Onde isto tudo vai dar  
adivinhar, não me arrisco a.

### Canção do miserável a caminho do fundo:

Este vazio na barriga  
para variar não é fome.  
Estamos caindo, eu que o diga,  
na mesma coisa com outro nome.

### Canção do compositor popular:

Abismo, ai abismo  
o teu céu é azul de anil.  
Só mais longe, é o que cismo,  
do que o céu do meu Brasil  
ai Brasil.

### Canção contemplativa e para- doxal:

Alice não compreenderia este  
acontecimento insosso:  
foi o País das Maravilhas que caiu  
no poço.

### Segunda canção da grã-fina, algo histérica:

Meu analista!  
Meus generais!  
Meu avalista!  
Meus saís!

### Canção dos tecnocratas:

Estava no plano quinquenal  
(e ainda se queixam, os poltrões)  
caímos no abismo afinal  
mas dentro das previsões.  
Marcamos mais um golaço  
(e ainda se queixam, os sagüis)  
Como o abismo era escasso  
diminuímos o país.  
Já temos um plano perfeito  
(e ainda se queixam, os falantes).  
Neste abismo damos um jeito  
— garantido, como antes.



### Canção do garotão que nem tá:

Oba, um abismo, maneirão!  
Vou buscar minha asa-delta e sair  
do chão.

### Canção do capitalista compun- gido:

Meu Deus, o abismo, é o fim!  
Ai dos pobres empresários.  
Culpa nossa, ai de mim.  
Gastamos demais em salários!

### Terceira canção da grã-fina, resignada:

Sem champanha  
e titubeante.  
Entregue à sanha  
dos que bebem frisante.  
Serei violentada  
sem permissão  
e depenada  
no meu próprio colchão.  
Gastei com a vaidade  
o que não devia.  
Só caridade  
não resolvia  
Todo este alarde  
foi o que deu.  
Agora é tarde  
Inez sou eu.

### Canção do distraído, caindo:

Pela abertura, sim, sem revés  
Mas não embaixo dos meus pés!

### Canção especulativa do geopo- lítico:

Um consolo nesta sina:  
será que, conosco, cai a Argen-  
tina?

### Canção dos profetas cheios de razão:

Não foi por falta de aviso  
nem por sangue de barata.  
Foi por falta de juízo  
de caráter e de prata.  
Não foi o abismo que veio  
fomos nós que aqui chegamos.  
Mas até que não é tão feio:  
do chão nós não passamos.

### Canção final dos burocratas:

Nada nos desanima  
ou nos faz voltar atrás.  
Nós continuamos por cima:  
criamos a Abismobrás.